



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

COMPLEXIDADE DA REGIÃO URBANA GAB: O FRAGMENTO ALEXÂNIA-GO



KARLA CHRISTINA BATISTA DE FRANÇA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA: URBANIZAÇÃO, AMBIENTE E TERRITÓRIO

**COMPLEXIDADE DA REGIÃO URBANA GAB: O FRAGMENTO
ALEXÂNIA-GO.**

KARLA CHRISTINA BATISTA DE FRANÇA

Brasília-DF
2009

Dissertação de Mestrado

**COMPLEXIDADE DA REGIÃO URBANA GAB: O FRAGMENTO
ALEXÂNIA-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial. Linha de Pesquisa: Urbanização, Ambiente e Território.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Luiza Peluso

KARLA CHRISTINA BATISTA DE FRANÇA

Brasília-DF
2009



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA: URBANIZAÇÃO, AMBIENTE E TERRITÓRIO

COMPLEXIDADE DA REGIÃO URBANA GAB: O FRAGMENTO ALEXÂNIA-GO

KARLA CHRISTINA BATISTA DE FRANÇA

BRASÍLIA, 06 DE NOVEMBRO DE 2009.

Banca examinadora

Profa. Dra. Marília Luiza Peluso – Orientadora
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIOESTE
Campus Francisco Beltrão

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna – Suplente
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Brasília-DF
2009

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília
Número de acervo 972939**

França, Karla Christina Batista de.
F.814c Complexidade da Região Urbana GAB: [manuscrito]: O Fragmento Alexânia-GO
/Karla Christina Batista de França - - 2009.
xxiii, 189 f.: il.: color., figs, mapas; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.
Inclui bibliografia. Orientadora: Profa. Dra. Marília Luiza Peluso

1.Comunidade – Desenvolvimento. 2.Planejamento Regional. 3.
Cidades e vilas – Goiás (Estado). 4. Geografia urbana I.Peluso, Marília Luiza.
II.Universidade de Brasília,Departamento de Geografia. **IH-GEA** III. Título.

CDU 913(817. 3)

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Classificação da Biblioteca
UnB.fernandos@bce.unb.br

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FRANÇA, Karla Christina Batista de. Complexidade da Região Urbana GAB: O Fragmento Alexânia -GO. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2009. 180p

CESSÃO DE DIREITOS

Nome do Autor: Karla Christina Batista de França.

Título da Dissertação: Complexidade da Região Urbana GAB: O Fragmento Alexânia-GO.

Grau/Ano: Mestre/2009.

KARLA CHRISTINA BATISTA DE FRANÇA

Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. ICC Ala Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

karlinha@unb.br

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado poder ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Karla Christina Batista de França

Aos meus pais pelo amor incondicional.

Agradecimentos

Aos meus pais, Ivanildo e Maria José pelo amor, pela confiança e pelos incentivos, compreendendo as minhas ausências e momentos de irritabilidade em vários momentos da construção da pesquisa.

Ao meu irmão, pelo constante incentivo e por estar presente em todos os momentos de minha vida.

Aos meus primos e primas, tios e tias pelos bons momentos vivenciados a cada final de semana de retorno ao meu lar. Em especial, a minha tia Magda e meu tio Idam.

Aos professores (as) do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UnCSEH, pela relevância e apoio na formação acadêmica, em especial, a Loçandra Borges, Flavia Maria de Assis, Homero Lacerda, Janes Luz, Mary Anne, Wilmar, Marcos e Ondimar.

As novas amigas fortalecidas na convivência da Colina, Adriana, Ananda, Kárita, Lorena e Júnnia.

Á Raquel e Rafael foram fundamentais, sempre dispostos a ajudarem. A Raquel em especial, pelas conversas, apoio e sempre solicita.

Á Ananda, Rosângela e Gilberto, pelo companheirismo, amizade, paciência e solidariedade com minhas limitações.

Aos meus amigos de Anápolis e Goiânia, pelo apoio, incentivo e amizade. Em especial, a Tassy que esteve presente em todos os momentos desde a seleção e a finalização.

Á minha grande amiga Elaine Correa, pela paciência e dedicação e auxílio constante na elaboração da pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, que de maneira direta ou indireta contribuíram com suas experiências, companheirismo e cumplicidade, em especial, Ananda, Silvia, Dulciene, Daniel, Marcelo, Kelson, Kelly, Clarisse, Sandro, Diderot, Miriam e Marcus, Leila e Marcelo.

Á Dulciene e sua mãe, que me acolheram carinhosamente em uma das etapas do processo de seleção do Mestrado.

Agradeço ao Frederico Ávila e Silvio Romeu, no auxílio aos mapas.

Aos colegas que possibilitaram o acesso a diversos materiais que contribuíram para a pesquisa, seja em Belo Horizonte, Recife, Rio Claro, Presidente Prudente, Goiânia, São Paulo e Brasília, Tiago Berg, Igor Catalão, Renato Araújo, Marcelo Mello, Frederico Gambardella, Antônio Façanha, Thiago Brito e Leda Buonfiglio.

Aos entrevistados, juntos aos órgãos governamentais e municipais, pelo tempo e atenção doados as entrevistas e questionários, em especial, a Lucio Warley Lippi por facilitar os contatos que me auxiliaram nos outros órgãos governamentais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelos 24 meses concedido de Bolsa, indispensável para a pesquisa e condições materiais e também ao Programa de Assistência Estudantil da UnB, fundamental para minha permanência em Brasília, por propiciar residência na Colina.

À Professora Marília Luiza Peluso, presente em todos os momentos da construção da pesquisa, pelo apoio, paciência e dedicação.

À Professora Lucia Cony Faria Cidade, pelas sugestões na Banca de qualificação.

Ao Professor Neio Campos, pela amizade, carinho, bom humor e as sugestões, sejam nos almoços, nas aulas, nos corredores, na banca de qualificação que muito contribuíram para essa pesquisa.

Ao Professor Marcos Aurélio Saquet pelas contribuições na Banca de Defesa.

Ao Professor Tadeu Arrais, que me auxiliou na pesquisa pelas suas reflexões acerca da Região Urbana GAB, do questionário gentilmente cedido, entrevistas, mesa redonda, contribuindo com as minhas inquietudes acadêmicas acerca dos conceitos região e território.

À Professora Nelba de Azevedo Penna pelas sugestões acadêmicas, confiança e carinho.

Ao Professor Juvair, pela disponibilidade de conceder um artigo ainda no prelo e o auxílio com dados do IBGE.

Aos funcionários do Departamento de Geografia, Jorge, Marcelo e Lucia.

Na redação dos agradecimentos poderá ocorrer o esquecimento momentâneo de colegas e amigas que não foram contempladas nos agradecimentos acima, mas que foram importantes de forma direta ou indireta no decorrer do mestrado.

Minhas Desculpas!

Não Sei
Não sei....se a vida é curta
Não sei...não sei...
Se a vida é curta...
Ou longa demais para nós...
Mas sei que nada do que vivemos
tem sentido,
se não tocarmos o coração das
pessoas.
Muitas vezes basta ser:
Colo que acolhe
Braço que envolve
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que sacia,
Amor que promove,
É o que faz com que ela
Não seja nem curta demais
Nem longa demais
Mas que seja intensa,
Verdadeira e pura....
Cora Coralina

Á todos meus singelos agradecimentos!

Apresentação

Olhe, eu podia mesmo contar-lhe a minha vida inteira, em que há outras cousas interessantes, mas para isso era preciso tempo, ânimo e papel, e eu só tenho papel; o ânimo é frouxo, e o tempo assemelha-se à lamparina de madrugada. Não tarda o sol do outro dia, um sol dos diabos, impenetrável como a vida. Adeus, meu caro senhor, leia isto e queira me bem; perdoe-me o que lhe parecer mau, e não maltrate muito a arruda, se não lhe cheira a rosas. Pediu-me um documento humano, ei-lo aqui.

Machado de Assis, O Escrito 2008 – Centenário da morte de Machado de Assis (Fragmento retirado do livro da Anpege, 2008, volume 1).

Antes de falarmos da construção da dissertação é preciso voltar ao tempo da graduação em geografia cursada na Universidade Estadual de Goiás – Anápolis-GO onde vivi quatro anos em que boa parte do tempo passava na UEG entre leituras, trabalhos de campo, e estreitando laços de amizades que permanecem. No final de 2005 trilhei o caminho cheio de dúvidas sobre o que abordar no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas havia o interesse pela teoria do conhecimento em geografia, apresentada pela estimada professora Mary Anne, em especial, ao conceito de região, que na graduação constitui-se em elemento essencial na construção do pensamento geográfico, nas disciplinas Geografia Regional 1 e 2, hoje inserido na disciplina Teoria da região e regionalização.

A construção do TCC que analisou o conceito de região no processo de conhecimento dos acadêmicos de geografia da UEG, contou com a colaboração direta e indireta de professores e amigos. Dentre eles, destacam-se as professoras Flavia Maria de Assis Paula (orientadora), Loçandra Borges de Moraes, Arlete Mendes que foram grandes incentivadoras no TCC e no ingresso ao mestrado.

Com a defesa do TCC, prefiro utilizar defesa a fim, pois uma pesquisa nunca chega ao seu fim, até porque ao final sempre levantamos novos questionamentos, dúvidas que nos faz caminhar na tarefa árdua do geógrafo de desvendar os processos. Enfim, com a defesa, questionamentos foram levantados que nos fizeram dar continuidade as pesquisas por meio do mestrado.

O ingresso na seleção do mestrado na Universidade de Brasília gerou a possibilidade de desterritorializar para reterritorializar agora em Brasília e de compartilhar conhecimentos que me permitiu a sistematização das idéias. A região se constitui ponto básico nesta pesquisa, agora na perspectiva da Geografia Regional, particularmente, na Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília, , na tentativa de contribuir para a geografia regional goiana.

Dentre as disciplinas cursadas, destaca-se Teoria da Geografia sob coordenação da Professora Marília Luiza Peluso que contribuiu para discussões que envolvem o próprio conceito de região de maneira direta e indireta; Fundamentos da Gestão do Território, sob coordenação de Lúcia Cony Faria Cidade, permitindo a compreensão dos processos socioeconômicos e suas relações com o território de forma crítica; Estágio Docente em Geografia Urbana que permitiu a reflexão sobre problemáticas específicas no âmbito urbano sob as teorias correntes a luz da realidade de contextos subdesenvolvidos. Realizando trabalhos teórico-práticos, com utilização de variáveis específicas e espaciais do Distrito Federal, além das disciplinas Estudos Individuais com Marília Luiza Peluso que proporcionou encontros quinzenais no Laboratório de Estudos Territoriais (LATER) sob discussões em torno da temática em análise. E, por último, a disciplina Seminário da Dissertação sob a orientação do professor Neio Lucio de Oliveira Campos, que semanalmente esclarecia dúvidas, angústias quanto ao problema da pesquisa, o recorte espacial, isto é, sanar as dificuldades da construção de uma dissertação, além da convivência mais próxima com os amigos da turma de 2007, uma disciplina que deixa saudade.

No Instituto de Estudos Sócio-Ambientais vinculado da Universidade Federal de Goiás, cursei a disciplina: Trabalho, Movimentos Sociais nas Áreas de Cerrado ministrada pelo professor Marcelo Mendonça, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, que possibilitou a compreensão do sujeitos não hegemônicos inseridos no processo de “modernização”do Cerrado.

Cabe destacar as participação, em setembro de 2007, no VII Encontro Nacional da Anpege, na Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, que foi importante não apenas pela apresentação do artigo, mas, sobretudo pelo amplo debate com estudantes de todo país. Dentre os quais destaca-se as contribuições

do Grupo de Trabalho Regionalização e Globalização, sob a coordenação do Professor Rogério Haesbaert e a professora Maria Mônica Arroyo, além da Mesa redonda Região e Globalização: Desafios Epistemológicos e Políticos com temáticas próximas a análise em questão.

No ano de 2008 destaco a participação no Regional Science Association International World Congress, na Faculdade de Economia e Administração (FEA) na Universidade de São Paulo, no qual pude compreender as discussões do regional sob a perspectiva da economia em vários países, sobretudo, a perspectiva europeia. E, por último, a participação no I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, em que o conceito de região, em vários momentos foi debatido e a própria contribuição do Grupo de Trabalho Conceitos e Técnicas da Pesquisa Geográfica, além dos questionamentos e contribuições da professora Maria Laura Silveira e do professor João Osvaldo Rodrigues Nunes.

Em todos os momentos, destacamos o auxílio da Professora Marília Luiza Peluso com seu amplo conhecimento teórico e sua experiência, seja na parceria de artigos, na orientação, ou em conversas, possibilitando trilhar o caminho entre o objeto de pesquisa e o pesquisador, ressaltando as limitações.

Todo devir real acrescenta algo à noção abstrata do devir, mas implica essa. “Algo” determinado (esta casa, este homem, este Estado, este regime social) transforma-se ou é aniquilado. O que ainda não é tende a ser, e nasce e, por conseguinte, atua, e o que era vai deixar de ser. O devir é tendência para algo (para um “fim” que será um começo). A tendência implica, em sua determinação, essa passagem incessante do ser ao não-ser e, reciprocamente, essa transição que poderá ser analisada através da abstração. A abstração (o ser, o nada em geral, o devir abstrato, em si) é tão-somente uma determinação bastante pobre. Mas a vida, a vida biológica, social, apresenta de modo ainda mais visível e mais dramático, esses “momentos” de devir, do nada e do ser. (LEFEBVRE, H. 1975, p. 191)

Resumo

FRANÇA, Karla Christina Batista de. Complexidade da Região Urbana GAB: O Fragmento Alexânia-GO.

A presente dissertação é resultado do esforço reflexivo para compreender a denominada Região Urbana GAB que engloba as regiões metropolitanas de Goiânia-Brasília e do Aglomerado Urbano de Anápolis, buscando mostrar a consolidação e a territorialização das ações dos agentes hegemônicos que se apropriam para produzir e (re) produzir o capital nessa região. Contudo, como a apropriação ocorre de maneira desigual e combinada nos municípios-sede, o estudo parte de uma análise aprofundada das especificidades dessas localidades e a importância delas para a Região Urbana GAB. O recorte espacial tem como referência o município goiano de Alexânia, que possui polarização média em relação a Brasília e uma significativa interação econômica com Goiânia e Anápolis. De uma forma mais específica, a análise é pautada no crescimento da economia e na expansão do polo de bebidas que tem modificado o perfil econômico de Alexânia e suas relações com os outros municípios. Para tanto, este estudo apoia-se no conceito de região refuncionalizado por meio da reflexão política. Como aporte teórico-metodológico utilizam-se entrevistas e questionários aplicados em órgãos administrativos do governo do estado de Goiás, como a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR) e a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN/GO) além de órgãos da Prefeitura de Alexânia. Também são analisadas informações do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da SEPLAN e, as referências teóricas acerca do conceito de região, regionalização, urbanização e modernização agrícola. Ao analisar os agentes hegemônicos que atuam na Região Urbana GAB, a pesquisa identifica como eles homogeneizam, por meio da apropriação e da reprodução, os reais beneficiários da arena política em questão, camuflando as mazelas sociais, as fragmentações territoriais e os processos de territorialização. Esta exposição identifica, ainda, como a delimitação da política regional goiana está a serviço das estratégias dos agentes hegemônicos, para os quais desenvolvimento é sinônimo de competitividade, ou seja, apenas determinadas regiões poderão atingir o sucesso econômico.

Palavras-chave: Região - Modernização - GAB – Competitividade -Desenvolvimento Regional.

Résumé

FRANÇA, Karla Christina Batista de. Compléxité de la Région Urbaine GAB : Le Fragment Alexânia – GO

Cette thèse est le résultat de l'effort réflexif pour comprendre ce qu'on appelle la Région Urbaine GAB, qui comprend les régions métropolitaines de Goiânia- Brasília et de l' Agglomération Urbaine d'Anápolis, en cherchant démontrer la consolidation et la territorialisation des actions des agents hégémoniques qui s' approprient pour produire ou reproduire le capital dans cette région. Toutefois, comme l'appropriation se produit de manière inégale et combinée dans les municipalités-sièges, l'étude commence par une analyse approfondie des spécificités de ces localités et de ces importances pour la Région Urbaine GAB. Le découpage spacial a comme référence la ville de Goiás Alexânia, qui a une polarisation moyenne par rapport à Brasília et une bonne interaction économique avec Goiânia et Anápolis. D'une manière plus spécifique, l'analyse est réglée par la croissance de l'économie et par l'expansion du pôle de boissons qui ont modifié le profil économique d'Alexânia et ses relations avec les autres municipalités. Par conséquent, cette étude est basée sur le concept de région refunctionalisé à travers la réflexion politique. Comme support théoriques et méthodologiques sont utilisés des entrevues et des questionnaires appliqués aux services administratifs du gouvernement de l' État de Goiás, comme le Goiás Agence pour le Développement Régional (AGDR) et le Secrétariat de l' État de Projection et de Développement (SEPLAN / GO) en outre des organes de la Mairie d' Alexânia. Sont également analysés des informations de la base de données de l' Institut Brésilien de Géographie et de Statistique (IBGE) et de la SEPLAN et, les fondements théoriques sur le concept de région, la régionalisation, l'urbanisation et la modernisation agricole. En analysant les agents hégémoniques qui travaillent sur la Région Urbaine GAB, la recherche identifie la façon dont ils homogénéisent, au moyen de l' appropriation et de la reproduction, les bénéfices réels de l'arène politique en question, en camouflant ainsi tous les mots sociaux, les fragmentations territoriales et les processus de territorialisation. Cette exposition identifie encore, comme la délimitation de la politique régional de Goiás est au service des stratégies des agents hégémoniques, dont le développement est synonyme de compétitivité, à savoir, seules certaines régions déterminées pourraient atteindre le succès économique.

Mots clés : Régions - Modernisations - GAB - Compétitivité - Développement Régional

Sumário

Índice	
Resumo.....	xvi
Résumé	xvii
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	xxii
Lista de Mapas.....	xxiii
Lista de Gráficos.	xxiv
Lista de Quadros e Tabelas	xxv
Lista de Figuras.....	xxvi
Introdução.....	01
Procedimentos Metodológicos	10
Capítulo 1: O Devir da Região	18
Capítulo 2: Modernização No/Do Território Goiano: Continuidades e Rupturas	36
Capítulo 3: Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília	53
Capítulo 4: Complexidade do Tecido Regional Goiano: Fragmento Alexânia	93
Capítulo 5: Considerações Finais	128
Referências Bibliográficas	134
Apêndices	150
Anexos	158

Índice

Agradecimentos	viii
Apresentação	ix
Resumo	xvi
Résumé	xvii
Lista de Abreviaturas e Siglas	xxii
Lista de Mapas	xxiii
Lista de Gráficos.	xxiv
Lista de Quadros e Tabelas	xxv
Lista de Figuras	xxvi
Introdução	01
Procedimentos Metodológicos	10
Capítulo 1: O Devir da Região.....	18
1.1 - Seria a Regionalização apenas um recorte?.....	31
Capítulo 2 - Modernização No/Do Território Goiano: Continuidades e Rupturas	36
2.1 - Urbanização no Centro-Oeste: novos ritmos espaço-temporais na configuração do território	37
2.2 - Consolidação da Urbanização no Centro-Oeste:Capitalização do território Goiano	42
2.3 - Complementação e Renovação da Região Urbana GAB	48
Capítulo 3: Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília	53

3.1 - Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília:Núcleo Goiânia	54
3.2 - Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília:Núcleo Anápolis	62
3.3 - Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília:Núcleo Brasília	72
3.4 - Re (encontrando) a Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília	89
Capítulo 4: Complexidade do Tecido Regional Goiano: Fragmento Alexânia	93
4.1 - Heterogeneidades na Periferia Goiana do Distrito Federal	95
4.2 - A Capital, A Rodovia e A Cidade	98
4.3 - Apontamentos da Atuação Regional no Estado de Goiás	120
4.4 - Re (encontrando) Alexânia na Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília	124
Capítulo 5: Considerações Finais	128
Referências Bibliográficas	134

Apêndices	150
Anexos.....	158

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACIALEX	<i>Associação Comercial e Industrial de Alexânia</i>
AGDR	Agência de Desenvolvimento Regional
APL's	Arranjos Produtivos Locais
CELG	Companhia Energética de Goiás
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
DIAL	Distrito Industrial de Alexânia
EADI	Estação Aduaneira do Interior
ENID's	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
Fomentar	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Nesur	Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional.
PND's	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
Produzir	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
RDGI	Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
SEPLAN	Secretaria De Planejamento Estadual Goiana
SEFAZ - GO	Secretaria da Fazenda de Goiás
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização do Município de Alexânia – Goiás	09
Mapa 2: A Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília	49
Mapa 3: A Região Metropolitana de Goiânia.....	57
Mapa 4: Municípios Pertencentes a Microrregião do Entorno de Brasília	78
Mapa 5: Municípios que integram a RIDE-DF	82
Mapa 6: Territorialidades Econômicas de Goiânia-Anápolis-Brasília.....	90
Mapa 7: Localização da Hidrelétrica Corumbá IV	115

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Crescimento da População Urbana no Brasil 1970-2000	40
Gráfico 2: Crescimento populacional de Goiânia de 1940-2000	55
Gráfico 3: :Estoque e Variação de Empregos em Goiânia por Setor de Atividades 1999-2000.....	59
Gráfico 4: Diversidade Industrial no DAIA por Setores de Atividades 2007	66
Gráfico 5: Crescimento Geométrico da População de Anápolis	69
Gráfico 6: Crescimento da População no DF 1960-2000	75
Gráfico 7: Estimativa do Número de Ocupados, segundo setores de Atividades PED-DF 2007-2008 Inserção Socioocupacional na RIDE 2000	86
Gráfico 8: Crescimento da População de Alexânia 1980-2000-2007	100
Gráfico 9: População Residente em Alexânia por Inserção Socioocupacional	103
Gráfico 10: Crescimento da Produção dos Principais Produtos da agricultura em Alexânia 2000-2007.....	105
Gráfico 11: Número de empresas em quantidade absoluta em Alexânia 2001.....	106
Gráfico 12: Crescimento do PIB do Município de Alexânia 2002-2005.....	108
Gráfico 13: Crescimento do valor do PIB Adicionado aos Setores de Atividades em Alexânia no ano 2007	109
Gráfico 14: Crescimento do Consumo de Energia no Setor Industrial de Alexânia 2002-2007... ..	111

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1: Relação dos Entrevistados.....	15
Quadro 2: Programas de Intervenção Estatal no Estado de Goiás.....	43
Quadro 3: Cursos Superiores Relacionados a Implantação do Pólo Farmoquímico.....	65
Quadro 4: Principais Empresas Farmacêuticas instaladas no DAIA.....	67
Quadro 5: Rodovias de Acesso à Anápolis-GO.....	68
Quadro 6: Número de Empresas Aprovadas pelo Produzir na Região Urbana GAB 2002.....	107
Tabela 1: Crescimento da População no Brasil e na Região Centro-Oeste de 1970- 2000.....	44
Tabela 2: Crescimento da População dos Municípios da Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília 2005.....	50
Tabela 3: Inserção Socioocupacional na RIDE 2000.....	84
Tabela 4: Crescimento da Pecuária em Alexânia 1998-2007.....	104
Tabela 5: Alunos Matriculados por Dependência Administrativa Alexânia.....	116

Lista de Figuras

Figura 1: Localização DAIA.....	64
Figura 2: Brasil Park Shopping.....	70
Figura 3: Processo de efetivação do Município de Alexânia 1953-1963.....	99
Figura 4: Vista das Atividades Comerciais no perímetro urbano (BR 060) de Alexânia	101
Figura 5: Atividade Comercial de móveis coloniais	110
Figura 6 e 7: Vista Indústria Schincariol	112
Figura 8: Vista da Pousada Encanto do Lago em Alexânia	114

INTRODUÇÃO

As redefinições do modelo atual globalizado implementa um modelo de acumulação flexível visando a reestruturação do ciclo produtivo do capital o qual promove a flexibilização do mercado de trabalho e dos circuitos da produção. O modelo de acumulação flexível influencia diretamente na organização espacial pois concentra a produção, a circulação e o consumo de mercadorias.

Essas redefinições alteram a configuração das regiões. Compreendê-las, portanto, perpassa pelo entendimento do funcionamento da economia em seu contexto global e suas implicações de ordem política, econômica e social de maneira diversificada na região.

Sendo assim, as regiões assumem novos papéis em consonância com o acúmulo de riquezas e do acirramento das desigualdades regionais. Portanto, compreender a região, não se limita ao estudo do único, do particular e do singular e sim de sua forma multifacetada.

Analisar a questão regional no Brasil é um desafio para muitos pesquisadores, pois intervir no espaço por meio de políticas de planejamento regional, para muitos, se vincula a ação do Estado autoritário do período militar brasileiro. Temos na atualidade, um Estado de caráter neoliberal que assume novos papéis, tornando-se flexível no que tange a liberdade de mercado e da iniciativa privada. O Estado reduz o seu papel no que se refere às necessidades e direitos sociais.

De acordo com Molina (2003, p. 517): “o Estado abre mão da política maior e colabora extensiva e sistematicamente com a política menor das grandes empresas, investindo em sistemas de mobilidade geográfica para o grande capital”. Nesse sentido, a flexibilidade da atuação do Estado, no que diz respeito à sua função política, se amplia a favor da atuação do mercado capitalista, agindo de forma intensa e veloz.

Logo, nessas condições fica evidente o enfraquecimento do Estado¹ planejador. Em suma, a questão regional vista por eles não teria relevância na atualidade, em vista das redefinições do Estado frente ao período atual. Entretanto, Fiori (2001) numa crítica aos defensores do fim do Estado enumera uma série de elementos que se contrapõem a esse provável “fim”. Dentre os elementos

¹ Na visão de Ohmae(1996) que defende fim do Estado-Nação e o fortalecimento do Estado-região numa perspectiva econômica.

destacamos dois que se apresentam pertinentes e conectados com o discurso do fim das regiões. São eles:

- 1- Estamos vivenciando um novo ciclo de aceleração do processo de internacionalização do capital;
- 2- A aceleração do processo de internacionalização do capital é acompanhado de uma mudança radical no quadro da geopolítica mundial que tem seu início com o fim da Guerra Fria;

Ainda segundo Fiori (2001), o processo de reestruturação pelo qual o mundo passa tem se dado de forma diferenciada nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos², dependendo das estratégias regionais e globais de cada Estado.

Nas cidades latino-americanas a influência da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL) tem papel significativo para a integração regional da América Latina, cujas as ações se basearam no modelo da industrialização substitutiva de importações com o objetivo de promover vantagens e competição a nível internacional. As estratégias da CEPAL em consonância com o Estado Brasileiro concentrou infraestrutura em determinados fragmentos do território brasileiro conforme as estratégias regionais adotadas pelo Brasil.

No caso Brasileiro, o marco do planejamento regional é a década de 1950. Entretanto é nos anos de 1960 que as evidências do planejamento são maiores, com o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e o seu Programa de Metas, das quais resultaram a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, a construção de Brasília, as construções das rodovias, por exemplo, a BR 153. No período militar foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) em 1967, e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) em 1969, na tentativa de promover uma política de planejamento regional.

² Acreditamos que o termo subdesenvolvido seja mais apropriado para designar as relações socioeconômicas da América Latina, em especial no Brasil, pois se trata de mecanismos e características específicas de organização econômica, societária e espacial, não se trata de um estágio transitório para se chegar ao desenvolvimento. (SANTOS, 1979)

A partir de meados da década de 1980, com o aprofundamento da revolução técnico-científico-informacional, as novas formas de acumulação do capitalismo nos países desenvolvidos passam a exercer forte influência mundial. Por outro lado, em países subdesenvolvidos como o Brasil, esse processo impeliu a emergência de uma crise econômica com relevante influência nos investimentos em infraestrutura, na medida em que esses são reduzidos drasticamente, provocando o solapamento dos serviços sociais. O planejamento regional segundo Araújo (1993) foi desmontado aumentando ainda mais a crise que se refletiu com mais intensidade em algumas regiões, por exemplo, o Nordeste.

Na década de 1990, o processo de aprofundamento da revolução técnico-científico-informacional se coadunou aos preceitos neoliberais da desregulamentação da economia e conseqüentemente do planejamento regional, deixando para o mercado a alocação de recursos. No Brasil, os referidos preceitos transformaram o projeto neoliberal em uma marca do período de redemocratização do país. Os resultados das eleições presidenciais de 1989 e de 1994, que elegeram Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, contribuíram para o abandono dos projetos regionais, acentuando o processo liberalizante das empresas estatais, no setor educacional e saúde, entre outros. Por conseguinte, os agentes do capital aprofundaram sua influência no desenvolvimento brasileiro.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2001), há a política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID's), com o objetivo de conectar partes do território que interessavam ao capital através de corredores de exportações e dos macrosistemas de transportes para o escoamento da produção. No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/ 2007-2010), está sendo desenvolvido o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR – coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), no qual se destacam iniciativas por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), além de reativações das superintendências, como a Nova SUDECO instituída em 2004 - da qual uma de suas metas abrange a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

Os casos recentes de planejamento brasileiro como os ENID's e a PNDR delineiam as contradições dessas políticas, pois enquanto os ENID's baseiam-se nos sistemas de transportes e produção destinados à exportação, a PNDR ao que parece avança no sentido de implantar políticas levando em consideração as regiões

“excluídas” com enfoque na centralidade do urbano, nas relações intraregionais e na natureza desigual do desenvolvimento.

De acordo com Leopoldi (2002), as ações recentes do Estado brasileiro podem ser resumidas pela política macroeconômica na qual a atuação do Estado manteve-se semelhante com à do regime militar (1964-1985), isto é, altamente concentrada que se aprofunda com o Governo Collor. Num segundo momento, pode ser resumida pela desregulamentação da economia em que houve uma descentralização do Estado e aprofundamento do Estado Neoliberal. Já num terceiro momento, a descentralização dos recursos e funções do Estado, delegando aos Estados e Municípios o poder de decisão na aplicação dos recursos previstos na Constituição de 1988, por exemplo, as políticas do setor educacional, da saúde, assistência social; e no momento seguinte, a política industrial com a abertura do comércio ao mercado global, práticas protecionistas para os setores que foram afetados negativamente pela abertura do mercado, a política cambial, apoio aos produtos que se destinam ao mercado externo, como por exemplo, os gêneros agrícolas, “qualificação” técnica do trabalhador em parceria com institutos como o Senai, Sebrae e o Sesi.

As redefinições da economia mundial e, conseqüentemente, da nacional, alteraram a configuração das regiões, sendo elas conectadas com os interesses do grande capital recebendo inúmeros recursos financeiros enquanto outras regiões são marginalizadas socialmente e economicamente pelo grande capital. De acordo com Santos (1988, p. 46):

[...] Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia.

Diante desse cenário, objetivamos problematizar o Estado de Goiás enquanto recorte espacial para a análise da integração nacional. Considera-se a inserção de Goiás no cenário brasileiro é uma forma de reordenação do capitalismo; em consonância com o Estado e os agentes empresariais.

A modernização do território goiano se fez sentir tanto no campo quanto nas cidades por meio da tecnificação da agricultura, dos incentivos fiscais, da construção de rodovias, do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), da instalação do polo

metal-mecânico no Sudoeste Goiano, por exemplo, nos municípios de Catalão Itumbiara, a edificação das duas capitais planejadas Goiânia (1937) e Brasília (1960) distantes aproximadamente 210 quilômetros,,cuja complexidade do tecido urbano-regional se torna um desafio para os pesquisadores, o que levou Arrais (2007) a denominá-la de uma região multifuncional, polinucleada e fragmentada e articulada em redes.

A Região Urbana GAB não se constitui numa região de planejamento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou da Secretaria de Planejamento Estadual Goiana (Seplan-GO Estadual). No entanto, caracteriza-se como a região mais importante do território goiano para os agentes empresariais e governamentais, formada pelas áreas metropolitanas de Goiânia, Anápolis e Brasília e os municípios da microrregião do Entorno de Brasília, com aproximadamente cinco milhões de habitantes. Destacam-se os Municípios de Goiânia, Anápolis e o DF pela maior densidade técnica e informacional.

As duas aglomerações urbanas, Goiânia e Brasília foram fruto de projetos arquitetônicos que representavam o “progresso”, ainda que em períodos diferenciados. A estimativa prevista de população para ambas as capitais foi superada em pouco tempo. Goiânia, foi prevista para 50 mil habitantes, inserida do projeto Getulista, e Brasília para 500 mil habitantes, inserida no projeto de Juscelino Kubitscheck. Atualmente, somando suas áreas metropolitanas Goiânia e Brasília possui hoje aproximadamente 1,9 milhão e 2,4 milhões de habitantes respectivamente.

Anápolis caracteriza-se como centro urbano localizado entre as duas aglomerações urbanas, considerado o segundo município em relevância econômica, onde localiza-se o DAIA, importante Distrito Agroindustrial (1976) do Estado de Goiás, a instalação da EADI (Estação Aduaneira do Interior) que por meio do Porto Seco realiza operações de importações e exportações, escoamento da produção. A importância de Anápolis para a Região Urbana GAB se faz pela articulação logística em âmbito regional, nacional e internacional para a economia do Estado de Goiás.

Compreender a dinâmica regional dos 39 municípios que pertencem à Região Urbana GAB, desmistificar a homogeneidade dessa região como a mais bem sucedida socioeconomicamente e, por conseguinte, que todos os municípios da região estão no rol dos empreendimentos dos agentes governamentais e empresariais, é necessário pesquisas que desvelem a sua realidade.

A região urbana GAB possui um tecido descontínuo com pontos luminosos dotados de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são as decisões locais e regionais da produção em que se tem o controle endógeno do desenvolvimento local enquanto as verticalidades seriam a influência dos agentes externos (SANTOS, 1994).

Dentre as especificidades da estrutura urbana de Goiânia e Brasília tem-se que, o tecido urbano de Goiânia é significativamente conurbado, destacando-se o município de Aparecida de Goiânia, enquanto Brasília se caracteriza por um tecido polinucleado. De acordo Paviani (1989, p. 66):

Ao contrário das demais metrópoles que se forma agregando bairros, subúrbios, conurbando-se com municípios vizinhos, numa verdadeira soldadura do tecido metropolitano, Brasília planejou o espaçamento entre os núcleos, tentando fugir a conurbação e ao emaranhado das cidades ditas tradicionais.

Dentre os 39 municípios que compõem a Região Urbana GAB, optou-se pela análise do município de Alexânia, com polarização média³ em relação a Brasília e possui uma significativa relação econômica com Goiânia-Anápolis. A escolha do município levou em conta sua polarização, seu crescimento econômico e a expansão do polo de bebidas, que vem modificando as relações econômicas do município.

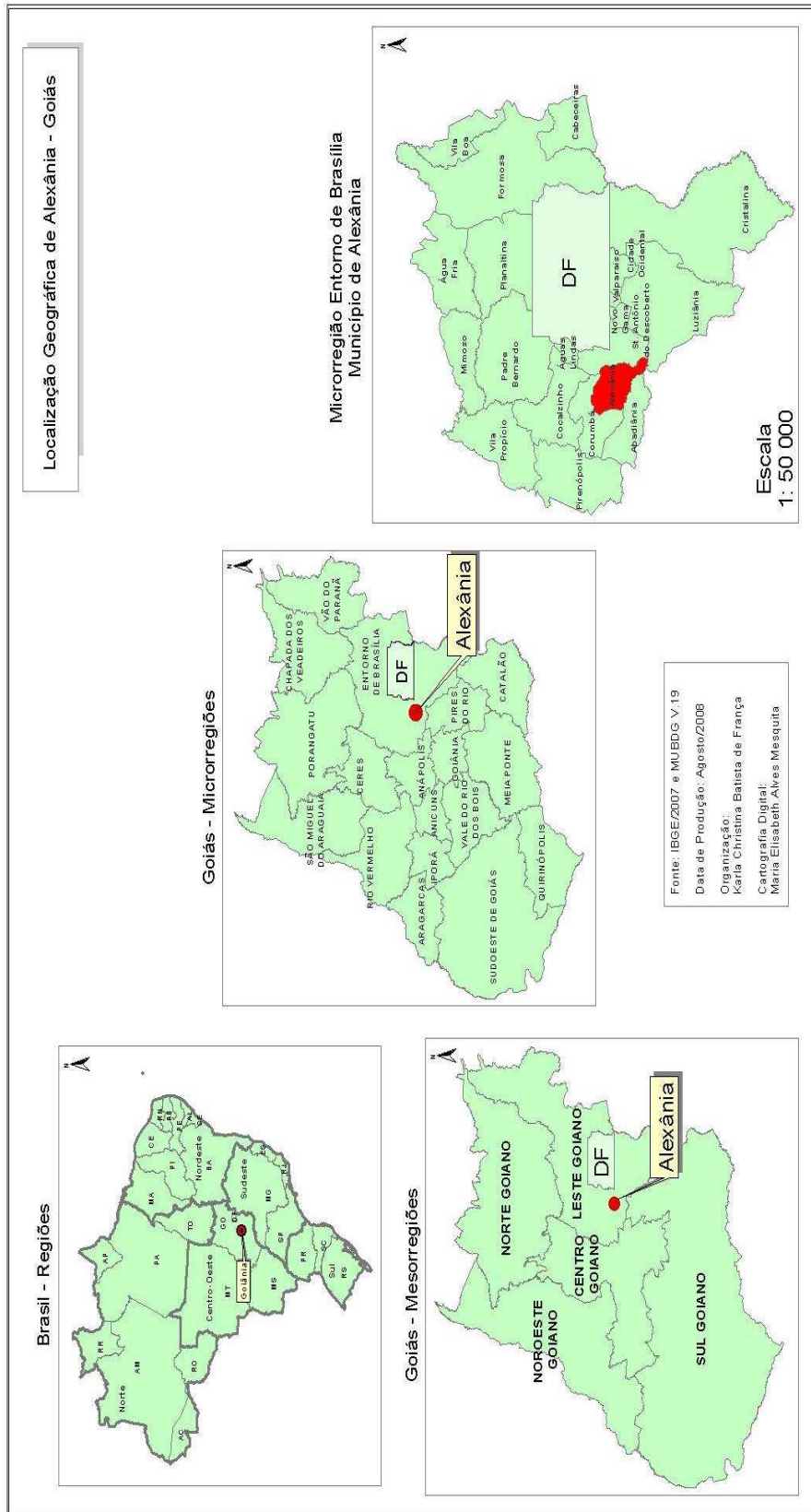
A relevância da temática regional e da problemática concernente ao recorte espacial se expressa no objetivo geral, segundo o qual se pretende analisar as possibilidades de inserção regional de Alexânia na Região Urbana GAB e de forma específica compreender o processo de modernização na/da Região Urbana GAB e suas redefinições, bem como, identificar e analisar as atividades industriais e comerciais de Alexânia.

O recorte espacial que ora apresentamos trata-se de uma “construção” política realizada pelos agentes governamentais e empresariais que transformam as relações econômicas. Este recorte espacial nos auxilia, para analisar a realidade nos aproximando das territorializações, sobretudo, política dos agentes

³ De acordo com a metodologia usada na pesquisa para os critérios de definição das polarizações dos municípios da microrregião do Entorno de Brasília em relação a Brasília, desenvolvida pelo IPEA em parceria com a Gestão do Uso dos Solos e Disfunções do Crescimento Urbano: Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana: Brasília e Rio de Janeiro. Ipea/USP/UnB/UFRJ. Brasília. IPEA,2001.

hegemônicos que configuram espacialmente os tempos e ritmos diferenciados da região urbana GAB.

Mapa 1: Localização do Município de Alexânia



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminho a ser trilhado pelo pesquisador na aproximação com o objeto de análise compreende o método e a metodologia de interpretação qualitativa⁴. Apesar de que método e metodologia são indissociáveis, entretanto, possuem suas especificidades. Segundo Moraes & Costa (1984.p. 27):

[...] o método é, nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a Filosofia. Pode-se dizer que ele é o arcabouço estrutural sobre o qual repousa qualquer conhecimento científico.

Para Oliveira Jr. (2008, p. 43), o processo de decomposição da realidade e posteriormente sua reconstrução enquanto totalidade social pelo viés do método de investigação dialético é “[...] (con)substanciado pelos conflitos, mediações, contradições e interesses que se encontram na sua essência, embora ocultos no fenômeno pelas suas condições históricas”.

Desta forma, o entendimento da metodologia se refere aos procedimentos e recursos técnicos a serem utilizados na pesquisa ligado à operacionalidade da pesquisa no caminho de atingir a problemática. A pesquisa qualitativa se diferencia das pesquisas experimentais pela forma como interpreta o conhecimento. Acerca do assunto Chizzotti (1995, P. 79) comenta que:

[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, [...]. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que os sujeitos concretos criam suas ações.

Lüdke e André (1986), nem todo estudo de caso é qualitativo, algumas características a diferenciam das demais, a saber: eles visam à descoberta e buscam enfatizar a “interpretação em contexto”; procuram retratar a realidade de forma completa e profunda; usam uma variedade de fontes de informações; procuram representar os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

⁴ Diversos autores como Moraes e Costa (1984) Marconi & Lakatos (1983) possuem denominações diferentes quanto o entendimento de método e metodologia, apesar de que possuem a mesma similaridade de entendimentos. Optamos por utilizar os termos método e metodologia.

O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira. Assim, são dados vários elementos para que o leitor possa chegar às suas conclusões e decisões, além, evidentemente, das conclusões do próprio investigador (Ibidem, p. 20)

A pesquisa qualitativa busca um contato direto entre o pesquisador e a situação estudada e valoriza mais o processo do que o produto. Para Quaresma e Boni (2005) uma pesquisa científica necessita de levantamentos de dados, não se reduzindo apenas à estatísticas para visualizá-los, mas, dados que possam auxiliar nas análises dos objetivos e hipótese.

As entrevistas de acordo com Gil (1994), é uma técnica de investigação estabelecida por meio do diálogo assimétrico, no qual uma das partes busca a coleta de informações e a outra se apresenta como a fonte das informações. De acordo com Quaresma e Boni (2005) as entrevistas podem ser: estruturadas, semi-estruturadas, abertas, com grupos focais, entre outras. Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturadas já que permitem uma flexibilidade na exploração das questões e possibilitam uma adaptação ao entrevistado permitindo, o levantamento de novas questões que até então não haviam sido abordadas.

Corroborando com Marcos (2006) que chama a atenção para a importância de não chegar ao campo com modelos prontos de pesquisa “os chamados pacotes de entrevistas e questionários” sem o estabelecimento de qualquer contato que propicie um diálogo, contrapondo a clássica forma de realizar a pesquisa de campo: longos questionários aos quais os “objetos de estudo” são solicitados a responder sem, muitas vezes, ter qualquer retorno ou mesmo conhecimento dos resultados da pesquisa realizada.

No trabalho de campo, alguns pesquisadores pretendem respostas dos entrevistados que validem seus objetivos e hipóteses, sem uma reflexão crítica dos procedimentos metodológicos; em relação a aplicação das entrevistas caso seja necessário rever as respostas ou pontos que posteriormente nas análises levarem dúvidas e que se possa perguntar novamente caso o acesso aos mesmos seja possível. As entrevistas semi-estruturadas permitem uma flexibilidade no campo de

direcionar o foco, sem contudo, fechá-lo, pode enriquecer as pesquisas com respostas, as quais não haviam sido preparadas, pois muitas vezes aguarda-se respostas que atenda exclusivamente ao que o pesquisador quer.

Para atingir os objetivos propostos na presente pesquisa, foram entrevistados agentes das instituições governamentais como: da SEPLAN (Secretaria de Planejamento Estadual), AGDR (Agência de Desenvolvimento Regional), nos órgãos do município de Alexânia, e com pesquisadores na temática regional. As entrevistas permitiram compreender as diretrizes ou formulações entre o intencional e o prático alocados pelos planejadores no delineamento das políticas regionais goianas.

Inicialmente, as entrevistas foram encaminhadas aos representantes dos órgãos estaduais e municipais. Para as entrevistas foram elaboradas perguntas direcionadoras de modo a orientar a condução do processo de obtenção de informações. Também foram pesquisados documentos e dados que auxiliaram na construção da pesquisa.

As entrevistas (apêndices A e B) com os agentes da AGDR e SEPLAN-GO teve como objetivo conhecer as práticas dos representantes do Poder Público Estadual no delineamento das políticas regionais e que agem de forma direta ou indireta no cotidiano da população goiana. Pretendeu-se também verificar suas contradições, tendo em vista que as políticas regionais se pautam na redução das desigualdades regionais e nas possibilidades de proporcionar o desenvolvimento de regiões vistas como estagnadas ou atrasadas pelo governo goiano. O foco da pesquisa está voltado à Secretaria Estadual do Planejamento Estadual de Goiás e na Agência de Desenvolvimento Regional Goiana nas quais estão alocadas as diretrizes de elaboração e execução das políticas regionais.

As entrevistas subsidiaram as análises acerca de como os planos, projetos e ações destas instituições interferem, seja estimulando ou fragmentando, na construção de infraestruturas, no fortalecimento de regiões ou na ausência de políticas em outras regiões. O intuito é compreender de que maneira o território

goiano esta se modernizando e quais as regiões de interesse do governo são prioridades para melhorar a qualidade de vida das populações.

A entrevista (apêndice E) e questionário (anexo A) nos órgãos municipais de Alexânia, como as Secretarias de Planejamento Urbano, Indústria e Comércio, e na Prefeitura, apresentaram o objetivo de compreender especificidades das diretrizes estaduais e municipais, como são colocadas, de que maneira são construídas, se de fato há uma parceria entre o Estado e Alexânia, se existe interesse em investimentos em Alexânia para fortalecê-la no GAB e quais as possibilidades de proporcionar qualidade de vida para os cidadãos de Alexânia.

Contudo, é preciso ressaltar as dificuldades no agendamento para as entrevistas nos órgãos estaduais e municipais em virtude do período eleitoral, sendo que na maioria das vezes foi preciso uma submissão da entrevista via E-Mail, contendo as perguntas que seriam abordadas antes da confirmação do agendamento das entrevistas. As entrevistas foram sistematizadas de acordo com o quadro 1 enquanto nos apêndices e anexos encontram-se as entrevistas e os questionários.

Quadro 1: Relação dos Entrevistados vinculados aos respectivos órgãos

Entrevistados	Órgão	Objetivos
Lúcio Warley Lippi	Gerente de Planejamento da AGDR	Obtenção do contexto da AGDR e a execução dos programas na microrregião do Entorno do DF.
Jacqueline Bezerra Cunha	Ex-gerente da SEPLAN, responsável pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno de Brasília. Atual gerente da Secretária das Cidades	Análise do contexto da SEPLAN na elaboração dos programas de desenvolvimento regional bem como sua atuação na esfera regional e suas atribuições com a AGDR.
Agda Patrícia A. Cardoso	Coordenadora Fiscalização Prefeitura Alexânia	Análise da arrecadação do município, da estrutura administrativa, tributária, infraestrutura.
Antonio Reginaldo da Silva	Prefeitura Alexânia	Análise dos setores econômicos do município e sua relevância para a população.
Tadeu Arrais	IESA/UFG	Análise do crescimento econômico goiano nos delineamentos da política regional, com as parcerias público-privadas.
Dimilson Dib	Presidente ACIALEX	Análise da dinamicidade do setor comercial em Alexânia e o papel da ACIALEX.

A data das entrevistas foram variadas devido as dificuldades de adequações de horários dos entrevistados. As entrevistas ocorreram no período de Maio a Julho de 2009, com durações variáveis entre 1 e 2 horas, devido a análise dos documentos apresentados por alguns entrevistados e verificação de dados referentes a algumas perguntas dos questionários.

O questionário aplicado junto a Prefeitura de Alexânia (Anexo A) foi gentilmente disponibilizado pelo Professor Tadeu Arrais do IESA-UFG, o qual é coordenador da pesquisa Avaliação dos impactos territoriais dos programas

estaduais de intervenção regional para o Nordeste Goiano, Norte Goiano e Entorno do Distrito Federal, entre 1998 e 2006 financiada pelo CNPq.

Enfatiza-se a dificuldade encontrada na coleta de dados utilizados sobre os setores de emprego (aumento e concentração), dados acerca da mobilidade das pessoas que utilizam serviços de saúde e educação nos municípios de Goiânia-Anápolis-Brasília, como dados dos setores econômicos a nível regional entre Alexânia e a Região GAB junto aos órgãos IBGE e SEPLAN, o que contribuiu para a análise parcial desses dados. O IBGE disponibilizou o último censo de 2000 e a SEPLAN dados parciais de 2001 a 2007, com interrupções no decorrer desses anos.

A redação dos resultados da pesquisa está estruturada em quatro capítulos além das considerações finais. No primeiro capítulo - O Devir da Região busca-se tecer uma reflexão que envolva os conceitos centrais da dissertação. Os conceitos foram abordados de modo a constituir reflexões acerca da região, regionalização, coesão, contigüidade, polarização.

No segundo capítulo - Modernização no/do território goiano: Continuidades e Rupturas propõe-se dar seqüência à discussão iniciada no capítulo anterior, cujo foco é o processo de inserção econômica de Goiás na economia nacional e global.

No terceiro capítulo – A Região Urbana GAB emerge a análise das descontinuidades, fragmentações e polinuclealidade urbana de Goiânia-Anápolis-Brasília. A análise emerge da centralização de serviços, equipamentos urbanos e da constituição em polos atrativos para a migração, revelando como os recursos são territorializados nos municípios de Goiânia-Anápolis-Brasília no movimento de produção e apropriação dos agentes hegemônicos no (re) ordenamento territorial do capital.

No Quarto capítulo - Complexidade do Tecido Regional Goiano: fragmento Alexânia emerge a análise dos eixos de concentração populacional que possuem uma relação intrínseca com a problemática da microrregião do Entorno do DF e os municípios que são influenciados, posteriormente as transformações territoriais que ocorreram com a criação da capital federal, da rodovia BR 060 que modificaram as

relações econômicas de Alexânia. A análise é direcionada para as transformações recentes a partir do ano 2000 e nesse contexto procura-se compreender também as modificações por qual passa a política regional goiana e como interferem na Região Urbana GAB, em especial, nos municípios de pequeno porte, no fragmento de estudo Alexânia.

Por fim, nas considerações finais apresenta-se alguns apontamentos para conclusão e finalização da redação final da dissertação, as possibilidades e dificuldades da inserção regional de Alexânia na Região Urbana GAB e alguns questionamentos para futuras pesquisas.

.

O DEVIR DA REGIÃO

A discussão teórica constitui ponto básico para estabelecer o diálogo entre o pesquisador e a realidade guiado pelo caminho metodológico que possibilite desvelar as especificidades regionais da Região Urbana GAB em meio aos processos globais do capitalismo, levando em conta a dinâmica presente.

Neste capítulo procura-se situar o leitor acerca do debate da questão da região na ciência geográfica com ênfase nas transformações conceituais da região pós anos 50. Entre os elementos presentes no estudo da Geografia Regional, serão aqui abordados: região, regionalização, contigüidade, coesão, polarização; sendo pertinentes para alcançar os objetivos apresentados.

As discussões da geografia envolvem os seus conceitos que são considerados objeto ou o conceito chave em algum momento da ciência geográfica, como espaço, região, território, lugar, paisagem, natureza. As diversas pesquisas na geografia se apóiam neles, afinal os conceitos são interligados, não possuem uma fronteira precisa onde um termina e outro começa.

Para compreender-se a dinâmica regional da Região Urbana GAB trabalha-se com um conceito de região refuncionalizado que possa atender as dinâmicas do período atual, portanto, o conceito de região nas escolas Clássica, Teorética e Humanística serão abordados de forma sucinta.

De acordo com George (1974) *apud* Teixeira Neto (2002) a dificuldade em compreender o conceito de região ocorre quando busca-se um significado preciso. Nesse caso, o conflito entre a linguagem científica e a linguagem comum logo se estabelece e quando aplicado a formas diferentes de regionalização o conceito altera seu conteúdo, isto é, em linguagem comum todos os critérios são bons para identificá-la, enquanto na linguagem científica o cuidado consiste em dar precisão aos critérios para sua definição.

As últimas décadas do século XIX foram caracterizadas por dois processos importantes para a geografia: o novo momento da expansão territorial na fase do capitalismo monopolista e a sistematização da Geografia como ciência, com a abertura de cursos nas universidades européias e norte-americanas. Esses dois processos vão sistematizar a ciência geográfica no final do século XIX, a qual teve como pressupostos o determinismo ambiental e o possibilismo. De acordo com a perspectiva determinista, tem-se então como exposto por Corrêa (1987, p. 09) que:

[...] as condições naturais especialmente climáticas, e dentro delas a variação de temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas meteorológicas mais propícias.

Na Geografia, as idéias “deterministas” tiveram no geógrafo alemão Friedrich Ratzel seu grande divulgador, o qual desenvolveu a Geografia Política e a Antropogeografia, influenciado pelas Ciências Naturais.

Ratzel (1988) vivenciou o contexto de unificação da Alemanha, em 1871 e compreendia a importância para a Alemanha em se tornar um Estado Nacional. Dentre os conceitos desenvolvidos por Ratzel, como fator geográfico, condições geográficas, o conceito de espaço vital⁵ mostra-se relevante para a pesquisa o conceito de região natural⁶. Acerca do assunto, Corrêa (1987, p. 23-24) destaca que:

[...] a região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma dessas partes.

A burguesia francesa em reação as construções teóricas de Ratzel, procurou fazer uma Geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e fornecesse fundamento para o expansionismo francês. O principal expoente da Geografia Francesa foi Paul Vidal de La Blache, embora não fosse o único, ressalvas a Jean Jacques Élisée Réclus que realizou fortes críticas ao governo francês. La Blache

⁵ Este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo assim suas potencialidades de progredir e suas premissas territoriais.

⁶ O conceito de região natural foi introduzido no Brasil, via influência francesa por Delgado de Carvalho em 1913. Entretanto, o autor da Primeira divisão regional do Brasil foi Fábio de Macedo Soares Guimarães, Chefe da Divisão de Geografia do IBGE. Visando uma divisão prática e duradoura, ele apodera-se do conceito de regiões naturais para possibilitar a comparação de dados estatísticos ao longo do tempo. Guimarães considerou as seguintes regiões naturais: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro - Oeste; que foram subdivididas em microrregiões, sendo estas, subdivididas em zonas fisiográficas caracterizadas por aspectos socioeconômicos. Em referência a essa discussão consultar a Revista Brasileira de Geografia, 3 (2), 1941. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

construiu sua proposta de Geografia, pautado em um diálogo crítico com a escola alemã (LENCIONI, 2003).

Para La Blache a interligação de elementos físicos e humanos é o resultado da evolução histórica de uma determinada parcela do espaço que lhe conferiria a homogeneidade do espaço, em relação a outras parcelas do espaço, ou seja, a singularidade. Tratava-se da região, conceito que passou a ser o objeto da geografia, dando origem à Geografia Regional. Cada região era detalhadamente descrita e particularizada por meio da síntese geográfica, o que dificultou generalizações (CORRÊA, 1987; GOMES, 2000).

Todavia, para o geógrafo Alfred Hettner, a análise geográfica se baseia nas interrelações por meio das diferenciações de áreas, inserindo a Geografia no plano corológico. Na perspectiva corológica de Hettner (1982), dificilmente a geografia poderia estabelecer padrões; para ele a Geografia é a ciência da superfície terrestre segundo suas diferenças. Neste contexto, a região garantiria para a Geografia um objeto próprio, um método específico através das diferenciações de áreas considerando as interrelações com os fenômenos físicos.

Para Lencioni (2003), as teorias de Alfred Hettner foram assimiladas profundamente por Richard Hartshorne; nascido nos Estados Unidos, mas de origem alemã. Considerado um marco da Geografia Americana por ter introduzido nos EUA, novas propostas em relação ao debate teórico-metodológico na Geografia; foi o grande responsável pela divulgação das ideias de Hettner na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A esta forma de estudo em que o pesquisador procura interpretar os fenômenos descritos exaustivamente Hartshorne denominou de idiográfica. Conforme salienta Moraes (1993, p. 89) “[...] análise de um só lugar é unitária tentando apreender vários elementos”, o que levaria a um conhecimento profundo de um determinado local, outra forma de estudo eram as nomotéticas “aquelas que a partir das generalizações estabelece leis ou regras comuns para ajudar na explicação de fenômenos universais” (SPÓSITO, 2004, p. 103).

A região para Hartshorne era o conceito que permitia articular concepções teóricas e práticas nas análises. Para o referido autor, o importante é o método de identificar, descrever e interpretar as diferenciações de áreas, que resultam de uma

integração única de fenômenos heterogêneos. Hartshorne (1939) *apud* Corrêa (1987, p. 16) afirma que:

O objeto da Geografia Regional é unicamente o caráter da superfície da Terra – uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais, em qualquer nível da divisão, são como as partes temporais da história, únicas em suas características.

De acordo com Hartshorne a região não era vista como algo concreto como em La Blache, e sim como criação intelectual. As principais críticas de Harstshorne aos geógrafos teóricos se baseava no rigor científico que não contemplava os processos. (LENCIONI, 2003)

Para Hettner, a seleção dos fenômenos decorria da observação e seleção do pesquisador que os investigava entre aqueles que pareciam conformar uma individualidade referida no tempo e no espaço, que conformam uma região, enquanto que Hartshorne considerava que não há um grupo de fenômenos particulares, interessando para a Geografia todos os fenômenos que possui uma dimensão espacial (GOMES, 2007).

As críticas quanto a Geografia Regional na perspectiva clássica vieram dos geógrafos teóricos, no qual o marco foi o artigo *O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico*⁷ de Fred K. Schaefer (1953), criticando o excepcionalismo da singularidade dos estudos por meio da região, no qual mostra as deficiências da geografia clássica rumo à cientificidade.

Para Lencioni (2003) inúmeras escolas da ciência geográfica receberam com ênfase essas críticas, como, por exemplo, as inglesas, as suecas e as norte-americanas; assumindo uma pretensa neutralidade científica e adotando uma postura pragmática em relação à difusão do sistema de planejamento do Estado capitalista por meio do positivismo lógico.

De acordo com Capel (1988, p. 390), para os geógrafos quantitativistas:

[...] el énfasi del estudio geográfico no debe ponerse en el análisis regional, aunque pueda realizar-se dicho análisis para comprobar la validez de una

⁷ Ressaltando que Richard Harstshorne no artigo intitulado “Excepcionalism in Geography Reexamined” publicado no *Annals Of the Association of American Geographers*, em 1955, volume 45, ainda não traduzido para o português, de reduzido conhecimento da geografia brasileira, contrapõe as ideias de Fred Schaeffer

serie de teorías previamente formuladas y que tratan de explicar la peculiar combinación de fenómenos que se producen en un área dada la región se convierte e así en una especie de laboratorio en el que se comprueba la validez de las teorías propuestas por él geógrafo sistemático.⁸

Para a Nova Geografia a quantificação atenderia a cientificidade já que é uma técnica que interliga a teoria, para experimentar, testar e aplicar as teorias por meio dos modelos, daí a importância dos critérios na escolha das variáveis, a preocupação metodológica comprovaria sua cientificidade. De acordo com Christofletti (1982) não é o uso de dados estatísticos, probabilísticos e/ou matemáticos que significa a revolução teórica, mas a análise de base dedutiva e sistêmica.

A região passa a ser um modelo, a ela é reservado um caráter de classificação, de agrupamento para a análise espacial através da construção dos modelos regionais que buscavam por meio de uma estrutura analítica e hierárquica analisar a realidade, por meio dos modelos que, por conceito, são reduções da realidade (GOMES, 2007).

A Nova Geografia compreende o conceito de região por duas classificações, as regiões homogêneas e funcionais ou polarizadas. Segundo Gomes (2000, p. 63):

[...] as primeiras partem da idéia de que ao selecionarmos variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço, os intervalos nas frequências e na magnitude destas variáveis, estatisticamente mensurados – definem espaços mais ou menos homogêneos – regiões isonômicas, isto é, divisões do espaço que correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial. Quanto às regiões funcionais ou polarizadas, a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado.

No caso das regiões homogêneas, na divisão regional considera-se um critério ou variável como, por exemplo, “o nível de renda da população, da criação de bovinos ou de tipos de solos” (CORRÊA, 1987, p. 34). No caso das regiões funcionais ou polarizadas são elencados vários critérios ou variáveis, sendo reduzidos pela técnica estatística da análise fatorial. Um exemplo de divisões

⁸ Tradução FRANÇA (2007): A ênfase do estudo geográfico não se deve opor-se da análise regional, inclusive pode realizar-se esta análise para comprovar a validade de uma série de teorias previamente formuladas e que tratam de explicar a peculiar combinação de fenômenos. Em uma área dada, a região se converte assim numa espécie de laboratório em que se comprova a validade das teorias propostas pelo geógrafo sistemático.

regionais funcionais é a divisão do Brasil em regiões econômicas que envolvem variáveis como: a renda da população, o nível industrial, a densidade demográfica entre outras.

A Nova Geografia contribuiu para o planejamento regional adaptando modelos voltados para a problemática regional como, por exemplo, a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, o modelo dos Pólos de Crescimento, de François Perroux, o Modelo Centro Periferia de Friedmann que foram largamente usado pelo Estado para delinear as regionalizações.

A região voltada para as delimitações do planejamento segundo Gomes (1987) é descaracterizada no sentido de empobrecer sua contribuição por meio de técnicas estatísticas que possui reduzida relevância social. Acerca do assunto Gomes (1987, p. 104) ressalta que a “região pode ser o instrumento da venda de uma utopia retórica, que esconde o fato, a relevância desafiadora de consciência da assimetria e de luta no seio de uma entidade hegemônica”.

Assim, a região se afasta do imaginário das pessoas que nela vivem, de suas tradições e atinge um grau eminentemente técnico, subsidiada por métodos estatísticos sofisticados de laboratório. A região assume uma linguagem burocrática, reduzindo a realidade pela busca da regularidade, formalizando modelos e deixando de analisar as contradições, os conflitos (LENCIONI, 2003).

Diante de um contexto de avanços das técnicas, de marcha acelerada do capitalismo e intensificação das relações em escala mundial, a análise dos processos de desenvolvimento socioeconômico e de desigualdades socioespaciais não foram aprofundadas satisfatoriamente. As críticas às limitações da ciência geográfica culminaram com o aprofundamento dos pressupostos críticos. Consolidam-se nos anos 1970 do século XX, duas correntes críticas, uma de base fenomenológica e outra de base marxista.

Os estudos regionais na perspectiva fenomenológica consideram as experiências vivenciadas do homem, o imaginário, a subjetividade, o percebido como uma etapa metodológica importante para o conhecimento. O conceito de lugar ganha relevância na geografia humanística por valorizar as relações simbólicas e o meio em que vivem. A região na corrente humanística é compreendida como espaço

vivido. Para Frémont (1980) a região é uma construção inscrita na consciência coletiva.

A geografia de influência marxista e do estudo da lógica dialética foi denominada de radical. De acordo com Bezzi (2004, p. 180):

[...] a geografia crítica interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações socioeconômicas como base para explicação ou estruturação das distintas formações socioeconômicas e espaciais que devem ser analisadas e compreendidas para o melhor entendimento das regiões.

Na vertente marxista, a região de matriz francesa sofre críticas contundentes de Lacoste (1988) sendo acusada de ser um poderoso conceito-obstáculo, decompunha o espaço global em regiões, a partir das quais realizava a síntese geográfica. Dessa forma, descrevia suas particularidades tornando-se um poderoso conceito ao impedir outras formas de representações espaciais e das contraditórias relações sociais de produção e (re) produção.

Deve-se levar em conta segundo Haesbaert (2003), que a geografia recentemente teve acesso a obra de La Blache de forma completa. Lacoste (1988) realizou a crítica mais significativa a obra desse geógrafo que numa edição posterior de seu livro *A Geografia, isto serve antes de mais nada para fazer a guerra* reincorpora novas leituras da obra de La Blache fazendo uma auto-crítica ao redescobri-lo, como geopolítico, no livro *La France de l'Est* (1916). De acordo com Lacoste *apud* Haesbaert (2003, p. 13) numa passagem da referida obra:

[...] antes de falar logo adiante do papel de Vidal de La Blache, é preciso sublinhar que na verdade a corporação dos geógrafos universitários só reteve um aspecto do seu pensamento, o Quadro da Geografia da França, e que ela esqueceu, sistematicamente, o outro grande livro de Vidal, *A França do Leste* (1916), porque ali ele dá uma enorme importância aos fenômenos políticos. Trata-se, com efeito, de um livro de geopolítica. Nessas páginas bastante críticas a respeito do pensamento "vidaliano" só se trata do primeiro aspecto da obra de Vidal de La Blache, aquele que a corporação privilegiou: o outro Vidal, que ela ignora completamente, só será lembrado ulteriormente, pois só recentemente ele foi redescoberto.

Na vertente marxista o entendimento da região se pauta no materialismo histórico dialético, no qual procura-se analisar as relações de trabalho, a ação do capital que dinamiza algumas regiões em detrimentos de outras, resultando no

processo de diferenciação regional. A região na corrente marxista deve ser compreendida por uma tríade no qual tem como base o homem, a sociedade e a natureza.

Assim Lipietz *apud* Bezzi (2004) comenta que o *lócus* onde ocorre a reprodução de heranças passadas em luta constante contra a ordem geral capitalista monopolista se dá na região. E desse embate, muitas das vezes culminam as crises regionais.

Gilbert (1988) importante autora da renovação da Geografia Regional, compreende a região por três abordagens: a primeira o entendimento da região como resposta aos processos globais; a segunda, a região como simbolismo da identidade cultural e a terceira, a região como meio de interação social.

Na primeira abordagem a região é vista como uma organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção, portanto a regionalização da divisão social do trabalho, a regionalização dos processos de acumulação flexível, a regionalização da reprodução da força de trabalho é fundamental para compreender a lógica de circulação do capital nesse processo de diferenciação regional.

Na segunda abordagem, tem-se a região como simbolismo da identidade e da cultura a região é fruto das apropriações simbólicas de um grupo e seus lugares de vivência e na última vertente a região como meio de interação, a região é vista como um instrumento político apoiada na dominação e no poder como fatores primordiais para a diferenciação regional.

A região para Gilbert (1988) com base nas três abordagens não são opostas, pelo contrário elas se apóiam na diferenciação de áreas e compartilha a ideia de um mundo heterogêneo, descontínuo devido a múltiplos fatores e reafirma a importância da região no período atual.

Para Haesbaert (2003) as mortes e ressurreições que permearam o conceito de região ao longo das discussões da ciência geográfica foram tão variadas e por vezes contraditórias em suas formulações, que muitos geógrafos na contemporaneidade chegam mesmo a afirmar que a região não mais existe. Decretaram sua morte, visto que o processo de globalização torna a realidade homogênea e as diferenças aparentemente parecem ser anuladas.

Entretanto, compreender os intensos processos socioespaciais pós Segunda Guerra Mundial e as implicações da acumulação flexível geram processos de continuidades e descontinuidades nas regiões é mais salutar do que apenas demonstrar o peso econômico de determinada região em relação a outra, muitas vezes corre-se o risco de contemplar apenas as questões locais.

Na atualidade a região possui recortes múltiplos, instáveis e descontínuos resultantes da complexidade do momento atual, contribuindo para a diversidade/dinamismo dos fatores econômicos, sociais, culturais, ambientais destacando o fator político, que não se limita a atuação do Estado.

Sendo assim, as regiões assumem novos papéis em consonância com o atual contexto de intensificação das condições de acumulação, resultante dos processos socioeconômicos globais, concomitante ao acirramento das desigualdades regionais. Logo, compreender a região, na atualidade, supera o estudo do único, do particular, do singular, da visão geométrica e avança rumo a leitura de sua forma multifacetada, resultante de sua conexão com os processos globais e seu rebatimento e especificidades locais. Nessa perspectiva apresenta-se a tarefa da Nova Geografia Regional desvelando as territorialidades dos agentes hegemônicos e as possibilidades alternativas dos agentes não hegemônicos..

As regiões no contexto atual não possuem delimitações precisas, porque os elementos que a formam são variáveis em relação ao espaço, ao tempo e, também, em consideração as outras regiões. Más (2001, p.10) comenta que:

Ciertamente, a nivel conceptual, la región nunca tuvo límites, ni sus elementos integrantes fueron estables y definitivos, ni sus escalas consideradas algo inamovible. Pero el nivel «material» de las regiones (esos objetos estudiados por los geógrafos) se ve completamente replanteado: se trata ya de otros ámbitos, otros referentes; se introduce una total heterogeneidad de criterios; las escalas y los tiempos se superponen⁹.

A globalização faz com que os elementos da análise regional contiguidade, coesão, polarização e a escala sejam repensados/refuncionalizados. A região

⁹ Tradução: FRANÇA (2008) Certamente, o nível conceitual, da região nunca teve limites e nem seus elementos integrantes foram estáveis e definitivos e nem suas escalas consideradas algo imóvel. Porém o nível 'material' das regiões (os objetos estudados pelos geógrafos) se veem completamente inovados: se trata de outros âmbitos, outras referências, introduz-se uma total heterogeneidade de critérios, as escalas e os tempos se superpõem.

perdeu sua forma contínua, linear, ela se fragmenta. Em alguns estudos, como os de Allen, Massey e Cochrane (1998), fala-se da “região com vazios”, tamanha a sua descontinuidade. Reforçando o forte papel das redes regionais, Scott, Agnew, Soja, e Storper (2001) destacam o papel das cidades-regiões.

Atualmente nas redes urbanas-regionais nas cidades brasileiras, observam-se, conexões com o exterior muito mais fortes que com suas cidades vizinhas. Na Região Urbana GAB, objeto da presente dissertação, observam-se processos de continuidades e descontinuidades, a fragmentação, o polinucleamento, em que linearidade, coesão, contigüidade precisam ser repensadas.

As redes constituem-se elementos fundamentais para as regiões, sejam para o seu fortalecimento quanto para seu enfraquecimento. As redes regionais são exemplos das situações complexas em que continuidade e enraizamento convivem com a mobilidade, fluidez e desenraizamento¹⁰. Para Dematteis (2002, p. 166.172):

Una consecuencia geograficamente relevante de todo eso es que las redes globales, que se han hecho ampliamente independientes de los territorios concretos que en el pasado las generaron y de los que todavía dependían hasta los años sesenta, están rediseñando la articulación regional del planeta. Las dimensiones, las geometrías, las características y las dinámicas de los espacios regionales ahora dependen en buena medida de las interacciones de los lugares con las redes que los ocupan. [...], hemos de buscar las razones en un conjunto de interacciones complejas que vinculan entre sí los milieux locales, las redes de proximidade y las redes globales o virtuales, sabiendo que las nuevas unidades territoriales ya no se presentarán como productos espontáneos y casi naturales de estas interacciones (es decir, de la manera en que la geografía humana nos ha acostumbrado hasta ahora a verlas y a buscarlas) sino como construcciones intencionales, redes de redes, conexiones de sujetos en sistemas territoriales locales y, lo que es mucho más difícil hoy en día, conexiones de estos “fragmentos” en regiones¹¹.

¹⁰ É por meio das refuncionalizações dos conceitos de região e território que é possível uma leitura do período atual.

¹¹ Tradução: FRANÇA (2008) Uma consecuencia geograficamente relevante de tudo isso é que as redes globais tem se ampliado independentemente dos territórios concretos que no passado as geraram e que todavia dependiam até os anos sessenta estão redesenhando a articulação regional do planeta e das quais As dimensões, as geometrias, as características e as dinâmicas dos espaços regionais agora dependem em boa medida das interações dos lugares com as redes que ocupam [...], temos de buscar as razões no conjunto de interações complexas que vinculam entre si os ‘meios’ locais, as redes de proximidade e as redes globais ou virtuais, sabendo que as novas unidades territoriais já não se apresentam como produtos espontâneos ou quase naturais destas interações, (quer dizer, a maneira como a Geografia Humana está acostumada até agora a vê-las e buscá-las) senão como construções intencionais, redes de redes, conexões de sujeitos em sistemas territoriais locais e, o que é muito mais difícil hoje em dia, conexões destes ‘fragmentos’ nas regiões.

As pesquisas regionais precisam considerar a heterogeneidade e especificidades das regiões e dos seus municípios, não apenas considerar os principais municípios em peso econômico, muito menos enumerar elementos numa região em comparação com outra região, como por exemplo, as diferenças regionais pelo viés da economia do Centro-Oeste e do Sudeste (onde se localiza a megalópole São Paulo - Rio de Janeiro), ou comparar o crescimento regional da União Européia com o Mercosul. Interessante é compreender as diferenças regionais sejam na União Européia e no Mercosul e as implicações da acumulação flexível nesses fragmentos regionais, que por si só não são homogêneos, pois os atores locais e regionais não apenas atuam nessas escalas, mas estão conectados a múltiplas escalas.

Acerca do assunto Harvey (1990, p. 430) analisa a inserção do capital e a força de trabalho nas regiões, uma das mais importantes contribuições na vertente marxista.

[...] Sin embargo, tan pronto como lá región abre sus fronteras a las corrientes de capital y fuerza de trabajo, las relaciones de valor dentro de la región comienzan a reflejar la “totalidad de diferentes formas de trabajo que abarcan el mercado mundial”. Las revoluciones en el valor se pueden imponer igualmente bien a la región desde el exterior. La posición competitiva de la región en peral puede decaer porque otras regiones han pasado por la incomodidad y la tragedia de una reestructuración interna de su aparato productivo, sus relaciones sociales, los arreglos de distribución, etc.[...]. Las fuerzas relativas de diferentes alianzas con base territoriales llegan a ser factores importantes.

Não é objetivo da pesquisa desenvolver novas conceituações para região mas sim refletir acerca do conceito de região diante a complexidade da Região Urbana GAB, para tanto não compreender a região, por exemplo, numa posição de ruptura local *versus* global, muito menos apenas como divisão ou recorte. É preciso contextualizá-la historicamente e espacialmente.

A região é uma construção que se dá por meio das relações sociais e da reflexão política. As regiões, portanto, devem ser compreendidas, como um processo em que parcelas do espaço são diferenciados sobretudo pela inserção do capital, da infraestrutura disponível, das redes de circulação de transportes e das redes informacionais; da atuação do Estado e sobretudo pelas alterações nas relações de trabalho, as lutas de classes e a historicidade dos sujeitos sociais. Não podemos nos limitar a compreendê-las, apenas partindo dos processos de inserção

do capital, tal lógica considera a região como palco para as ações, sendo que elas possuem dinamicidades, conteúdo histórico, que na maioria das vezes o capital cria meio de homogeneizá-los.

Silveira (2003, p. 415) reforça essas idéias quando discorre a respeito da região no período atual.

Hoje mais do que em épocas anteriores, existe a necessidade de entender o significado do período em cada região, as transformações, o uso atual do território, para que as regiões possam ser de um lado, interlocutoras, mas, de outro lado e, sobretudo, produtoras de condições aptas para o trabalho e a vida da população nos lugares. Por isso, na questão da participação das regiões na partilha de um poder mais amplo, o papel da geografia poderá vir a ser fundamental.

Se a região para alguns hoje perdeu seu *status*, isso não significa que devemos construir sua lápide. Para Silveira (1999, p. 386) “Através dos eventos de ordem global e da ordem local, o mundo como totalidade se afirma e se nega na região” onde o velho e o novo se entrelaçam!

1.1 Seria a regionalização apenas um recorte administrativo?

Acreditamos em diversas possibilidades de se trabalhar com a região diante da complexidade imposta pela globalização o mesmo ocorrendo com a regionalização. Para Haesbaert (1999, p. 28):

Enquanto a região adquire um caráter epistemológico mais rigoroso, com uma delimitação conceitual mais consistente, a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo e neste sentido, é a diversidade territorial como um todo que nos interessa, pois a princípio qualquer região pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelos pesquisadores.

O importante é compreender que a regionalização pode dar uma imagem diferente dos processos econômicos e sociais, porque ao regionalizar, está-se distribuindo, agregando, espacializando os fenômenos naturais, econômicos, sociais e culturais, e uma escolha pode muitas vezes, camuflar outras possibilidades (ARRAIS, 2004).

As regionalizações do IBGE, da SEPLAN ou dos agentes privados é uma possibilidade de delimitar a região, mas esta tentativa de delimitação é sempre incompleta, já que ela capta apenas um instante, dificilmente atende a dinâmica das transformações rápidas, daí na maioria das vezes utiliza-se inúmeras regionalizações para delimitar um mesmo território, portanto, as regionalizações são diferenciadas.

Um exemplo é a regionalização do IBGE para o território Goiano e as regionalizações do Estado de Goiás, elas são diferentes, alguns municípios integram regiões diferentes conforme a regionalização adotada.

Com base na divisão regional do IBGE a Secretaria de Planejamento de Goiás redefiniu as regionalizações do Estado levando em consideração as áreas metropolitanas de Goiânia e Brasília, dos eixos rodoviários e também levando em consideração as características econômicas e espaciais como estratégias para as políticas regionais adotadas nos Planos Plurianuais do Estado de Goiás.

A regionalização pode ser entendida como planificação ou como processo resultante das transformações mundiais implementadas pelos agentes hegemônicos que promove as fragmentações da região. De acordo com Santos (1999, p. 196):

Na vertente pós-moderna que fala do fim do território e de não-lugar, inclui-se, também, a negação da idéia de região, quando exatamente, nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização.

Acerca do assunto, Limonad (2004, p. 58) comenta que as regionalizações para um mesmo território:

[...] são inúmeras e usualmente atendem a interesses extremamente precisos e este, parece-nos, é um primeiro ponto a não se perder de vista. Há que se considerar, ainda, que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme se destaquem ou não determinados elementos e fatores. Uma regionalização pode servir de base a propostas de desenvolvimento regional. Propostas estas cujo caráter irá variar conforme os objetivos a que se propõe atender.

Ainda para compreendermos a distinção e interligação de região e regionalização Ribeiro (2004, p. 195-197) diferencia a regionalização como fato e ferramenta:

[...] a regionalização como fato depende da reconstrução histórica dos múltiplos processos que movimentaram e limitaram a ação hegemônica, [...] encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos de disputa de poder, inscrito nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território, [...] a análise da região correlata à regionalização como fato mobiliza interpretações que tocam, profundamente, as condições historicamente construídas da reprodução social, [...] a regionalização como ferramenta depende do conhecimento da regionalização como fato, já que desta advém recursos essenciais tanto à vida como ao lucro, [...] a regionalização como ferramenta é disputada pelo Estado, pelas corporações pelos movimentos sociais, sendo também contestada nos conflitos territoriais.

As regionalizações produzem formas-conteúdos que raramente correspondem a coerência funcional a que estávamos acostumados, grande parte das regionalizações contem a ideia da geometrização, da continuidade e contigüidade, que dificilmente, por exemplo, observa-se na Região Urbana GAB. Silveira (2003) alerta que a região não pode ser entendida como o limite administrativo de uma regionalização, pois se esta regionalização é modificada a região não existe mais.

A região está sempre num movimento contínuo de desfazer e refazer suas formas, limites e funções, a região contem processualidade, ela nunca é o ponto de

partida, o estático, portanto, é a coerência funcional e não os limites administrativos, cartográficos que definem a continuidade da região (CATAIA, 2003).

As regionalizações administrativas representam uma regionalização historicamente construída normalmente tendo como base o conceito de região funcional exposto anteriormente, ainda que ao longo das regionalizações brasileiras, o conceito de região possui diversificações conforme exposto por Guimarães(1941). Santos (1986) comenta que a regionalização construída historicamente se transforma numa rugosidade que será modificada ou descartada devido aos sistemas de engenharia. Acerca do assunto Silva Neto (2003, p. 361) corrobora com o referido autor quando expõe:

[...] as regiões historicamente construídas pelo processo de povoamento e ocupação do território ou pela regionalização institucional estariam se fragmentando para formar outros agrupamentos regionais. Poderíamos chamá-los de regiões 'científico-técnico-informacionais', verdadeiros sistemas locais projetados para funcionar como 'máquinas' hardwares territoriais. A modernização - tanto do ponto de vista técnico quanto ideológico - seria a ideia motora dessas novas regionalizações. Isto está subjacente, inclusive, no arcabouço normativo do Estado, onde os atuais dispositivos constitucionais poderão levar igualmente á fragmentação territorial.

Ainda de acordo com Silva Neto (2003) a reorganização regional pelo qual o Brasil passa, e por conseguinte o território goiano nos leva a refletir que tais solidariedades locais historicamente articuladas possam ser abandonadas para facilitar a maior flexibilidade da inserção dos fluxos hegemônicos políticos e econômicos, desconsiderando o processo histórico dessas regiões.

A regionalização no período atual não limita-se a repartir o território para melhor administrá-lo. As regionalizações realizadas acirram as desigualdades regionais, já que elas são fruto da racionalização do território, dos sistemas de engenharia e do abandono das políticas.

As regiões se tornam verdadeiras vitrines para os agentes econômicos, para isso articulam isenções de impostos, locais vantajosos para a instalação de empresas acirrando a competitividade, especializando as regiões. (SANTOS, 1999).As regiões logo se adequam as exigências do mercado global para serem inseridas como uma "região do mandar", contudo, somente as que possuem força de regionalização suficiente para fazê-lo, surgindo regiões que não possuem semelhanças com as regionalizações institucionais, e se apresentam como unidades

territoriais fragmentadoras, tanto tecnicamente quanto ideologicamente (ibidem,1999).

Os elementos da análise regional como coesão, polarização, contigüidade e escala encontram-se presentes na discussão da região, apesar das diferentes interpretações acerca do seu entendimento em virtude das transformações do próprio conceito de região que possibilite a compreensão das transformações da sociedade.

A coesão, coerência ou integração pode ser de dois tipos a simbólica e a funcional. A coesão funcional liga-se a dinâmica econômica, e nos remete a ideia de homogeneidade enquanto a coerência simbólica é caracterizada pelos laços de identidade dos habitantes com a região.

Acerca da coesão funcional hoje dificilmente temos uma área contínua e homogênea, Santos (1999) diz que a coerência funcional é a responsável pela diferenciação da multiplicidade as outras entidades próximas ou não.

Diante dessa lógica global que fragmenta as regiões, dificilmente observam-se regiões contínuas, portanto a questão da continuidade ou contigüidade se refuncionaliza, pois a lógica contínuas zonais dá lugar as redes reticulares, descontínuas, logo a contigüidade ultrapassa a visão de proximidade, da cartografia, por exemplo, as redes urbanas brasileiras entram nessa lógica, elas não são completamente contíguas, no interior observa-se processos de descontinuidades, de polinucleação, fragmentações.

A polarização envolve a influência econômica de uma cidade ou conjunto de cidades na organização de uma região, por isso envolve a ideia de centralidade no âmbito das redes urbanas. Para Kayser (1968, p. 283):

A organização, tradução concreta do fenômeno de regionalização deve assenta-se sobre um eixo, um pólo, um núcleo, e este, baseado em atividades da população empregada em comércio, bancos etc [...], por mecanismos bem conhecidos a cidade comando ao espaço que a envolve, encerrando-o em uma rede de relações comerciais, sociais, políticas, da qual ela ocupa o centro.

A polarização envolve a noção de centralidade nas redes urbanas, que são hierarquizadas, logo tem-se na rede urbana polos primários, secundários e

terciários, contudo, a polarização na atualidade também relaciona-se com a financeirização das cidades.

Segundo Sassen (1998) a intensidade das transações financeiras, fluxos de serviços nas cidades globais e regionais tornam cada vez mais precarizada dos processos econômicos as cidades com menor representatividade econômica já que aprofunda a desigualdade na concentração dos sistemas de engenharia e das atividades estratégicas, entre as cidades hierárquicas da rede urbana.

Na atualidade, segundo Castro (1995), a ciência geográfica privilegia a escala global e a local, mas as escalas intermediárias ou meso-escalas são importantes. O entendimento de escala deve ultrapassar a lógica da cartografia, a escala na nova geografia regional requer compreender a influência dos diversos agentes sociais e a atuação nas múltiplas escalas.

Essas especificidades diferenciam as cidades pertencentes a 'regiões do mandar e regiões do fazer'. Sobre o assunto Santos (1999, p. 92) comenta que:

[...] longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência desses subespaços e da definição.

Por meio da análise da Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília da formação, das disputas, das fragmentações, dos interesses econômicos e políticos pretende-se a luz dos elementos regionais citados anteriormente refuncionalizados compreender a dinâmica de inserção regional de Alexânia nessa região, assim como verificar em que medida esta articulação representa transformações sociais em qualidade de vida para a sociedade

Complexidade da Região Urbana GAB: O Fragmento Alexânia-GO

**MODERNIZAÇÃO NO/DO TERRITÓRIO GOIANO: CONTINUIDADES E
RUPTURAS**

2.1 - Urbanização no Centro-Oeste: novos ritmos espaço-temporais na configuração do território.

Neste capítulo busca-se compreender a consolidação dos processos de urbanização do Brasil e de modernização agrícola que integraram as regiões do país, em especial o Centro-Oeste e o território goiano. Primeiro, far-se-á uma discussão acerca da consolidação da urbanização brasileira e da concentração industrial no Sudeste, principalmente na cidade de São Paulo. Posteriormente, será analisada a redistribuição das indústrias para o interior do estado de São Paulo e demais regiões do Brasil, especificamente para o estado de Goiás.

A urbanização resultante das transformações ocorridas após a Segunda Revolução Industrial se consolidou no decorrer do século XX. O desencadeamento da organização espacial das cidades, a concentração da população e o surgimento das grandes regiões metropolitanas em âmbito mundial impuseram um modo de vida predominantemente urbano na sociedade atual. Para Spósito (2004a), a urbanização característica do século XX é decorrente do desenvolvimento do modo capitalista de produção, gerando a concentração e a produção das formas espaciais que, por sua vez, consolidam e expressam esse processo.

A urbanização em países subdesenvolvidos, de acordo com Santos (1979a), dá-se pela concentração dos instrumentos de trabalho e dos meios de produção mais modernos em determinados fragmentos do território. Portanto, somente por meio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é possível compreender as seletividades dos espaços que especializam determinados fragmentos de países, regiões e cidades para a implantação dos sistemas de engenharia, visando à acumulação do modo de produção capitalista. Santos (1979a, p. 41) esclarece:

Através da análise das conseqüências de uma dada divisão internacional do trabalho, em diferentes países, neles encontramos formas correspondentes ao modo de produção dominante, [...] através do estudo das formações sociais reconhecemos a ordem pela qual se dispõem essas formas e o nexo que elas mantêm através da própria vida da sociedade. Essa ordem é fornecida pelo somatório das ações do modo de produção e das formações sociais em movimento, ou, em outras palavras, da adição dos efeitos da divisão internacional e da divisão interna do trabalho.

As contradições sociais e econômicas brasileiras possuem raízes históricas. Os problemas espaciais urbanos passaram a assumir dimensões decorrentes da

consolidação da urbanização nacional, pautada no modelo de desenvolvimento urbano-industrial fordista, que veio a ser reforçado pela Modernização Conservadora. Para Becker e Egler (1993), a Modernização Conservadora não apenas tem o Estado brasileiro como agente principal da industrialização, na função de provedor dos bens públicos, como também, por meio das infraestruturas criadas (rodovias, ampliação dos sistemas de telecomunicações, e do setor energético) dá suporte ao setor financeiro e à produção de insumos intermediários, primordial para as indústrias de base.

Após os efeitos da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929, por meio do processo de substituição das importações, em meados dos anos de 1930 o Estado brasileiro começa a investir em infraestrutura e promove a criação das indústrias de base. Surge no Brasil uma burguesia industrial, sem haver uma ruptura com o setor agrário, dificultando a reforma agrária – o contrário da Europa e dos Estados Unidos, onde se observa a ruptura com a ascensão de uma nova classe, a burguesia. Na América Latina, e conseqüentemente no Brasil, há uma fusão de diversos interesses, visto que parte dessa burguesia é formada por grandes fazendeiros. Estes, tendo em vista o lucro, começam a diversificar suas atividades, investindo no setor industrial.

Na década de 1940, começam a se desenvolver as indústrias dos ramos têxtil, alimentício e de óleos vegetais. A estas, chamadas indústrias de bens não duráveis, somam-se as de produção de cimento e de ferro, além da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), entre outras.

Nessa época as indústrias estão concentradas na região Sudeste, particularmente em São Paulo. Ainda que algumas empresas tenham sede em outras cidades, como Rio de Janeiro, é na Bolsa de Valores de São Paulo que suas ações são negociadas, gerando o que Moreira (2004, p. 131) denomina “rearrumação” da divisão regional do Brasil em regiões polarizadas, típica do capital de ordem industrial.

[...] instala-se no Brasil um espaço de padrão polarizado, concentrado e diferenciado, como pólo nacional em São Paulo, um padrão que doravante irá orientar o fluxo das relações cidade-campo e inter-regional, setorial e locacionalmente no conjunto do território brasileiro.

No final dos anos de 1960 e início da década de 1970, com a crise do padrão de regulação fordista, a emergência do modelo de economia flexível e a territorialização do capitalismo sob a égide do capital industrial e financeiro pós-Segunda Guerra Mundial, os conglomerados transnacionais começam a se instalar em países subdesenvolvidos. Ocorre, então, uma reestruturação econômica, com privatizações, liberalização da economia, surgimento de novas formas de produção e de gestão de tecnologia para a expansão do capital. Nesse período, na América Latina, há um aprofundamento da pobreza, mesmo com a instalação de inúmeras empresas transnacionais em diversos países, como Argentina, Chile e Brasil.

O modelo de desenvolvimento urbano-industrial baseado na substituição das importações, no qual a região Sudeste e São Paulo se enquadram, concentra a estrutura da industrialização brasileira. Contudo, na década de 1970 ocorre uma desconcentração industrial¹² na cidade de São Paulo, devido à expansão da indústria, aos elevados impostos e, sobretudo, à intervenção do Estado, com a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Esses planos são estruturados com o objetivo de redistribuir as indústrias; ou seja, ocorre uma (re)divisão regional do trabalho cujo o foco é a cidade de São Paulo. Oliveira (1984, p. 72) destaca:

O processo de redivisão, partindo da indústria do Sudeste, é amplo e atinge todas as regiões. Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, cria uma outra região, como o Centro-Oeste, destrói numa primeira etapa e reduz o crescimento da indústria do Sul e no Nordeste; apenas o Norte mantém-se relativamente imune aos seus efeitos, em virtude da inexistência de uma infraestrutura de transporte que viabilize a integração (esse isolamento começa a ser rompido (entretanto) com a Belém-Brasília). O crescimento industrial do Sudeste cria e amplia a fronteira agrícola, reproduzindo, nas margens, formas de acumulação inteiramente capitalísticas, das quais transfere o excedente que vai reforçar a capacidade de acumulação do próprio Sudeste.

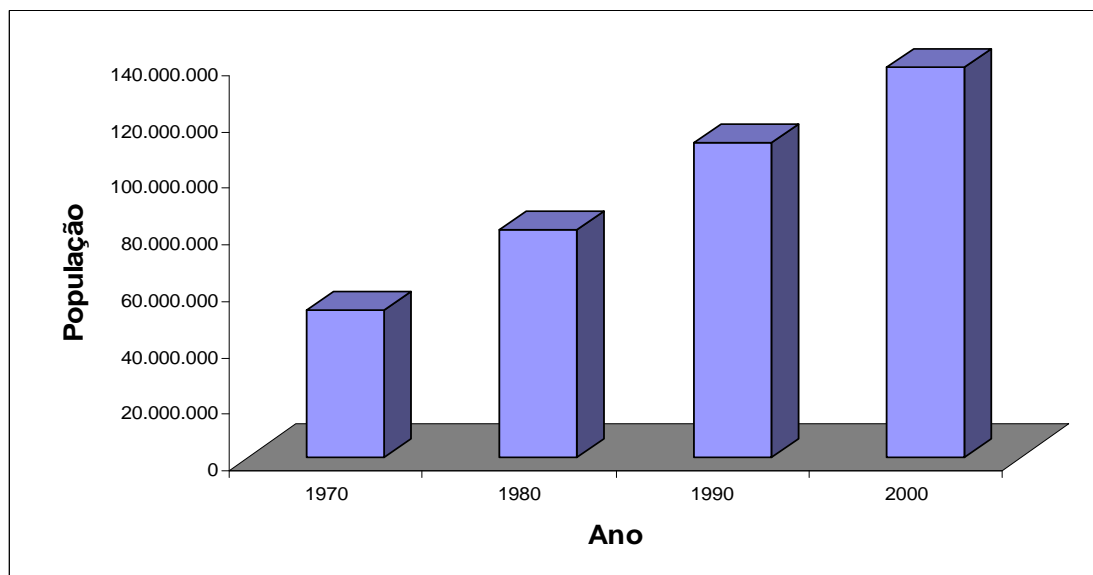
De acordo com Lencioni (1996) e Spósito (2004a), essa redistribuição da industrialização concentrada na Grande São Paulo para o interior do próprio estado

¹² A desconcentração industrial em São Paulo é compreendida nesta pesquisa como uma reestruturação produtiva. O fato de as indústrias não mais se localizarem na capital paulista não significa que a cidade não seja mais atrativa para as indústrias. O que ocorre é uma nova estruturação do espaço industrial, reconcentrando em São Paulo as indústrias de alta tecnologia e as sedes de grande parte das empresas, que passam a possuir filiais em várias regiões brasileiras. Acerca desse assunto, consultar Tunes (2004).

e para as demais regiões brasileiras reestrutura a divisão regional do trabalho, a organização da rede urbana e a fragmentação espacial do Brasil.

Nesse contexto, o Estado passa a ter papel importante, com a definição das diretrizes dos PNDs. As metas dos planos se baseiam na redistribuição industrial; na modernização agrícola para promover a integração e o crescimento das regiões brasileiras, que possibilita os fluxos de informações; no investimento em infraestrutura, como rodovias, transporte e telecomunicações, buscando a acumulação do capital e o aumento do fluxo populacional. No Gráfico 1 é possível ver o crescimento da população urbana brasileira entre as décadas de 1970 e 2000.

Gráfico 1: Crescimento da população Urbana no Brasil 1970-2000



Fonte: Censos do IBGE(1970-2000). Organização: FRANÇA, K. (2009).

No gráfico acima observa-se que no período em questão houve um aumento acelerado da população, e que grande parte desse crescimento ocorreu nas áreas urbanas. Nos últimos 40 anos, além de ter sido a que mais cresceu no Brasil, a população urbana se concentrou nas aglomerações metropolitanas do país.

A urbanização brasileira, com destaque para São Paulo, teve base na industrialização. No entanto, apoiada nos serviços modernos, no capital financeiro e na agroindústria, atualmente a urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica. Santos (2008, p. 67) afirma:

A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e constitui-se como mercado único, o que à primeira vista aparece como uma evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território em um dado momento da evolução. É dessa maneira que, em cada período, entendem-se as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois, a cada momento histórico, as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem.

As transformações e desigualdades da urbanização no Brasil não se realizam de forma homogênea, pois as condições de reprodução do capital presentes em cada localidade geram diferenças regionais quanto à forma e quanto ao conteúdo dessa urbanização nos fragmentos do território brasileiro. No Centro-Oeste, o processo de urbanização é fruto da racionalização do Estado por intermédio do povoamento/ocupação e dos investimentos em infraestrutura, como rodovias, eletrificação e tecnificação da agricultura, para inserir a região no âmbito nacional.

No Centro-Oeste, as áreas que se destacam pelo alto grau de urbanização são o Centro do Mato Grosso do Sul, o Sudoeste Mato-Grossense e o Centro Goiano (onde se localizam a capital, Goiânia, e a cidade de Anápolis). Mais de 50% da população urbana do Centro-Oeste se concentra no Centro Goiano que, com o acréscimo da área metropolitana de Brasília (DF), forma a denominada Região Urbana GAB (IPEA, 2003).

Assim, verifica-se que as bases da inserção do Centro-Oeste, e conseqüentemente do território goiano, nesse processo de urbanização relacionam-se com a reestruturação do capital em seu contexto amplo e com a desconcentração industrial de São Paulo.

2.2 - Consolidação da Urbanização no Centro-Oeste: Capitalização do Território Goiano

A modernização do Centro-Oeste fundamenta-se no avanço das técnicas agrícolas como motor das políticas governamentais nos níveis federal e estadual. Torna-se evidente a reestruturação do capital industrial por meio do uso da tecnologia, como por exemplo, maquinário e implementos agrícolas, e do capital financeiro que viabiliza empréstimos e linhas de créditos em parceria com o Estado para se expandir e se consolidar.

No governo Vargas é criada a Marcha para Oeste, incentivando o povoamento/ocupação do Centro-Oeste - uma área vazia e natural, segundo o discurso oficial. Entretanto, Mendonça (2004) alerta para o risco oferecido por um discurso hegemônico que desconsidera a historicidade dos sujeitos sociais presentes na região. Para o autor, o argumento da existência de uma área natural, despovoada e atrasada justifica a homogeneização e a facilidade da implantação de políticas de ocupação e de desenvolvimento, o que é falacioso, pois ignora as relações existentes no Centro-Oeste desde o período do capital mercantil e comercial, a construção da ferrovia que propiciou a integração da região com o Sudeste e as relações dos trabalhadores rurais e camponeses, baseadas na agricultura familiar. Trata-se de um discurso, segundo Mendonça (2004), que escamoteia a exclusão dos trabalhadores submetidos aos processos de migração para as áreas urbanas e daqueles que permaneceram no campo e foram inseridos na lógica da proletarização do mundo agrícola.¹³ O Centro-Oeste e mais especificamente o estado de Goiás não se constituem áreas vazias, onde a técnica foi implantada sem lutas, sem resistências e sem conflitos.

Desde a Marcha para Oeste até a década de 1970 foi aprofundada a reestruturação produtiva nas áreas de fronteira do Centro-Oeste, por meio das ações desenvolvimentistas do Estado. Como exemplos podem-se citar a construção de Goiânia, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), as políticas dos PNDs, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o lançamento de linhas de crédito e de incentivos fiscais. O

¹³ Os efeitos da proletarização do trabalho no campo são a ampliação das atividades temporárias e consequente precarização das relações trabalhistas.

Quadro 2 apresenta uma síntese das principais políticas de intervenção estatal em Goiás.

Quadro 2: Programas de Intervenção Estatal no Estado de Goiás.

Território Goiano e a Capitalização do Território			
<i>Programas</i>	<i>Períodos</i>	<i>Impactos Regionais</i>	
Marcha p/ Oeste	Expedição Rocandor Xingu	1943-1949	Ação de interesse militar, partindo de Aruanã com destino ao Pará e ao Amazonas, tendo, entre outros objetivos, a colonização pontual da vertente Oeste do Araguaia
	Fundação Brasil Central	1943-1967	Substituiu a Expedição Roncador-Xingu, intervindo, também, no território goiano, por meio do estímulo à colonização
Edificação de Goiânia		1933-1942	Estimulou a migração e mudou o eixo econômico do Estado para Mato Grosso Goiano, reforçando as desigualdades regionais entre o Norte e Sul
Colônia Agrícola Nacional – CANG-		1942-1945	O programa de colonização federal causou impacto na migração e alterou a estrutura agrária da porção norte do Mato Grosso Goiano.
BR- 153		1958-1975	Transformou-se na principal artéria de ligação entre o Sudeste e o Norte brasileiro, redefinindo o eixo de povoamento do Norte goiano para a vertente Oeste do rio Tocantins.
Edificação de Brasília		1956-1960	Estimulou a migração, a fragmentação municipal, o mercado de consumo regional e a circulação rodoviária, com impacto no Leste e Nordeste Goianos.
Cachoeira Dourada		1960	Atendeu a demanda de energia do Estado de Goiás e do Distrito Federal.
SUDECO E A NOVA SUDECO		1960 2006	Programa do Governo Federal com o propósito de intervir na Região Centro-Oeste, estimulando a mudança no perfil econômico. Em 1990 a SUDECO foi extinta. Em 29/11/2006 o projeto de recriação da SUDECO foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal.
Incentivos Fiscais	FCO	1988 ...	Fundo Constitucional do Centro-Oeste disponibiliza 3% do produto da arrecadação do Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto Sobre Produtos Industrializados
	Fomentar	1990-1996	Estimularam a migração de empresas de diversos ramos para o territórios goiano, especialmente o Centro-Sul do Estado. O Produzir, substituto do Fomentar, oferece financiamento de ate 73% do ICMS em 15 anos.
	Produzir	1999...	

Fonte: Arrais (2007a, p. 6).

Com a implantação dos equipamentos urbanos e das políticas governamentais, há uma migração para as áreas interioranas do país – deve-se ressaltar que o crescimento da população urbana é expressivo ao longo das décadas. Entre 1960 e 1980, a população urbana do Centro-Oeste é uma das que mais crescem no Brasil, superada apenas pela do Sudeste. Nesse período, todos os estados do Centro-Oeste têm aumentado seu contingente populacional, com destaque para Goiás, conforme é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Crescimento da População no Brasil e na Região Centro-Oeste de 1970-2000.

Estados	População Total			
	1970	1980	1991	2000
Brasil	93.115.882	119.002.706	146.816.455	169.799.170
Centro-Oeste	4.555.153	6.801.666	9.418.581	11.636.728
Mato Grosso do Sul	998.211	1.369.567	1.780.373	2.078.001
Mato Grosso	598.879	1.138.691	2.027.231	2.504.353
Goiás	2.420.571	3.116.473	4.012.562	5.003.228
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.598.415	2.051.146

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970-2000 e Seplan dos respectivos Estados e do DF. Organização: FRANÇA(2008)

A intensidade do crescimento da população no Centro-Oeste é demonstrada pela política e ideologia urbano-industrial. Na década de 1950, a população urbana representa cerca de 24% do contingente regional; a partir da década de 1970, período de interiorização, a população urbana obtém um crescimento superior a 48%; e o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2000, mostra que a população urbana atinge 86% do total da região, crescimento superior à média nacional.

As possíveis explicações para esse aumento populacional nas cidades do Centro-Oeste estão relacionadas com a Marcha para Oeste e a expulsão do camponês para a cidade, contribuindo para a migração interestadual e inter-regional.

Um dos fatores importantes nesse processo é a tecnificação da agricultura, que não se limita apenas à inserção das máquinas no campo, ampliando a produção de grãos e o escoamento da produção por meio das grandes rodovias, mas que também cria novos setores industriais. Também se destaca a fusão da agropecuária com indústrias – a exemplo das transformadoras de grãos e de insumos –, promovendo a expansão e a especialização do mundo agrícola, com base na produção de *commodities* para a exportação e, conseqüentemente, na dinamização das cidades por meio de setores comerciais atrelados à agricultura.

Exercem papel fundamental nesse contexto os Fundos de Participação e Fomento, responsáveis, em parte, pela instalação das indústrias no Centro-Oeste. O Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar) e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) passam a oferecer financiamentos superiores a 70% sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para recolhimento da taxa em um período de até 15 anos, além da doação de terrenos para a instalação de indústrias, entre outros incentivos.

Para Mendonça (2004, p.233):

a modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e a adoção de novas tecnologias. A idéia era transformar as áreas ocupadas pelos proprietários rurais tradicionais, trabalhadores/camponeses em áreas modernas. [...] Interessante a tese de produção de novos espaços, como produto da intervenção do Estado e do capital transnacional. É desse pressuposto que se aponta a ocupação racional e indiscriminada das áreas de Cerrado. Denominada de modernização da agricultura.

A implementação da densidade técnica permite maior fluidez dos processos no Centro-Oeste, por meio da edificação da capital Goiânia em meados de 1933, o que representa o rompimento com a economia tradicional de Goiás e a inserção de novas formas urbanas na região. Primeira capital projetada do Centro-Oeste – posteriormente seria criada Brasília –, Goiânia é planejada em meio aos discursos dos governos federal e estadual. Para Chaveiro (2004, p. 124),

Goiânia, uma capital moderna, representaria, nesse sentido, a política do Estado Novo aliada às forças oligárquicas de Goiás, emanando o imaginário de integração mercantil, cujo grande objetivo era conduzir a

expansão capitalista à “periferia” permitindo, com isso, estabelecer laços comerciais efetivos com a região pólo: São Paulo.

A cidade de Goiânia representa a mudança do eixo econômico do território goiano, em virtude dos recursos financeiros mobilizados para sua construção e do suporte urbano da expansão agrícola, somando-se o simbolismo de um novo tempo: a integração do interior com o Sudeste. Arrais (2007, p. 102) destaca que:

Goiânia muda definitivamente o perfil e o eixo do povoamento em Goiás. Estimula a migração, dinamiza a economia regional, mobiliza recursos, pois se tratava não de mais uma cidade, mas de uma capital que deveria representar o progresso. Por isso, deveria ser planejada e por consequência capitalizada, o que significa que os esforços para construção da cidade envolviam investimentos na região, no seu entorno.

Esse processo de urbanização do Centro-Oeste, com a criação de Goiânia, é acompanhado de outros acontecimentos, como a participação de Anápolis, que já existia antes da construção da nova capital e foi a cidade com maior importância econômica nas questões logísticas da construção de Goiânia. A região, até então conhecida como Mato Grosso Goiano e posteriormente denominada Centro Goiano, foi e continua sendo a responsável pela expansão e pela concentração econômica do estado de Goiás. O Centro Goiano acumula grande parte da população e da densidade urbana; portanto, reconhecer sua historicidade permite compreender as contradições que permearam a inserção da técnica, dos fluxos e dos fixos nessa região.

Soma-se a esses fatos a construção de Brasília, que para Moraes (2003), representa a metassíntese do projeto desenvolvimentista, concebida para ser um polo regional no Centro-Oeste. Para tanto, houve a montagem do território em rodovias com o intuito de incrementar a economia, proporcionando maior fluidez à produção agrícola, desenvolvendo novos ramos industriais para a então região do Mato Grosso Goiano (atual Centro Goiano) e para o Sudeste Goiano.

Entretanto, a nova capital federal não se constituiu em um polo regional, apesar de possuir importância econômica e política. A dinamização da região por meio da criação de Brasília é inegável, mas a cidade divide com Goiânia e com Anápolis a polarização dos serviços e dos empregos, entre outros setores. Consolida-se, então, no Centro Goiano, por meio de Goiânia-Anápolis-Brasília, uma região urbana descontínua, fragmentada, polinucleada e articulada em redes e fluxos.

Ao discutir acerca do Planalto Central, Moysés (2001, p. 102) destaca a relevância da criação das duas capitais, em um curto período de tempo.

Goiânia e Brasília são produtos do “capitalismo tardio” e das medidas de interiorização adotadas em âmbito nacional pelo governo federal, tendo em vista ampliar os espaços de circulação de mercadorias. Portanto, obedecem à lógica do processo de acumulação e de interiorização do capital, por isso foram criadas pelo poder público para atenderem interesses econômicos e políticos tanto locais quanto nacionais.

Juntamente com Brasília, o Centro Goiano, onde se localizam as redes urbanas de Goiânia e de Anápolis, forma uma região competitiva, com grande fluxo populacional e economia diversificada. Para responder o questionamento proposto – como o município de Alexânia se articula nessa região – é necessário compreender as especificidades de Goiânia, Anápolis e Brasília.

2.3 - Complementação e renovação da Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília.

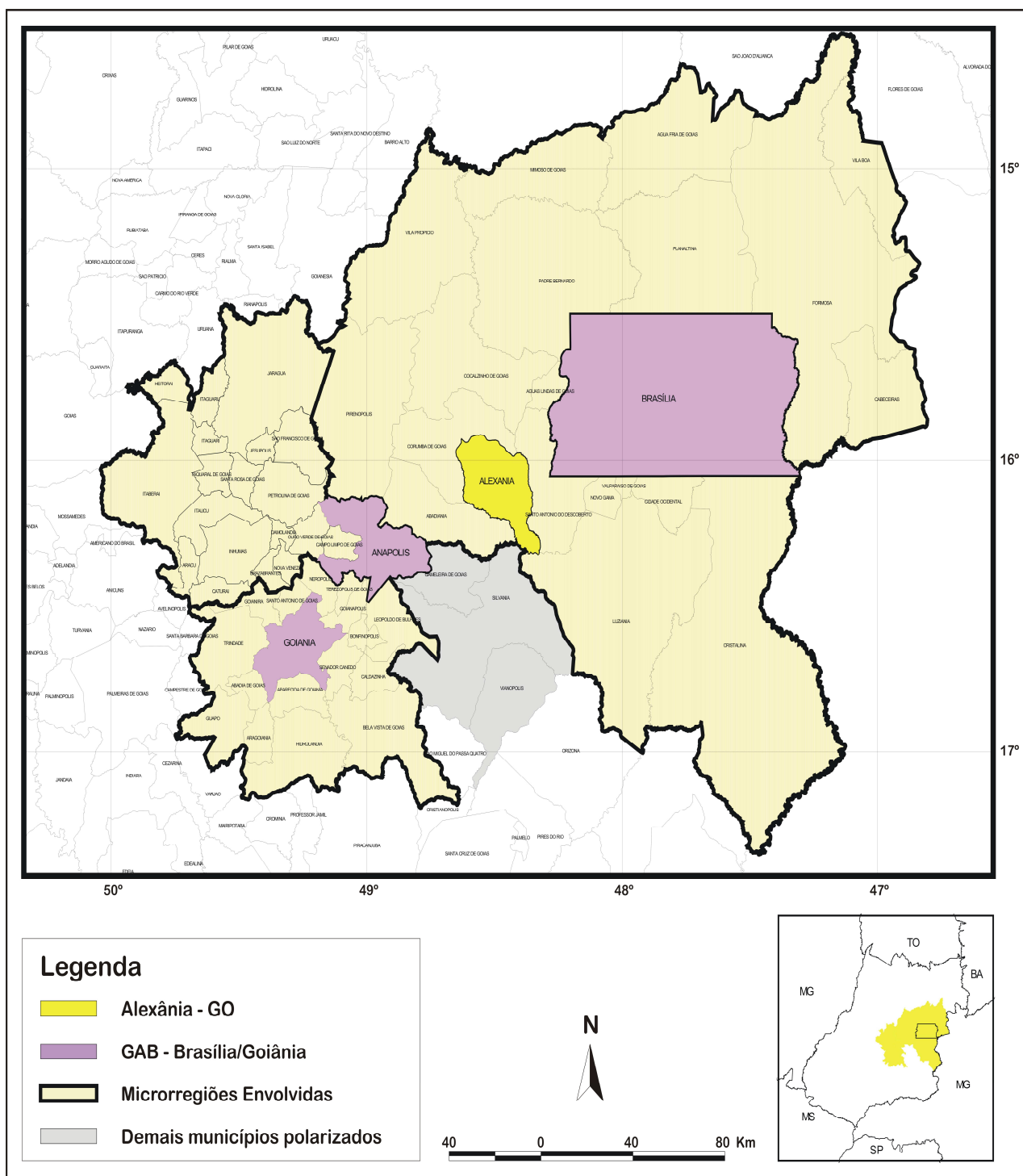
Os processos de desenvolvimento de Goiânia-Anápolis-Brasília possuem especificidades, ainda que inseridos na lógica de interiorização e integração. As referidas cidades centralizam serviços, equipamentos urbanos e formam polos atrativos para a migração.

O reconhecimento de Goiânia-Anápolis-Brasília como uma região urbana não é apenas por sua alta taxa de urbanização concentrando aproximadamente 50% da população do Centro-Oeste e equipamentos urbanos como hospitais, agências bancárias, escolas; destacando o elevado consumo. O reconhecimento da região urbana não pauta-se apenas nas densidades técnicas, mas nas relações imateriais, no jogo político. Ao denominarmos região urbana, não temos a pretensão de excluir as ruralidades que a região possui, O urbano adotado nesse trabalho não dicotomiza as relações campo-cidade ou urbano-rural.

Para Lefebvre (2008) o urbano manifesta-se na explosão da cidade, nos auxiliando a compreender aspectos da cidade como a centralidade, o espaço como lugar de encontro e revolução. A sociedade urbana existe virtualmente; por meio das contradições, segregações e centralidades entre o habitat, sendo necessários a prática social. Aos nos referirmos a região urbana na pesquisa estamos analisando desde as densidades técnicas aos conteúdos políticos e ideológicos e os símbolos.

A denominada Região Urbana GAB não possui uma regionalização oficial. Para compreendê-la à luz dos elementos regionais, é necessário refuncionalizá-los, pois não há continuidade entre as três cidades. Pelo contrário, o tecido é descontínuo, polinucleado, fragmentado e articulado em redes; existe uma alta mobilidade populacional para estudar e trabalhar, sendo a polarização dividida entre os núcleos Goiânia-Anápolis e Brasília.

Mapa 2: A Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília.



Fonte: Elaboração Cartográfica: ROMEU, Silvio; Organização: FRANÇA, Karla. Agosto/2009.

Atualmente os pesquisadores têm se dedicado ao estudo da complexidade dessa região, embora sejam ainda reduzidas as pesquisas acadêmicas sobre o tema. Merecem destaque a tese de doutorado de Arrais (2005), os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo IBGE, por Nesur (1999, 2001) e as pesquisas das Regiões de Influência das Cidades 2007 (REGIC). Estas analisam a formação das redes urbano-regionais brasileiras, entre as quais se sobressai a que é constituída por Goiânia-Brasília e caracteriza a principal aglomeração urbana do Centro-Oeste. Vale ressaltar que no referido estudo é analisado o perfil das redes urbanas, a caracterização e a estruturação das principais atividades econômicas de cada uma delas.

Na Tabela 2 é possível verificar os índices da população urbana e as taxas de urbanização dos municípios que compõem as áreas metropolitanas de Goiânia e Brasília e o aglomerado urbano de Anápolis.

Tabela 02: Crescimento da população dos Municípios da Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília -2005.

<i>Municípios</i>	<i>População</i>	<i>População Urbana</i>	<i>Densidade Demográfica(%)</i>	<i>Taxa de Urbanização (%)</i>
Aglomerado Urbano de Anápolis				
Anápolis	313.412	311.123	341,27	97,25
Bonfinópolis	6.624	6.340	54,18	91,69
Campo Limpo	5.188	-	33,21	-
Gameleira	2.282	-	4,67	-
Leopoldo de Bulhões	8.010	5.361	16,18	60,57
Ouro Verde de Goiás	4.420	2.761	21,08	58,86
Silvânia	19.022	9.989	8,40	50,90
Terezópolis de Goiás	6.085	2.261	56,88	71,14
Vianópolis	12.699	8.885	13,31	68,35
Região Metropolitana de Goiânia				
Abadia de Goiás	6.294	3.920	42,97	87,85
Aparecida de Goiânia	435.323	434.229	1,509,10	99,75
Aragoiânia	7.519	5.426	34,37	66,36
Goiânia	1.201.006	1.192.031	1,624,10	99,34
Goianápolis	12.825	11.843	78,98	91,88

Goiânira	23.613	22.983	117,83	96,50
Hidrolândia	14.860	10.308	15,74	59,88
Nerópolis	22.081	20.972	108,13	92,87
Santo Antônio de Goiás	3.806	3.453	28,86	82,55
Senador Canedo	71.399	68.829	291,73	94,99
Trindade	99.235	97,194	139,12	96,00
Aglomeração Metropolitana Nacional de Brasília				
Abadiânia	12.736	8.360	12,20	62,92
Água Fria de Goiás	4.778	1.779	2,35	35,87
Águas Lindas	159.294	159.048	833,14	99,85
Alexânia	22.287	20.749	26,29	79,49
Cabeceiras	6.942	4.962	6,16	72,57
Cidade Ocidental	47.499	40.599	122,37	85,36
Cristalina	39.867	34.714	6,47	80,81
Cocalzinho de Goiás	17.299	6.264	9,68	41,02
Corumbá de Goiás	9.915	6.373	9,33	57,83
Formosa	90.247	80.426	15,54	88,09
Luziânia	180.227	149.901	45,49	92,26
Mimoso de Goiás	2.206	986	1,59	42,34
Novo Gama	93.081	91.387	485,62	98,18
Santo Antonio do Descoberto	74.867	72.256	79,79	93,26
Valparaíso de Goiás	119.493	119.493	1,987,87	100,00
Vila Boa	3.567	3.197	3,36	82,20
Vila Propício	4.923	1.287	2,26	26,14
Padre Bernardo	24.655	14.217	7,86	61,69
Pirenópolis	21.241	15.683	9,53	58,72
Planaltina de Goiás	94.717	90.290	37,30	95,13
Distrito Federal¹	2.051.146	1.961.499	354,30	95,63

Fonte: FIBGE/Seplan/Sepin- 2005.Organização: FRANÇA (2009)

(1)- FIBGE-2000

Por meio da tabela 2, observa-se que há quinze municípios com população entre mil e dez mil habitantes, correspondendo a 39,4% do total. Destaca-se o

aglomerado urbano de Anápolis, que participa com o significativo número de seis municípios, levando em consideração que esse aglomerado possui nove municípios. Seis municípios têm população entre dez e vinte mil habitantes, o que corresponde a 15,7%. Os municípios com população entre vinte e sessenta mil habitantes totalizam sete, ou 18,4%. Entre setenta e noventa mil habitantes são seis municípios, correspondendo a 15,7%. Excluindo-se as cidades de Goiânia-Anápolis-Brasília, o número de municípios com população entre cem e quinhentos mil habitantes nessa região é reduzido e representa pouco mais de 9,5%: são eles Aparecida de Goiânia, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Valparaíso de Goiás.

Os municípios com população de mil a dez mil e de vinte a sessenta mil habitantes são os que se destacam. Estes, em sua maioria, são considerados de porte pequeno ou médio além de periféricos em relação às áreas metropolitanas de Goiânia ou Brasília. Alguns deles ainda possuem uma população rural superior à urbana, conforme dados expressos na tabela.

Desse modo, é preciso realizar a análise dos núcleos Goiânia, Anápolis e Brasília para que sejam compreendidas as características desses municípios no que diz respeito à densidade demográfica, à infraestrutura e à diversidade. No caso desta pesquisa sobre Alexânia, a análise é fundamental para se considerarem as relações de dependência econômica, as atividades econômicas e as possibilidades de inserção regional dos municípios ditos periféricos, localizados na área em estudo.

Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília

3.1 Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília: núcleo Goiânia

A construção de Goiânia¹⁴ representa o instrumento fundamental para a interiorização e as transformações da política da Marcha para Oeste (OLIVEIRA; MOYSÉS, 2007), em consonância com uma fração formada por elites locais vinculadas ao sul do estado goiano, representada por Pedro Ludovico Teixeira, e por agropecuaristas que se opunham aos expoentes das “velhas oligarquias”, representados pela família Caiado. A construção da nova capital representaria o distanciamento e a redução da influência política das velhas oligarquias, além da integração econômica com o Sudeste.

O projeto inicial da construção de Goiânia previa cinquenta mil habitantes, o que foi superado – no ano de 1937 a cidade já possuía mais de 48 mil habitantes. A política da Marcha para Oeste, que incentivou a ocupação das regiões interioranas, proporcionou um aumento no contingente populacional do Centro-Oeste. Para Arrais, (2005, p. 96):

Em síntese, Goiânia apresentava-se como a efetivação da Marcha para Oeste e base para ampliação e ocupação da fronteira Norte do país, com o avanço da frente pioneira. Esse é o projeto nacional. Por outro lado em função do momento histórico, esse projeto nacional, demarcado territorialmente pela conquista do poder político pelo Sudoeste e Sudeste Goiano e sua efetivação em uma nova região [Centro-Goiano]. Essa região passa a representar, num primeiro momento, a legitimação do poder político e num segundo momento do poder econômico, na proporção que uma economia urbana polarizada por Goiânia e Anápolis começa a se fortalecer.

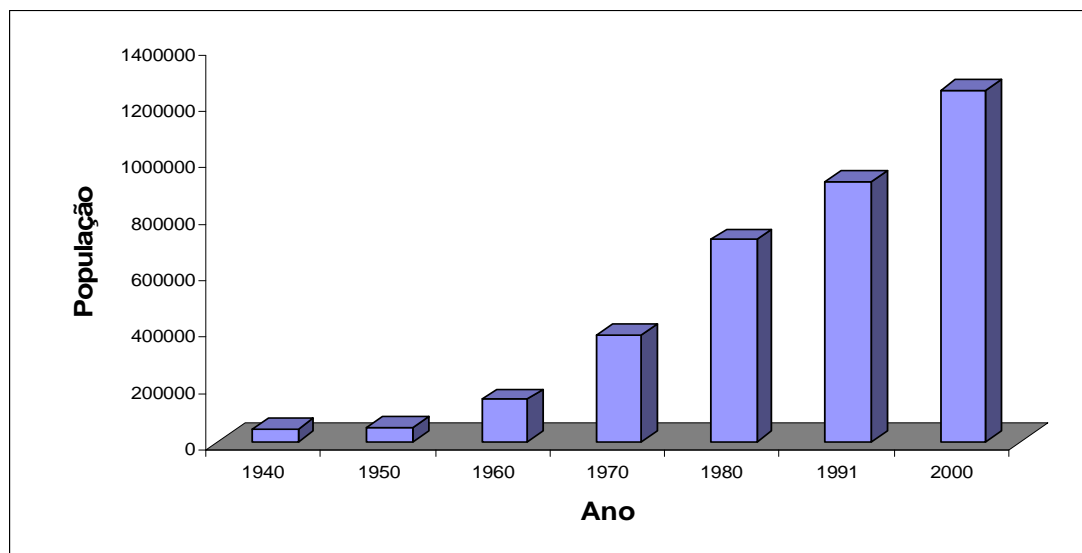
Nesse sentido, a construção de Goiânia atendeu às seguintes demandas: geopolítica, já que fração das elites goianas consolidaram sua hegemonia na região, destacando-se Pedro Ludovico Teixeira como líder; suporte urbano representado pela nova capital; e simbolismo da integração do interior do país, sustentada pelo projeto nacional da Revolução de 1930 e da Marcha para Oeste (ARRAIS, 2005).

No Gráfico 2 é possível observar o crescimento populacional a partir dos anos seguintes à criação de Goiânia, com destaque para a década de 1960. Nessa

¹⁴ A capital do estado de Goiás foi planejada no estilo arquitetônico Art Déco e inspirada no modelo radial-concêntrico; ou seja, a cidade tem como centro a Praça Cívica, de onde partem para todas as direções ruas em forma de raios. O lançamento da pedra fundamental da construção de Goiânia foi em 1933, a transferência da capital ocorreu no ano de 1937, e sua inauguração, no ano de 1942.

época, em comparação com as décadas de 1940 e 1950, houve um aumento significativo da população.

Gráfico 2: Crescimento Populacional de Goiânia - 1940 a 2000.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Departamento de População, Censo Demográfico. Anuário Estatístico de Goiás 2003.

Com o crescimento populacional ampliado a cada década, somado à instalação dos fixos e fluxos, Goiânia passa a exercer uma forte polarização dos serviços públicos, equipamentos urbanos e infraestruturas. Também, como nas demais metrópoles brasileiras, acentua-se na cidade a expansão urbana.

O processo de metropolização de Goiânia (ver Mapa 3) ocorreu na década de 1990, sendo institucionalizado pela Lei Complementar nº. 027/1999. Delimitou-se, assim a denominada Grande Goiânia, composta por onze municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aragoiânia, Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Goianópolis, Goianira, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Trindade. Também foi definida a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG), com o acréscimo dos seguintes municípios: Aragoiânia, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturai e Terezópolis. Houve alterações na institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) feita no ano de 1999, até se chegar à sua atual configuração, aprovada pela Lei Complementar nº. 049/2004.

Contudo, é preciso ressaltar que o processo de formação das regiões metropolitanas no Brasil já havia ocorrido em meados da década de 1970. A Lei Complementar nº. 14/1973 estabeleceu as oito regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza, sendo incluída, em 1974, a do Rio de Janeiro.

Com a expansão das regiões metropolitanas brasileiras, aumenta a concentração dos serviços, dos equipamentos urbanos nas cidades polo e, conseqüentemente, o aumento do preço da terra urbanizada, aprofundando a divisão interna do trabalho. Logo, grande parte da população é segregada, passando a ocupar as franjas das metrópoles, fazendo surgir novas cidades ou adensando aquelas onde até então havia uma reduzida população e, muitas vezes, baixa diversificação econômica. Para Lefebvre (2008, p. 11):

No curso do processo de urbanização [...] uma grande parte dos trabalhadores e das classes médias foi, portanto, alojada de uma maneira relativamente aceitável. [...] As pessoas, sobretudo os trabalhadores, são dispersadas, distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social, cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social.

Ressalta-se que o conceito de região vem carregado das discussões tecidas anteriormente, pois a região possui os elementos regionais refuncionalizados, como polarização e contigüidade. As regiões metropolitanas possuem seu tecido urbano densamente conurbado com determinadas cidades, os municípios das regiões metropolitanas exercem níveis distintos de polarização¹⁵ com seu núcleo central.

¹⁵ É importante considerar a discussão da região, uma vez que em suas configurações as áreas metropolitanas brasileiras possuem polarização normalmente a partir dos núcleos central e secundários. Nestes, grande parte da população trabalha/estuda e busca opções de lazer permeadas por relações de consumo, devido à diversidade econômico-cultural das metrópoles.

Com o Mapa 3 acompanha-se a expansão da malha urbana concentrada em Goiânia e em Aparecida de Goiânia. Essa expansão, em parte “desordenada”, ocorreu por causa das restrições para aprovar o parcelamento no perímetro urbano de Goiânia, já na década de 1970. A prefeitura exigia dos empreendedores um mínimo de infraestrutura para o parcelamento do solo, o que provocou alta valorização da terra urbana e ocupação nos municípios limítrofes com parcelamentos desordenados.

Atualmente a RMG possui uma população superior a 1,9 milhão de habitantes e continua crescendo. Entretanto, os demais municípios crescem a um ritmo superior ao da capital, com destaque para Aparecida de Goiânia, emancipado em 1963. O forte crescimento populacional de Goiânia extrapola os limites administrativos da cidade e a população, em busca de moradia com preço reduzido, desloca-se para a cidade de Aparecida de Goiânia, fortemente conurbada com Goiânia e dependente da capital. Mais recentemente, Aparecida de Goiânia vem passando por transformações significativas em sua estrutura intraurbana, o que tem ocorrido também nas cidades de Senador Canedo e Trindade. Observa-se que, somando os municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade, 93% da população vivem em áreas urbanas.

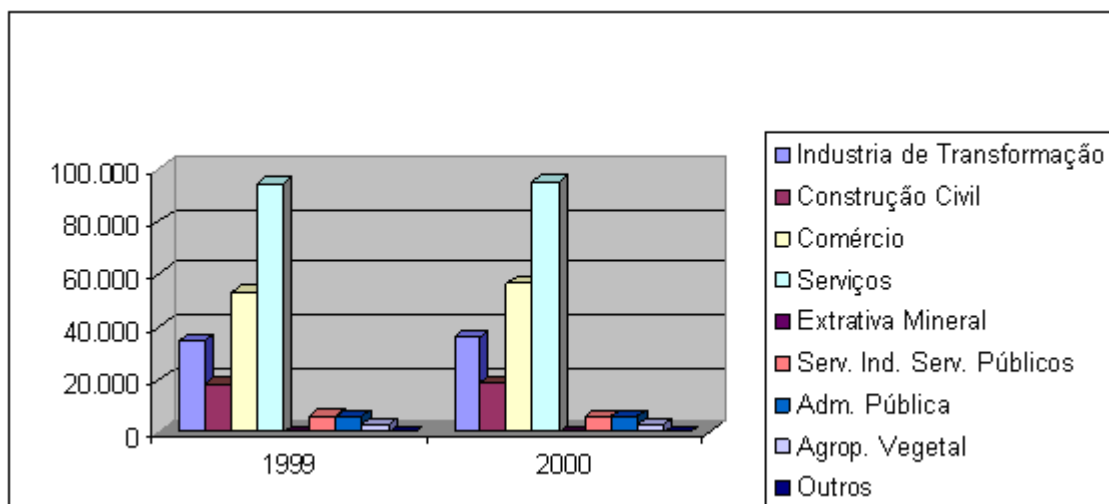
A importância de Goiânia para os municípios de sua região metropolitana se estabelece pelo nível de equipamentos urbanos, além da oferta de trabalho/estudo. A cidade concentra 87% das agências bancárias; isto é, boa parte das transações em dinheiro, no nível de fluxos, Goiânia realiza 94% da movimentação financeira de toda sua região metropolitana. Goiânia também concentra mais de 80% do rendimento mensal, além de 76% dos empregos formais. Além disso, 98% da população economicamente ativa da capital goiana exercem predominantemente atividades urbanas.¹⁶

A partir do Gráfico 3, analisam-se características do mercado de trabalho em Goiânia. Verifica-se que os estoques de empregos referentes aos anos de 1990 e 2000 são os seguintes: os serviços aparecem em primeiro lugar, com quase cem mil postos; em seguida vem o setor de comércio, com mais de cinquenta mil postos; depois vem a indústria da transformação, com mais de trinta mil postos de trabalho;

¹⁶ Dados consultados da pesquisa “Como andam nossas metrópoles”, realizada pelo Observatório das Metrópoles, no período 2004-2006.

em quarto lugar aparece a construção civil, com quase vinte mil postos. Os dados comprovam o perfil de Goiânia como polo de comércio e de serviços.

Gráfico 3: Estoque e Variação de Empregos em Goiânia por Setor de Atividades 1999-2000



Fonte: DIEESE, 2009.

Diante da concentração de empregos e equipamentos urbanos, existe um movimento pendular forte entre os municípios da RMG e Goiânia, facilitado pelos eixos rodoviários, nos quais se incluem as vias municipais. Para Arrais (2006, p. 8), afirma que a capital Goiânia possui uma condição de centralidade permeada por relações de mobilidade e esclarece:

[...] por centralidade referimo-nos à condição que determinou, por exemplo, que uma cidade como Goiânia concentrasse meios de consumo, serviços públicos, comércio, indústria, oportunidades de emprego, equipamentos de lazer, etc, em detrimento de outras cidades. A centralidade, dessa maneira, é sempre uma relação que expressa hierarquia entre lugares, entre cidades, entre regiões.

Goiânia se caracteriza como uma metrópole do ramo de serviços. Na RMG, 61% dos trabalhadores estão concentrados nesse tipo de atividade ou na indústria. Além da diversidade de oferta de serviços, alguns outros aspectos contribuem para reafirmar a importância de Goiânia no contexto regional. A cidade é também um polo educacional, concentrando inúmeras instituições de ensino superior, como a

Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e universidades particulares, com destaque para a Universidade Católica de Goiás (UCG). Goiânia ainda é referência na área médica, com uma rede de hospitais que atende não apenas os municípios da RMG como de outros estados. Além disso, a capital sedia importantes eventos, possuindo significativo número de agências de turismo. Tal influência se dá pelo fato de a cidade ser o centro político do estado. No que diz respeito ao setor industrial, a RMG possui empresas representativas, com destaque para as indústrias de alimentos e bebidas, como Unilever (Goiânia), Mabel (Aparecida de Goiânia), Emegé (Goiânia), matriz da indústria de laticínios Leitbom, Marajoara Indústria de Laticínios (Hidrolândia), entre outras.

A ampliação das redes telefônicas em âmbito mundial tem como um dos reflexos a privatização do setor e sua terceirização. No Brasil, as centrais de atendimento (*call centers*) crescem anualmente e, inserida nesse contexto, Goiânia sedia quatro importantes empresas: Brasil Telecom, Embratel, Claro e Vivo, que instalaram *call centers* na cidade. Essas empresas atuam especificamente no atendimento aos consumidores, prestando serviços para clientes de outras regiões brasileiras, criando mais de quinze mil postos de emprego. Desse modo, Goiânia – e conseqüentemente o estado de Goiás – desponta como uma das cidades brasileiras que recebem grandes investimentos na ampliação da rede de telefonia. Além dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC), outro mercado em expansão em Goiás é o da telefonia móvel.

Na Região Urbana GAB, Goiânia não apenas polariza sua RMG, mas também possui uma relação de complementaridade com Anápolis e exerce influência em alguns municípios do Entorno de Brasília, como no atendimento hospitalar e no acesso a empregos. Apesar da proximidade com a capital (42 quilômetros), o município de Anápolis não se inclui na área metropolitana. Alguns estudos, como o realizado por Luz (2005), enfatizam a possibilidade da criação da Região Ampliada de Goiânia, em discussão desde o ano de 1999. Dessa forma, Anápolis e Terezópolis passariam a integrar a RMG, devido à existência de mananciais de abastecimento na cidade de Goiânia e ao fato de Anápolis possuir o mais importante distrito industrial do estado de Goiás.

Ressalta-se aqui a opção de se fazer, neste estudo, uma análise separada dos núcleos Goiânia e Anápolis. O objetivo é compreender como se dá a articulação de Anápolis com a capital goiana e com a capital federal.

3.2 - Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília: Núcleo Anápolis.

Anápolis teve início no povoado de Sant'Ana, que pertencia ao município de Pirenópolis e foi desmembrado no ano de 1907. O município de Anápolis atraiu grande contingente populacional, principalmente por estar em uma localização geográfica privilegiada, entre cidades auríferas, como as atuais Silvânia, Pirenópolis e Cidade de Goiás (antiga capital do estado de Goiás). Esse fator propiciou a formação do núcleo urbano da futura Anápolis, que primeiro passou a ser pouso para tropeiros e depois desenvolveu atividades de comércio, o que posteriormente transformaria a cidade em um entreposto comercial, quando os tropeiros faziam a ligação entre as cidades auríferas e as regiões Sul e Sudeste do país.

Com a decadência das atividades mineradoras e a expansão da agricultura e da pecuária, Anápolis tem sua função voltada para a agricultura, com destaque para o cultivo do café, aumentando o contingente populacional. Mas é a chegada da Estada de Ferro Goiás, em 1935, que possibilita a ampliação do comércio local, promovendo a migração de sírios, libaneses e árabes. Para Polonial (2000, p. 55), apesar de moroso, o prolongamento da ferrovia representou a dinamização da economia anapolina:

[...] com o aumento das atividades comerciais, os melhoramentos urbanos, tudo isso fez Anápolis um pólo atrativo na região e terminou por criar uma rede de dependência no setor de serviços, entre dezenas de municípios goianos e o município anapolino. Esse processo foi lento, mas contínuo, e integrou a economia anapolina à nacional. A compra e venda de mercadorias cresceu e dinamizou a economia local, transformando a cidade em centro comercial do estado de Goiás.

Para Luz (2009) Anápolis serviu de base para a edificação de Goiânia, e houve aumento da demanda por materiais de construção, aquecendo a indústria cerâmica. Posteriormente, com a consolidação da nova capital do estado e a edificação das rodovias, Goiânia passou a competir economicamente com Anápolis no setor comercial, mas esta se destacou nos anos de 1930 a 1940, devido à monopolização do transporte ferroviário. Entretanto, com a crise gerada pela Segunda Guerra Mundial e o racionamento do petróleo, além das perdas de mercadorias dos comerciantes, outros fatores contribuíram para a retirada dos trilhos da estrada de ferro – entre eles a falta de manutenção das ferrovias e o uso do

petróleo em escalas nacional e internacional. Assim, passou-se a privilegiar as rodovias, favorecendo o comércio goiano, conforme enfatiza Luz (2001, p. 49):

[...] o advento do transporte rodoviário, nas décadas de 1950-1960, favoreceu o setor comercial de Goiânia que passou a competir com o comércio anapolino, principalmente no setor varejista, enquanto que no setor atacadista a complementaridade entre os dois centros permitiu que as fronteiras estaduais fossem ultrapassadas concorrendo com as cidades de Araguari e Uberlândia, os principais centros comerciais do Triângulo Mineiro que, ainda hoje, possuem fortes relações comerciais com o estado de Goiás.

A competição de Goiânia reduziu a importância regional de Anápolis no estado. Entretanto, devido à política de expansão e de ocupação do Centro-Oeste e à instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1942, o município reafirmou sua importância comercial e foi responsável pelo escoamento de mercadorias. Anápolis se constituiu em local de apoio para a consolidação da CANG, ampliando sua área de expansão para o interior do estado de Goiás, no Vale do São Patrício. Nesse período, o município se beneficiou, pois escoava mercadorias, possibilitando o crescimento econômico dos cerealistas. Juntamente com Goiânia, Anápolis se consolidava por meio da especialização das atividades terciárias, como transporte e comércio de mercadorias (ESTEVAM, 1998).

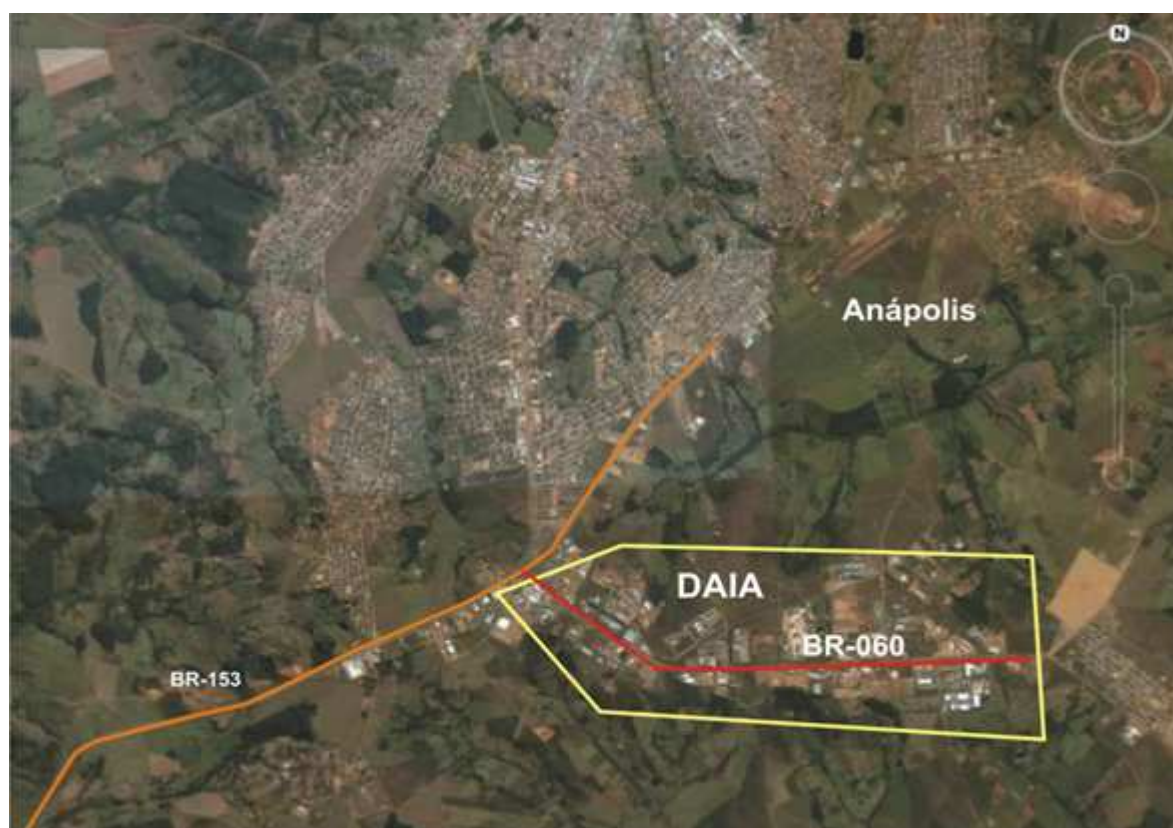
Anápolis passou também a se especializar no ramo atacadista-transportador, além dos setores de distribuição e estocagem. Para Luz (2001), quando o setor atacadista investe em frota própria para realizar o transporte das mercadorias, passa a ter mais agilidade e maior controle sobre os mercados fornecedor e consumidor.

Depois de consolidada sua economia, outro aspecto importante da cidade de Anápolis foi ter assumido o papel de fornecedora de mão de obra, alimentos e materiais de construção. A cidade também foi ponto de apoio para a construção da nova capital federal, Brasília, devido à sua posição estratégica.

O advento da modernização da agricultura e as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) refletiram diretamente na Região Urbana GAB. Esse impacto se traduziu na instalação, em 1974, do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), o primeiro distrito industrial de Goiás, criado em consonância com os interesses do Estado e da elite anapolina, tornando-se, mais tarde, polo de indústrias entre as duas capitais.

A criação do DAIA deu-se por já existir em Anápolis uma rede de indústrias com forte atuação nos ramos de alimentação e de transformação mineral não metálica. Também foi considerada a localização estratégica, em um eixo rodoviário propício para o escoamento e o consumo de mercadorias. A implantação do DAIA foi orientada pela Companhia dos Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL), órgão estadual criado em 1973, responsável pelos estudos técnicos da implantação dos distritos, que substituiu a Superintendência de Distritos e Áreas Industriais (FUNDISTRITO).

Figura 1: Ligação dos eixos rodoviários no DAIA



Fonte: Figura retirada do programa Google Earth, sem escala. Acesso em Maio de 2009.

O DAIA reestruturou a economia de Anápolis, passando a concentrar os investimentos em infraestrutura. Os recursos dos fundos de investimentos foram direcionados para o setor industrial, em detrimento do comercial, e atualmente, no município, são as indústrias que mais arrecadam Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Como reflexo da crise da década de 1980, as indústrias do DAIA, em sua maioria de alimentação, cereais e insumos agrícolas, passaram por um período de

estagnação econômica. Na década de 1990, com o advento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), foram direcionados incentivos para a diversificação do setor industrial. O resultado dessa política foi a implantação do Polo Farmoquímico no DAIA, o que dinamizou o município de Anápolis e o estado de Goiás.

A instalação do Polo Farmoquímico proporcionou o aumento das empresas na região e, também, a geração de empregos e a abertura do curso de Farmácia na Universidade Estadual de Goiás, para promover qualificação da mão de obra. Apesar da criação desses cursos direcionados para o segmento farmoquímico, ainda hoje parte considerável da mão de obra especializada vem do Sudeste. No Quadro 3 observa-se a abertura de cursos relacionados à demanda por mão de obra no Polo Farmoquímico.

Quadro 3: Cursos Superiores Relacionados a Implantação do Pólo Farmoquímico

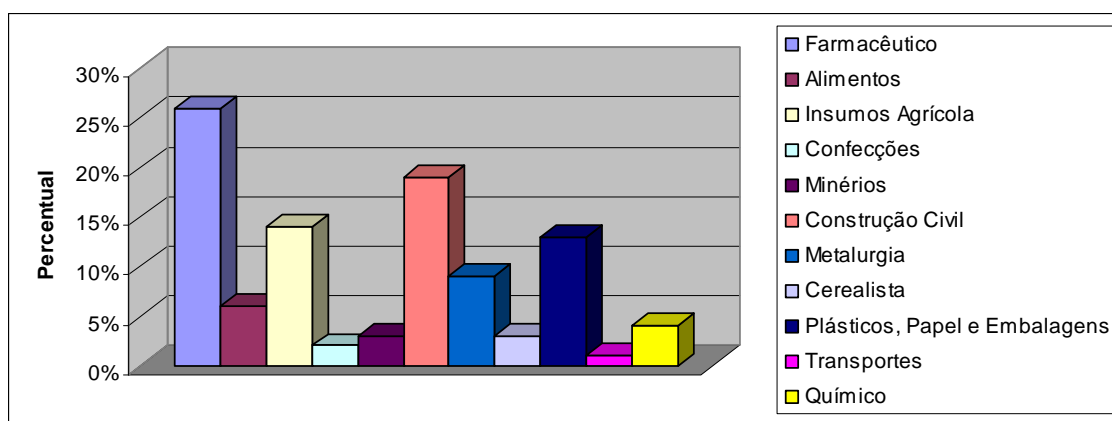
Instituições de Ensino Superior	Categoria	Cursos	Oferta de Vaga	Ano de abertura do Curso
Universidade Estadual de Goiás – UEG -	Pública	Química	30	1990
		Farmácia	60	2000
		Química Industrial	40	2000
Faculdade Latino Americana – FLA -	Privada	Engenharia da Produção	120	2004
		Farmácia	60	2007
Faculdade do Instituto Brasil Central – FIBRA -	Privada	Farmácia	80	2005
Centro Universitário de Anápolis - UNIEVANGÉLICA	Privada	Farmácia e Bioquímica	120	2005
		Química	120	2006
Faculdade de Tecnologia FATEC/SENAI	Privada	Tecnologia em Processos Químicos	52	2006
		Tecnologia Fármaco Industrial	52	2006

Fonte: DIAS, S.S, 2007.

Ressalta-se que o Polo Farmoquímico exerce tanto ligações regionais como nos níveis nacional e mundial, uma vez que a matéria-prima para a fabricação dos remédios é importada de outros países. O polo, considerado o terceiro do país, possui papel de destaque no DAIA, integrando 23 empresas do ramo.

Atualmente o DAIA possui 110 indústrias e observa-se uma diversificação das empresas, com ênfase para os gêneros alimentícios, móveis, embalagens plásticas, têxteis, bebidas, metalurgia, gráfica e química. No Gráfico 4 estão indicados os principais setores de indústrias instaladas no DAIA.

Gráfico 4: Diversidade Industrial no DAIA por setores de atividades 2007.



Fonte: Informações adaptadas MENESES, M.R (2008).

No DAIA estão instaladas 18 empresas do ramo farmacêutico desempenhando de produção de medicamentos genéricos, porém destacamos empresas especializadas em produtos hospitalares e complementos alimentares e veterinários. (LUZ, 2009).

Quadro 4: Principais Empresas Farmacêuticas instaladas no DAIA

Empresas/Laboratórios em funcionamento	Ano de Criação
Laboratório NeoQuímica Ltda	1989
Vitapan – Indústria Farmacêutica Ltda	1990
Greenpharma Agroquímica Ltda	1992
Laboratório Teuto Ltda	1993
Bioline Ind. E Com. De Fios Cirúrgicos Ltda	1993
Champion Ind. Química Ltda	1993
Laboratório Kinder Ltda	1996
Midway Tecnologia em Alimentos Ltda	1996
Laboratório Ducto Indústria Farmacêutica Ltda	1997
Beraca Ind. E Comercial LTDA	1999
Nova Farma Indústria Farmacêutica	1999
FBM Ind. Farmacêutica	2000
Pharma Nostra Comercial LTDA	2001
Gênix Indústria Farmacêutica Ltda	2002
Brazmo S.A	2003
Laboratório Genoma Ltda	2003
Laboratório Geolab	2003
Melcom Indústria Farmacêutica	-
Empresas e Laboratórios em fase de Implantação	
Rhyoter Indústria Farmacêutica e Cosméticos LTDA	
Point do Brasil Ltda	
Millian Indústria Farmacêutica Ltda	
Laboratório Bérghamo Ltda	
TH1 Com. Ind. de Medicamentos Ltda	
AB Farmoquímica Ltda	
Opção Fênix LTDA	
Chemyunion Brasil LTDA	
Cinco Confiança Ind. e Com. LTDA	
Novafórmula Ind. Farmacêutica LTDA	
Clarion Indústria Farmacêutica LTDA	
Laboratório Keldrin LTDA	
JRD Indústria Farmacêutica LTDA	

Fonte: Luz, J.S (2009). Consulta ao site: http://www.goiasindustrial.goias.gov.br/polos_industriais.htm as 20 horas dia 07 de Out/2009.

Outro importante investimento no DAIA foi a instalação, em 2007, da montadora de automóveis coreana Hyundai, que pretende competir na fabricação de veículos leves no mercado latino-americano. A instalação da Hyundai promoveu a diversificação dos setores produtivos do DAIA e fortaleceu o setor metal/mecânico.

O DAIA também sedia a Estação Aduaneira do Interior (EADI), popularmente conhecida como Porto Seco, localizada a 52 quilômetros de Goiânia e a 130 quilômetros de Brasília. A EADI representa os interesses das elites regionais e das empresas em atender as necessidades de importação e exportação das indústrias. Para tanto, conta com equipes altamente especializadas e uma infraestrutura para

otimizar os custos dos serviços aduaneiros e promover fluidez com o mercado global.

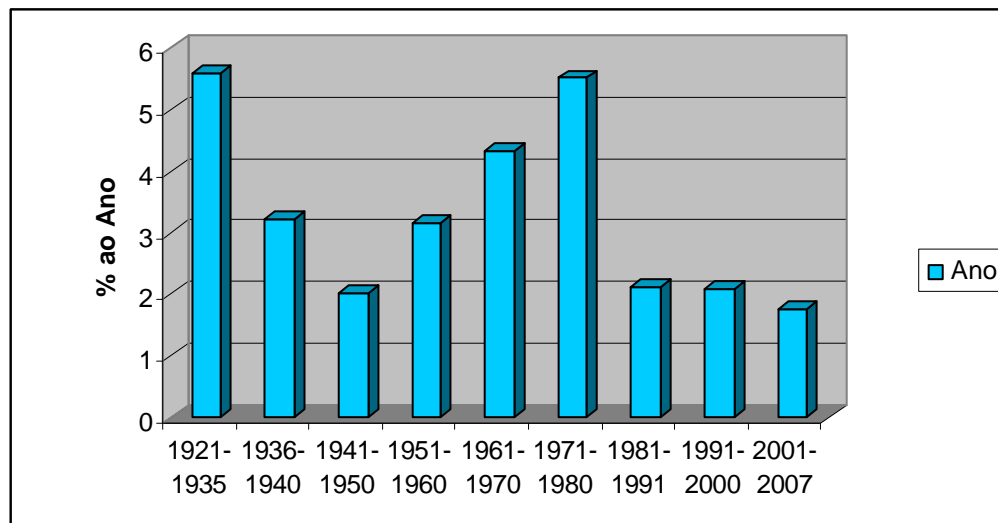
Também deve-se destacar a Companhia de Bebidas da América Latina (Ambev), instalada às margens da BR-060 no perímetro urbano de Anápolis. Especializada no ramo de bebidas – com a produção das cervejas Antartica, Brahma e Skol e de refrigerantes como Guaraná Antartica e Pepsi, entre outros –, a empresa possui localização privilegiada que facilita o escoamento da produção por meio de diversos eixos rodoviários.

Quadro 5: Rodovias de Acesso à Anápolis-GO.

Rodovias Federais	
BR 153	Pista Duplicada no sentido Anápolis-Goiânia e no Anel viário de Anápolis. Sinalização e acostamentos normais.
BR 060	Trecho duplicado entre Anápolis-Goiânia. Duplicada de Anápolis-Brasília. Sinalização e acostamentos normais.
BR 414	Pista simples, com sinalização e bom estado de conservação.
Rodovias Estaduais	
GO 330	Rodovia transversal que articula Anápolis com o sudeste goiano e a divisa de Minas Gerais no sentido sul. No sentido oeste, permite o acesso à GO 080 (Petrolina Goiás), sendo, que no perímetro urbano o traçado da rodovia é interrompido, retornando na área do DAIA, saída de Bonfinópolis. Pista simples com problemas de conservação e sinalização. Acostamento irregular.
GO 222	Rodovia diagonal que oferece outro acesso aos municípios da RMG.

Fonte: Retirado de Luz, J, S (2009)

Verifica-se que as mudanças econômicas, e conseqüentemente a implantação dos sistemas de engenharia, modificou o perfil do município de Anápolis e possibilitou o aumento de contingente populacional, conforme expresso no Gráfico 5.

Gráfico 5: Crescimento Geométrico da População de Anápolis.

Fonte: Fontes Censitárias e estimativas consultadas no IBGE.

Anápolis é a única cidade da Região Urbana GAB considerada intermédia, não apenas pelo critério demográfico, mas pelas relações econômicas que estabelece com inúmeros municípios que a conectam com Goiânia e Brasília. Para Oliveira Jr. (2008, p. 123-124), as cidades intermédias possuem uma complexa articulação econômica com as demais escalas:

[...] as cidades intermédias possuem, contudo não como regra, um vínculo ou uma relação mais estreita e intensa com a sua hinterlândia no que tange ao fluxo de pessoas, mercadorias, lazer, empregos, dentre outros, bem como a respeito de questões sociais e culturais, o que assegura a estas cidades uma articulação privilegiada com as escalas local e regional. [...]. As cidades intermédias desempenham funções de distribuição e intermediação constituindo-se em centros de determinados serviços [...] e equipamentos que estas cidades provêm não apenas para os habitantes que nela residem, mas também para os núcleos urbanos e rurais que são por ela polarizados e consolidam sua área de influência [...] merecem destaque as infra-estruturas de transportes e comunicações.

Quanto às relações econômicas de Anápolis, impulsionadas pela instalação do mais importante polo de indústrias do estado de Goiás, embora na arrecadação de ICMS o setor industrial seja o mais relevante, é o setor terciário que emprega o maior contingente de pessoas. Nesse setor, por exemplo, destaca-se no ano de 2007 o investimento do Grupo Orca Construtora, avaliado em cem milhões de reais,

para a implantação do Brasil Park Shopping e, posteriormente, a execução da segunda e terceira etapas do centro de compras. Com a ampliação das infraestruturas, houve a instalação de novas lojas, entre as quais se sobressaem redes nacionais e internacionais, como Arezzo, O Boticário, Carrefour, Centauro, Hering, Lojas Americanas, M Martan, Omega Dornier, Ponto Frio, Renner e Ri Happy, entre outras.

O *shopping center* não apenas visa ao mercado consumidor anapolino, mas atrai consumidores de vários municípios da região que são polarizados por Anápolis, conforme ressaltado anteriormente. Além disso, a localização privilegiada do Brasil Park Shopping (Figura 2), que fica próximo à rodoviária estadual do município, distante aproximadamente quinhentos metros do centro comercial da cidade e do importante subcentro Jundiáí, onde estão situadas as principais avenidas e ruas, facilita tanto o acesso por meio de carro próprio quanto com o uso de transporte coletivo.

Figura 2: Vista do Brasil Park Shopping



Fonte: <http://www.brasilparkshopping.com.br/>.

Em relação ao trabalho/estudo, o município possui uma relação de complementaridade com Goiânia, da qual está distante 42 quilômetros, e há uma grande mobilidade de trabalhadores e estudantes, já que Anápolis é também um polo de ensino. Arrais (2007) aponta uma diferença de mobilidade pendular entre Anápolis e Goiânia e entre esta e Aparecida de Goiânia, por exemplo. Não há

transporte coletivo integrado entre Anápolis e a capital, mas existe o transporte intermunicipal que realiza 121 viagens por dia, a intervalos de vinte minutos.

Ressalta-se que se por um lado os sistemas de engenharia do município, como o DAIA, a EADI e os novos empreendimentos, inseriram Anápolis na lógica da globalização, por outro fragmentaram seu espaço. Esse fato gerou a reprodução de relações socioeconômicas, ao mesmo tempo em que a cidade se consolida como a segunda do estado de Goiás em peso econômico – atrás apenas da capital –, exercendo importante função logística/industrial e de articulação na Região Urbana GAB.

3.3 - Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília: Núcleo Brasília

Na abordagem do núcleo Brasília, inserido no contexto da Região Urbana GAB, serão contempladas a contradição da construção da capital federal, a periferação e as fragmentações do espaço metropolitano, além das heterogeneidades dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Portanto, tem-se como foco as articulações regionais, destacando o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) e a RIDE-DF. O intuito é compreender a importância do núcleo Brasília na Região Urbana GAB, os setores da economia que nele se destacam e sua relevância.

Brasília não foi construída em uma área vazia. Anteriormente à construção da cidade, já existiam os municípios de Santa Luzia (atual Luziânia), Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Arraial de Couros (atual Formosa) na microrregião do Entorno de Brasília. Sobre essa questão, Queiroz (2007, p. 14) esclarece:

O tempo de existência de Brasília na região é aproximadamente cinco vezes menor do que o período de ocupação do Planalto Central, onde a cidade foi implantada. Entretanto, quando são feitas referências à história de Brasília, pouco é mencionado sobre a história da região que antecede a construção da cidade. Muitos argumentam que o Planalto Central era um verdadeiro vazio, ou seja, uma terra com poucas, ou sem pessoas e, conseqüentemente, com poucas ou sem atividades econômicas e história.

A história dessa região pode ser dividida em três períodos: o primeiro está relacionado à ocupação inicial por meio das atividades de mineração no século XVIII; o segundo se refere à fase de decadência da mineração,¹⁷ durante a qual os municípios sofrem mudanças em suas atividades, voltando-se para a pecuária de subsistência (século XIX até meados do século XX); e o terceiro período começa na metade do século XX, com a construção de Brasília e as profundas e rápidas alterações na economia de Goiás, em especial nos municípios goianos próximos ao Distrito Federal.

A construção de Brasília, como exposto anteriormente, representa o movimento de integração do Planalto Central com as demais regiões brasileiras.

¹⁷ A crise da mineração divide o estado de Goiás nas comarcas do Norte (atual estado de Tocantins) e do Sul. Desde o início, o Norte foi visto como uma região atrasada, comparada com o Sul. É nesse contexto que deve ser compreendido o conceito de região, levando em consideração as raízes sócio-históricas do estado de Goiás. Sobre as comarcas, consultar Teixeira Neto (2002, p. 20-22).

Ainda que a criação da cidade tenha traduzido em alguns aspectos a ideologia militar de que a capital federal deveria se localizar no interior do país, tendo em vista a proteção nacional, é a vertente econômico-política que predomina na escolha, possibilitando maior articulação do Planalto Central com o restante do Brasil e consolidando o processo de integração do Centro-Oeste.

Dentre as ações para prover Brasília de infraestruturas, foram aplicados recursos na construção de rodovias, interligando a capital federal com as demais regiões brasileiras. É o caso da Belém-Brasília (BR-153), da Brasília-Cuiabá (BR-060, que atravessa os municípios de Goiânia-Anápolis-Brasília), da Fortaleza-Brasília (BR-020) e da Brasília-São Paulo (BR-050). Também houve aumento na produção de energia elétrica e dinamização de setores da economia goiana.

Brasília foi construída para abrigar quinhentos mil habitantes. Sempre se priorizou a preservação do centro – o Plano Piloto – para as atividades do poder público, para os serviços sofisticados e para a moradia da população de maior renda, que constituía o quadro de funcionários dos altos escalões administrativos e dos intermediários. Em contrapartida, para a população de baixa renda, composta a princípio pelos trabalhadores da construção civil e por constantes levas de migrantes em busca de melhores condições de vida, foram destinadas as cidades satélites, hoje denominadas Regiões Administrativas (RAs) e, posteriormente, para os municípios limítrofes goianos.

Para Vesentini (1985), em vista da preservação do Plano Piloto é que se criam novas regiões administrativas¹⁸ com reduzida infraestrutura. Buscando evitar ocupações do Plano Piloto, a dinâmica da cidade “expulsa para fora dela trabalhadores que não têm condições econômicas para desfrutar como moradores dos espaços monumentais dessa civitas” (VESENTINI, 1985, p. 108). Portanto, as regiões administrativas reafirmam a segregação espacial de Brasília, já que impedem não apenas o direito à moradia, mas também o direito que grande parte da população tem de usufruir a cidade.

[...] concebida como “máquina de morar” para burocratas, como espaço funcional para a divisão técnica do trabalho no seio do aparelho estatal, Brasília (leia-se Plano Piloto) no sentido estrito repele as populações “disfuncionais” em relação à cidade voltada para o automóvel particular, para a coexistência harmoniosa daqueles que conheceriam entre si apenas

¹⁸ As novas RAs também são criadas para atender a clientela de elevado poder aquisitivo, como, por exemplo, Águas Claras, Jardim Botânico e Noroeste, em andamento na época deste estudo.

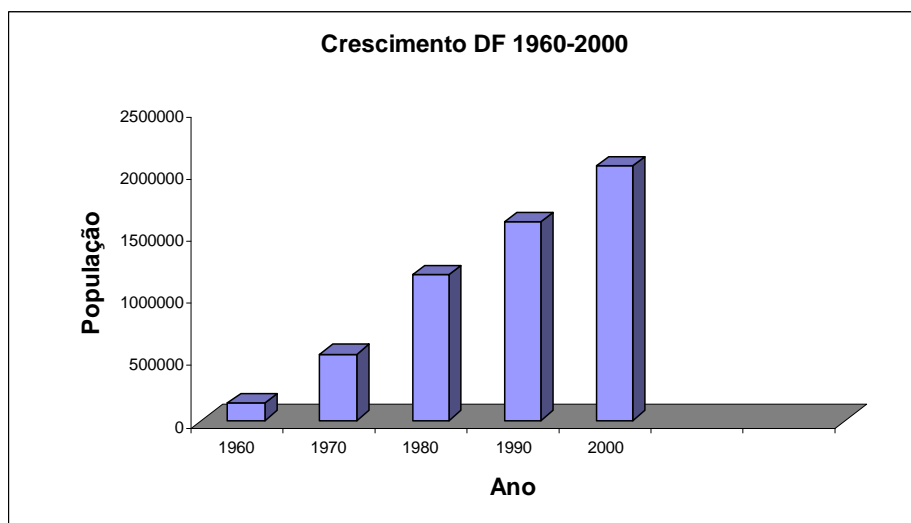
diferenças de grau, as contradições não antagônicas. (VESENTINI, 1985, p. 108).

O espaço urbano da capital federal é fragmentado e descontínuo, os núcleos urbanos são distantes do Plano Piloto, porém, fortemente polarizados. Afinal, é no Plano Piloto que se concentram os empregos e os equipamentos urbanos, considerando que as RAs possuem setores econômicos de reduzida diversidade. Para Paviani (1996), Brasília é caracterizada como uma “metrópole polinucleada” e terciária, por ligar-se prioritariamente às atividades do setor terciário.

Embora seu tecido urbano seja descontínuo, diferentemente da metrópole goiana, Brasília possui as mazelas sociais das grandes cidades brasileiras. São problemas ligados a habitação, saúde, emprego, entre outros, levando-se em conta a particularidade de seu espaço metropolitano, que integra municípios de outras unidades federativas. Catalão (2008, p. 42) destaca:

O processo de urbanização dos municípios que circundam o quadrilátero do Distrito Federal não é somente uma derivação da implantação de Brasília e do processo de produção do seu espaço, mas é parte desse processo. [...]. O crescimento das cidades goianas do entorno metropolitano deu-se muito mais com a periferização da capital do que como urbanização advinda do impulso decorrente da construção e implantação de infraestruturas numa escala regional, tal como ocorreu com Anápolis e Goiânia [...]. O entorno metropolitano de Brasília foi, desde sempre, uma alternativa governamental, direta ou indireta, para alocar as classes mais baixas que não poderiam pagar por residência na capital, em coadunação com os interesses do setor imobiliário, que se aproveitou da oportunidade para lucrar com o parcelamento de terras rurais desvalorizadas, transformando-as em terras relativamente aptas para uso urbano, em geral sem infraestruturas.

Na década de 1970, construída a capital e estruturada sua polinucleação, o crescimento populacional decorrente das migrações ainda era intenso em Brasília, o que acarretava demanda de equipamentos públicos, terra e trabalho. Peluso (2003) destaca que entre 1979 e 1983 avaliou-se que a oferta de moradia incentivava as migrações e logo foi tomada como medida a suspensão de construção de casas populares pelo governo. Isso resultou em uma valorização do solo urbano, que empurrou parte das camadas de baixa renda e novos migrantes para os municípios goianos limítrofes do Distrito Federal. O Gráfico 6 ilustra o crescimento populacional no Distrito Federal entre 1960 a 2000.

Gráfico 6: Crescimento da População no DF 1960-2000.

Fonte: CAIADO, M.C. (2004). Organização: FRANÇA (2009).

A expansão urbana do Distrito Federal, de acordo com Steinberger (1999) pode ser compreendida em três períodos. O primeiro vai de 1956 a 1973 e relaciona-se com a conquista do território por meio de decisões imediatistas, sem planejamento, pautando-se em soluções pragmáticas e autoritárias que respondiam às demandas ligadas ao “direito ao chão”. No segundo período, de 1974 a 1987, a preocupação com o ordenamento se consolidou pela elaboração de vários planos, destacando-se a atuação do PERGEB, na tentativa de conter o crescimento e o resultado do intenso processo migratório e da falta de uma política habitacional. No terceiro período, de 1988 até os dias atuais, consolidou-se o aglomerado urbano de Brasília (AUB)¹⁹ composto pelas RAs e pelos municípios goianos polarizados pela capital federal.

A preocupação por parte do governo em preservar as características urbanísticas de Brasília (leia-se Plano Piloto), desde sua criação, e em conter o crescimento populacional em direção à capital criou programas de âmbito regional.

¹⁹ Os municípios goianos que fazem parte do AUB são denominados municípios do entorno imediato: Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Ressalta-se que em pesquisas sobre o Entorno de Brasília, dependendo da metodologia utilizada, alguns outros municípios são inseridos. No estudo realizado pela SUDECO, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) foram citados os dez municípios relacionados anteriormente; entretanto, não existe um detalhamento sobre as justificativas da inserção de tais municípios no AUB (GESTÃO USO DOS SOLOS, 2001).

O discurso que estava por trás das diretrizes implementadas foi o receio de o aumento de migração para Brasília descaracterizá-la como capital federal, obrigando a incentivar atividades não burocráticas para providenciar emprego e renda. Exemplos dos programas implantados são o PERGEB e a RIDE.

No bojo do II PND (1975-1979), as propostas do governo federal para o Centro-Oeste, em especial para Goiás, basearam-se na expansão e na modernização da fronteira agropecuária nos cerrados e nas estruturas de abastecimento por meio de programas regionais de dinamização, como o POLOCENTRO e, novamente, o PERGEB.

Na região do Entorno de Brasília, o POLOCENTRO destinou-se a incentivar a produção agrícola, a fim de desenvolver pesquisas no cerrado na tentativa de atenuar os problemas de produção, visando modernizar a agricultura via fronteira agrícola com investimentos na pecuária e na agricultura, com ênfase na produção de soja. O programa, entretanto, agravou os problemas regionais em Goiás e nos municípios do Entorno de Brasília, ao escolher áreas propícias ao desenvolvimento, como a Macrorregião Sul de Goiás, enquanto outras receberam recursos irrisórios.

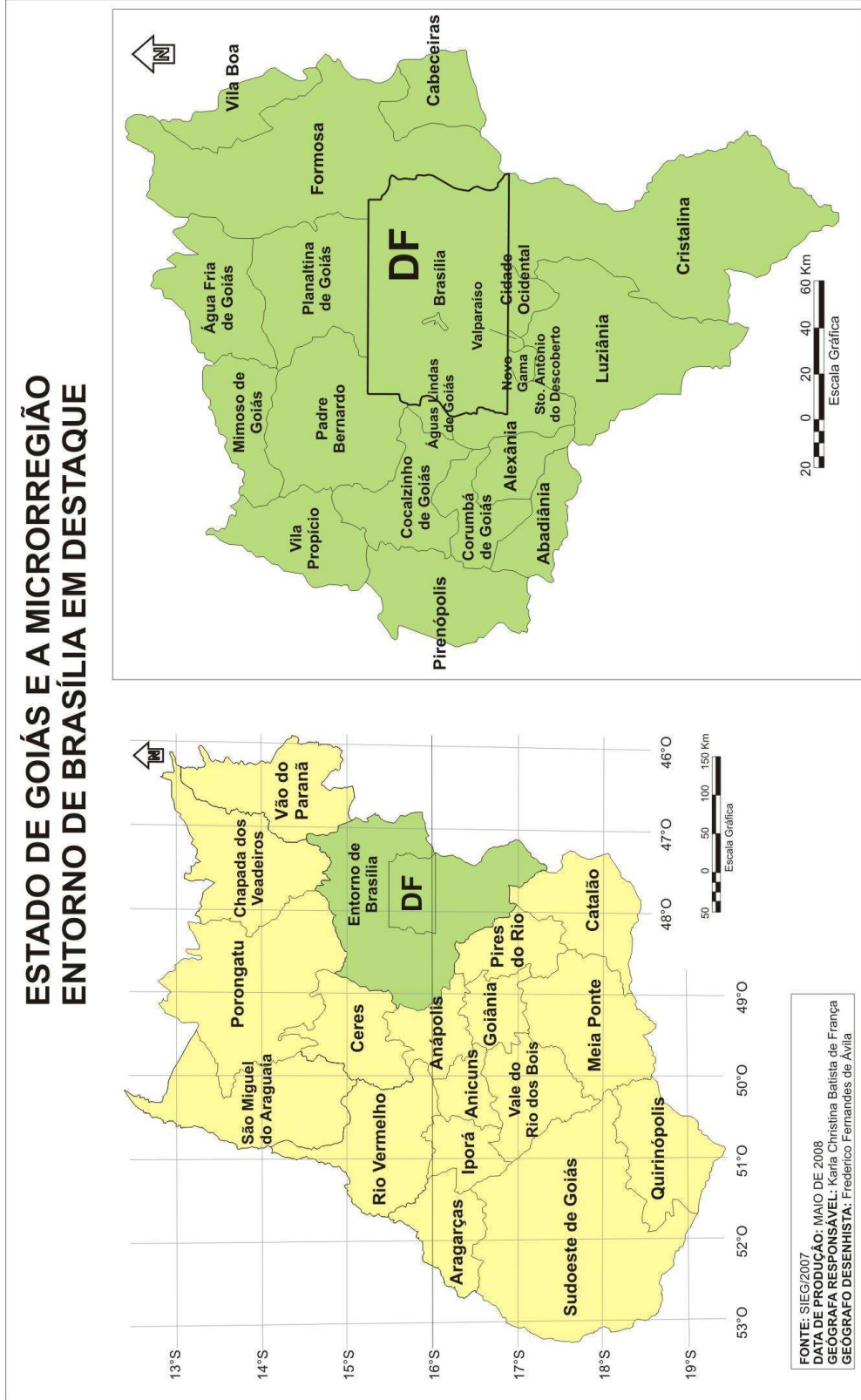
Na mesma linha, o PERGEB definiu áreas-programas de dinamização para estruturar a rede urbana regional, conforme as diretrizes de integração nacional do II PND, abrangendo 88 municípios goianos e mineiros, além do Distrito Federal. O PERGEB tinha como objetivos promover empregos na região do Entorno para atenuar o fluxo migratório para a capital, buscar a desconcentração dos serviços e infraestruturas para evitar a pressão sobre os equipamentos urbanos do Distrito Federal, além de gerar maior integração com as demais regiões, ou seja, levar o desenvolvimento para fora do quadrilátero, como maneira de proteger as características político-administrativas da capital. No ano de 1977, o PERGEB introduziu metas de ordenamento territorial, segundo escalas de atuação regional.

De acordo com as propostas do programa, seriam três escalas de intervenção. A primeira, a escala local de contenção, constituída pelo território do Distrito Federal; a segunda seria a escala de transição, área de controle, constituída pelos municípios do Entorno; e a terceira, a escala regional, área de dinamização composta por eixos a ser desenvolvidos nas seguintes áreas: dos municípios goianos de Ceres e Anápolis, de influência da BR-040 e da BR-050, do Vão do Paranã, de mineração e chapadões de Paracatu, em Minas Gerais.

Os resultados do PERGEB na escala regional foram insuficientes, mesmo com a participação dos governos estaduais e o federal. De acordo com França e Peluso (2007), as atuações das autoridades ficaram voltadas para a área de transição, considerando Brasília como o centro hegemônico e seus interesses como dominantes. A visão “de dentro do Distrito Federal”, que procurava conter a elevada migração, dificultou ações mais efetivas que contemplassem os interesses dos próprios municípios para atingir os objetivos de dinamização propostos na promoção de oportunidades para a população local.

Simultaneamente à explosão demográfica no Distrito Federal, os municípios limítrofes goianos passam por uma expansão demográfica que se intensifica a partir das décadas de 1980 e 1990, quando a taxa de crescimento do DF passa por uma redução e amplia-se o crescimento nos municípios goianos limítrofes. O Mapa 4 apresenta os municípios pertencentes à microrregião do Entorno de Brasília.

Mapa 4: Municípios Pertencentes a Microrregião do Entorno de Brasília



A consolidação de Brasília provocou inúmeros processos de desterritorialização, principalmente nos municípios goianos próximos, à cidade – Alexânia, por exemplo, foi criada às margens da BR-060, em virtude dos interesses políticos e econômicos da proximidade com a nova capital federal e com Anápolis.

No contexto apresentado, houve um fluxo acentuado de migrantes para o Distrito Federal, provenientes da região Nordeste em busca de melhores condições de vida. No entanto, devido ao rígido controle do solo e ao seu elevado valor, os migrantes terminavam por assentar-se nos municípios goianos limítrofes da capital, em ocupações irregulares e com formas de pagamento mais acessível. O crescimento da população nesses municípios tornou-se expressivo; somado à falta de infraestrutura e à reduzida diversidade econômica, gerou a forte polarização de empregos e equipamentos urbanos na capital federal. Ao discutir sobre o assunto, Caiado (2004, p. 109) afirma:

Os municípios goianos têm assumido como principal função na estruturação metropolitana a absorção da população de baixa renda que não consegue morar nas áreas valorizadas e protegidas do DF. A localização geográfica desses municípios (localizado na direção dos principais eixos de expansão do DF), associada à oferta de lotes urbanos acessíveis à população não atendida pela política habitacional e pelo mercado imobiliário do DF (não em função não tanto do preço mais baixo, mas principalmente pelas possibilidades de pagamento ao longo prazo), possibilitou a formação da periferia metropolitana, reforçando os principais eixos de expansão da mancha urbana, reproduzindo assim a configuração existente no núcleo regional.

A expansão da população dos municípios limítrofes goianos e os interesses políticos dos agentes imobiliários em parcelar as terras rurais em loteamentos urbanos promovem uma vertiginosa fragmentação territorial na microrregião do Entorno, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Posteriormente, nos anos 1990, o processo teve continuidade, com o desmembramento de municípios. Luziânia originou os municípios de Padre Bernardo (1963), Santo Antônio do Descoberto (1982), Cidade Ocidental (1993), Novo Gama (1997), Valparaíso de Goiás (1997) e Vila Boa (1992); Formosa deu origem a Cabeceiras (1958), Águas Frias de Goiás (1989) e Planaltina (1991). Os municípios desmembrados também se multiplicaram em outros: por exemplo, Santo Antônio do Descoberto deu origem, em 1997, a Águas Lindas de Goiás e Padre Bernardo originou Mimoso de Goiás (1999). No

total, entre 1950 e 1997 foram criados quatorze novos municípios na região do Entorno de Brasília.

Os fatores que levam à fragmentação na microrregião do Entorno passam por interesses de agentes políticos locais e pela especulação imobiliária. Ao se emanciparem os municípios, os recursos do governo são direcionados para eles, tendendo a ficar concentrados e a ser investidos pelas elites locais. Sobre os fatores da fragmentação no Entorno, Queiroz (2007, p. 105) comenta:

[...] uma das razões para isso é que muitos distritos dos municípios mais antigos, que eram pouco atendidos com infra-estrutura social, serviam como dormitório para migrantes que trabalhavam no DF. Esse processo intenso de ocupação, verificado nas últimas décadas não possui apenas um significado numérico, o problema está muito além do extraordinário crescimento populacional, cujo reflexo é a própria configuração territorial da RIDE. As diferenças socioeconômicas, a segregação espacial e a violência urbana permeiam essa relação entre o DF e o seu entorno.

A RIDE foi desenvolvida pelo governo federal na resolução das regiões metropolitanas que possuem municípios de outras unidades federativas. Instituída no ano de 1998 pela Lei Complementar nº 94, a RIDE²⁰ integra esforços dos governos estaduais e distrital para a promoção da economia regional, com o objetivo de qualificar mão de obra, gerar emprego e renda, combater a criminalidade, promover incentivos fiscais, linhas de créditos e redução das desigualdades regionais por meio da diversificação das economias locais.

As atividades por ela desenvolvidas são coordenadas pelo Conselho Administrativo da RIDE (COARIDE), criado pela câmara das políticas regionais do Conselho de Governo da Presidência e pelos estados e municípios envolvidos. Sobre o COARIDE, Egler, Batista e Mattos (2003, p. 818) assim se pronunciam:

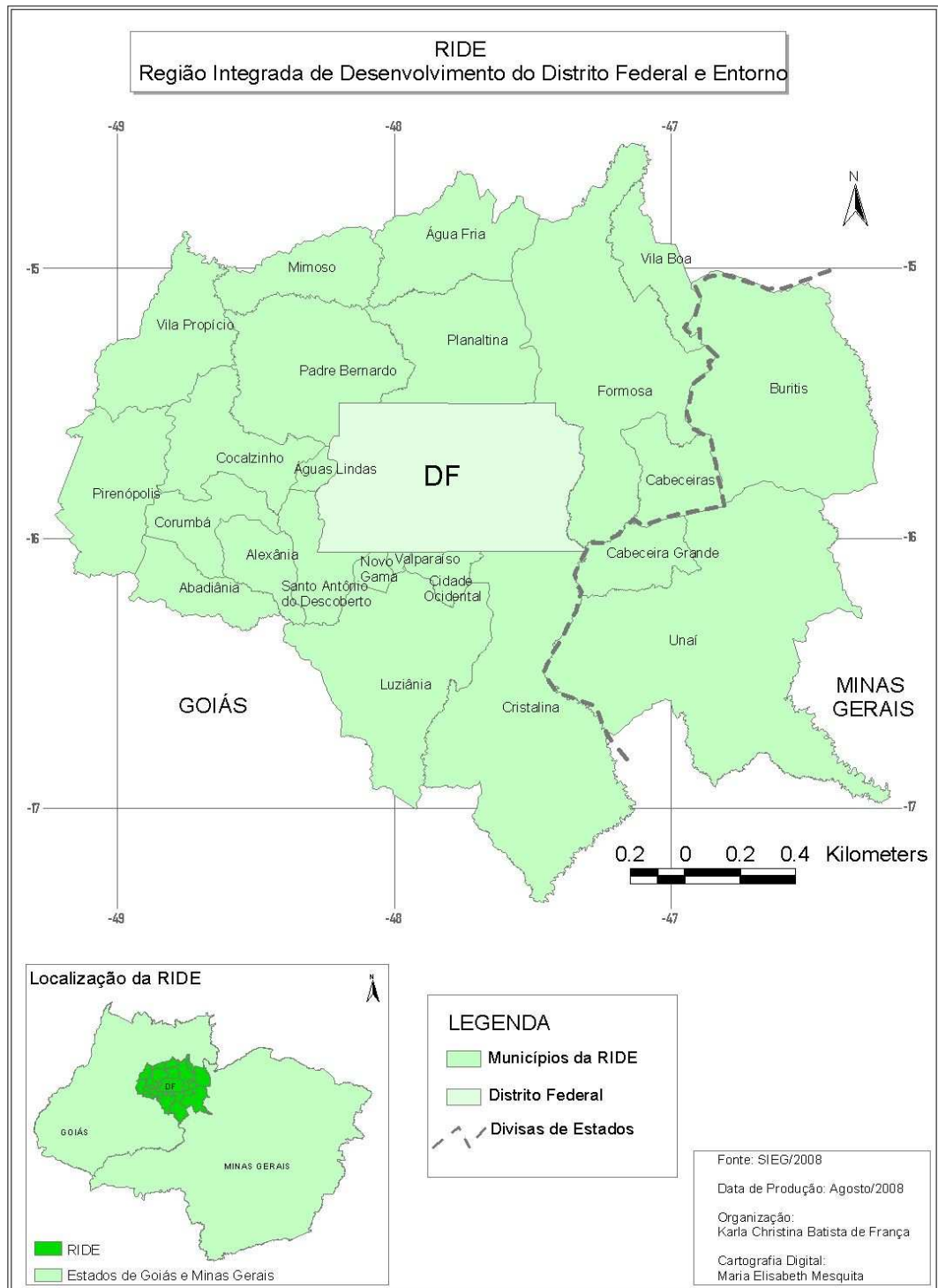
[...] O COARIDE como instituição condutora da RIDE, congregando representantes dos estados e municípios, é, certamente, a instância adequada para dirimir aqueles atritos, a partir de acordos construídos sobre um plano comum de desenvolvimento. Nesse ponto, é preciso enfatizar que a cultura oficial e empresarial, por vezes, confunde a busca de atração de

²⁰ Para Caiado (2006) o modelo de Regiões Integradas foi desenvolvido para regiões metropolitanas que incorporavam municípios de outras unidades federativas. Atualmente existem três regiões integradas: a do Entorno de Brasília, que engloba municípios do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais (o município mineiro de Cabeceira Grande, desmembrado de Unaí, pertence à RIDE-DF, embora não conste em alguns documentos oficiais); a de Teresina (PI), criada em 2001, que reúne municípios do Piauí e Maranhão; e a de Petrolina (PE), criada em 2001, incorporando municípios de Pernambuco e Maranhão.

atividades produtivas para determinado espaço com a criação de incentivos fiscais, subsídios públicos ou rebaixamento de exigências ambientais.

;

A RIDE (Mapa 5) é composta por municípios goianos e mineiros, além do Distrito Federal, mas nem todos possuem forte polarização com o DF e alguns têm economia fortemente atrelada ao setor primário. Documentos oficiais do Governo do Distrito Federal (GDF) – como a pesquisa elaborada em 2003 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), denominada “Brasília e sua região polarizada” – classificam os municípios segundo os níveis de polarização com a capital federal. Os documentos utilizam as denominações entorno imediato (para municípios da expansão urbana do Distrito Federal, fortemente dependentes) e entorno distante (para municípios que não sofrem os impactos diretos da expansão urbana de Brasília).

Mapa 5: Municípios que integram a RIDE-DF e Entorno²¹.

²¹ Nesta pesquisa serão considerados os municípios goianos e o DF.

A RIDE possui uma população de 2.958.196 habitantes, com taxa de urbanização superior a 90%, concentrando mais de 70% da população empregada no setor de comércio. Acerca da concentração de emprego no comércio, Caiado (2004, p. 104) comenta:

[...] isto comprova o alto poder de consumo da população de renda mais alta, localizada principalmente no Plano Piloto e adjacências, bem como o papel do grande mercado consumidor desempenhado pelo DF, principalmente devido aos altos cargos no setor público, grande motor da economia local. O superdimensionamento do setor terciário se reproduz, ainda que num grau de especialização menor, praticamente entre todos os municípios da região.

Conforme analisado por Caiado (2004), há uma concentração dos postos de trabalho no setor terciário, confirmando a tendência das outras metrópoles brasileiras. Na RIDE a categoria dos trabalhos manuais²² do terciário é a que possui maior peso relativo. Portanto, há uma diferença das demais metrópoles, onde o maior peso se concentra na categoria média. Conforme expressam os dados da Tabela 3, a categoria de trabalhadores manuais vem crescendo inclusive nos municípios não relacionados diretamente à influência de Brasília.

²² A classificação das categorias surge da metodologia utilizada por Caiado (2004). Trabalhadores manuais do terciário são aqueles que se inserem no comércio e serviços especializados e não especializados, enquanto a categoria média é formada por trabalhadores não manuais, separados em trabalhadores de atividades de rotina e trabalhadores em atividades de supervisão do setor público e privado, técnicos, artistas, trabalhadores de saúde e educação, segurança e correios, trabalhadores da justiça.

Complexidade da Região Urbana GAB: O Fragmento Alexânia-GO

Tabela 3: Inserção Socioocupacional na RIDE 2000.

Residência Atual	Catg. Dirig.	Catg. Intelec.	Peq. Emp. Urb.	Catg. Média	Trb. Man. Secun.	Trb. Man. Terc.	Trb. Man. s/ qual.	Trb. Agr.	Outras	Total Absoluto
Buritit	0,3	0,2	3,9	3,3	5,3	34,4	11,5	40,6	0,6	7.383
Unaí	0,3	0,4	6,5	7,3	9,7	39,2	12,9	23	0,8	26.885
Abadiânia	0,2	0,6	5,6	5,9	12,2	30,9	16,4	25,2	2,9	3.752
Água Fria de Goiás	0	0	0,4	2,9	4,7	22,2	7,9	61,1	1	1.148
Águas Lindas de Goiás	0	0	2,4	6,9	21,4	43,4	23,5	1,7	0,7	30.683
Alexânia	0,2	0	5,8	5,5	9,8	33,5	16,5	25,7	2,9	6.472
Cabeceiras	0	0	4,9	3,8	6,1	37,3	8,8	36	3,2	2.192
Cidade Ocidental	0	0	3,9	16,6	11	46,7	16,6	3,3	2	13.609
Cocalzinho de Goiás	0	0,1	3,1	3,3	9,9	34,3	20,1	27,5	1,8	4.703
Corumbá de Goiás	0,4	0	3,8	6,2	7,8	29,5	12,8	35,3	4,1	3.300
Cristalina	0,3	0,1	4,4	8,9	8,1	36,8	14	26,3	1,1	11.632
Luziânia	0,2	0,4	6	8,5	11,3	41,6	16,7	13,4	2,1	25.941
Formosa	0,2	0,1	3,8	9,7	17,2	39,9	20,4	7,3	1,3	43.258
Mimoso de Goiás	0	0	2,8	3,1	7,2	21,1	9,1	53,2	3,4	639
Novo Gama	0	0,1	2,8	9,2	19,3	43,6	22,3	1,4	1,3	22.112
Padre Bernardo	0	0	5,2	4	10,8	31,5	18,5	29,3	0,7	5.644
Pirenópolis	0,1	0,2	4,2	3,9	13,4	37,5	9,3	28,9	2,5	7.482
Planaltina de Goiás	0	0,1	3,5	7,2	14,1	42,1	26,1	5,9	1	21.438
Sto. Ant. do Descoberto	0	0,2	2,7	7,1	19	43,1	22	5,5	0,5	13.642
Valparaíso de Goiás	0,3	0,4	3,9	17,6	14,1	44,7	17	0,5	1,6	30.784
Vila Boa	0	0	2,6	1,5	5,8	38,5	9,2	40,3	1,9	1.106
Brasília	1,2	1,4	4,6	20	10,3	45,6	14,3	1,5	1	732.249
Periferia Imediata	0,1	0,1	3,3	10,5	16,9	42,9	21,1	3,8	1,2	175.526
Entorno Distante	0,2	0,3	5,3	6,5	9,8	37,2	14,3	24,8	1,7	108.279
TOTAL	0,9	1,1	4,4	16,9	11,4	44,2	15,4	4,4	1,1	1.016.054

Fonte: CAIADO, M.C.S (2004).

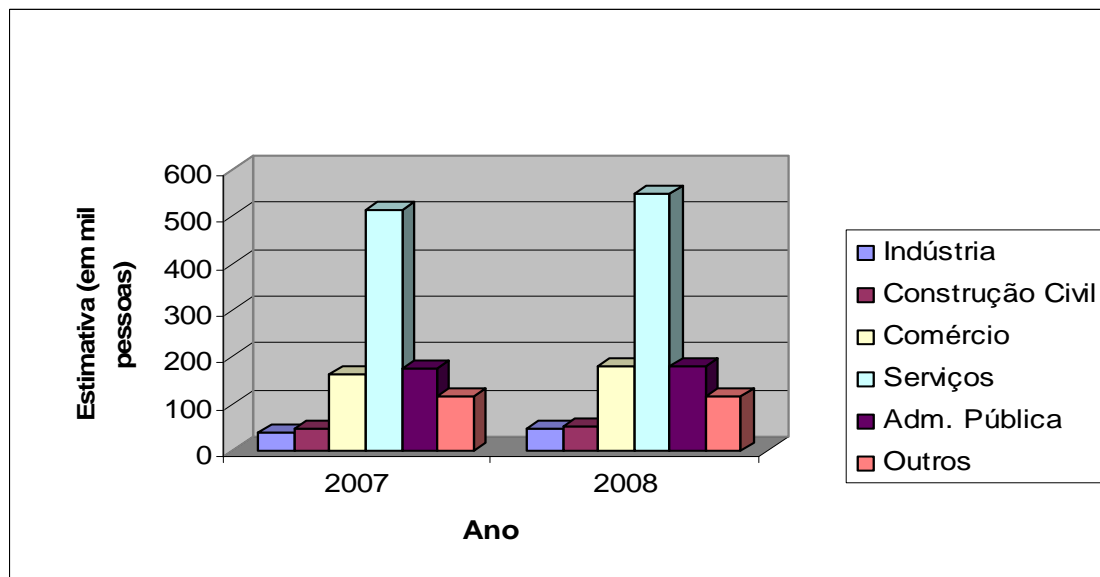
Após dez anos de criação da RIDE, ainda permanecem dificuldades de articulação dos agentes envolvidos (das esferas federal, estaduais e distrital) com os interesses locais, somando-se a carência de recursos financeiros. Há uma reduzida integração entre os agentes distrital e goiano na efetivação de programas implementados para dinamizar as economias dos municípios. Por exemplo, os Planos Plurianuais (2000-2003/2004-2007) do governo do estado de Goiás em suas formulações para a microrregião do Entorno têm como foco promover o desenvolvimento e atenuar as desigualdades regionais; entretanto, as ações são desarticuladas para os municípios pertencentes a Goiás inseridos na RIDE. Da mesma maneira, são desarticuladas as ações do Distrito Federal, o que acirra as desigualdades e dificulta o fortalecimento da RIDE.

Catalão (2008) ressalta que a importância da RIDE ao agregar municípios territorialmente distantes e não polarizados com a capital federal, é devido à possibilidade da busca de alternativas de desenvolvimento regional que não necessariamente tenham Brasília como mercado principal. Mas os municípios fortemente dependentes de Brasília possuem dificuldades de articulação política entre as diversas esferas, além disso, as decisões dos agentes influenciam na produção e (re)produção do espaço metropolitano. Portanto, a RIDE possui dificuldades de reconhecer as especificidades dos inúmeros municípios que a integram e de se articular com a capital e com a Região Urbana GAB.

É preciso haver ações conjuntas entre os entes federados, uma vez que considerar que todos os municípios do entorno são dependentes de Brasília é uma simplificação e a negação das suas especificidades. É necessário reconhecer suas articulações com o estado de Goiás, propor políticas em conjunto, pois sem a integração entre entes federados, municipais e sociedade, haverá reduzidos efeitos na economia e na qualidade de vida.

É necessário discutir a RIDE e seu mercado de trabalho, pois o que acontece neles recai sobre a capital federal, que concentra os empregos. O mercado de trabalho de Brasília ainda está fortemente atrelado aos setores de administração pública e de serviços e comércio, conforme expressa o Gráfico 7, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego PED/DF 2008. Contudo, Brasília não é uma cidade que concentra empregos no setor administrativo; ainda que os índices nessa área sejam relevantes, é o setor de serviços (incluindo os domésticos) que detém grande parte dos postos de trabalho.

Gráfico 7: Estimativa do Número de Ocupados, segundo setores de Atividade - PED-DF - (2007-2008)



Fonte: DIEESE, 2009.

No setor industrial, o Distrito Federal se destaca no ramo da transformação, que gerou 2,4 mil empregos em 2008, com 70% de crescimento no ano, segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. Também no setor industrial, no segmento tecnologia informacional – com indústrias de portes variados e prestação de serviços –, possui relevância a prestação de serviços para o Governo Federal. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Nacional (Sebrae) apoia projetos das empresas e centros de conhecimentos, como o Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação (IPDE), o Centro de Tecnologia de Software de Brasília (Tessoft, UCB), o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB) e a Associação de Ensino Unificado do DF (AEUDF), onde também estão as sedes das empresas Brasil Telecom, ITAUTEC e Philco.

Acerca da indústria de tecnologia informacional, o Projeto de Lei 4.186/04 prevê a construção do Parque Capital Digital (popularmente conhecido como Cidade Digital), que abrigará o primeiro polo de tecnologia de indústria limpa do Brasil. A Capital Digital ficará próxima à Granja do Torto e suas poligonais serão situadas dentro do Parque Nacional, sendo que, para viabilizar o empreendimento, já existe o projeto de lei envolvendo o GDF e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Juntamente com a instalação do Polo Cidade Agroindustrial, próximo às rodovias DF-230 e DF-245, a Capital Digital irá dinamizar a economia do DF e aprofundar a articulação e a especialização nos âmbitos regional e global.

A especialização de Brasília no setor de informática e a futura instalação do polo digital são estratégias competitivas adotadas pelo governo e agentes hegemônicos para atrair empresas desses ramos, buscando fortalecer o setor terciário avançado e atuando na Região Urbana GAB.

A análise separada de cada núcleo permite observar as especificidades econômicas, até mesmo na própria Região Urbana GAB. Goiânia é uma metrópole de serviços; Brasília, uma metrópole de serviços, onde também se destacam os setores informacional, de pesquisa e de ensino; Anápolis, o maior polo industrial do estado de Goiás, revela a polinuclealidade urbana. Entretanto, Arrais (2005, p. 178) alerta que não é apenas essa coesão econômica que fortalece a região:

Esse projeto regional, representando [...] por Goiânia-Anápolis-Brasília, com forte influência do planejamento estratégico que procura construir no Centro-Goiano um projeto de competitividade, marca um novo momento de sua produção, o que exige, sobretudo, uma análise teórica que possibilite desvendar o caráter político e, portanto, as relações de poder construídas no espaço regional. Trata-se de um aspecto fundamental na produção da região que depende não só da coesão econômica, mas de um delicado jogo político que passa pelo reconhecimento das territorialidades dos múltiplos atores que atuam na região.

Neste sentido, os interesses governamentais e dos agentes hegemônicos aparecem como homogeneizados, por meio do fortalecimento da competitividade e da fragmentação. As desigualdades da Região Urbana GAB aprofundam-se pela competitividade entre os municípios de Goiânia-Anápolis-Brasília, que cada vez mais concentram recursos, densidade técnica, influência política e econômica. Logo, os discursos aparecem como homogêneos, como se os interesses dos agentes fossem os mesmos (e de fato não são), como se não houvesse conflitos, em uma tentativa de fortalecimento da competitividade na região urbana.

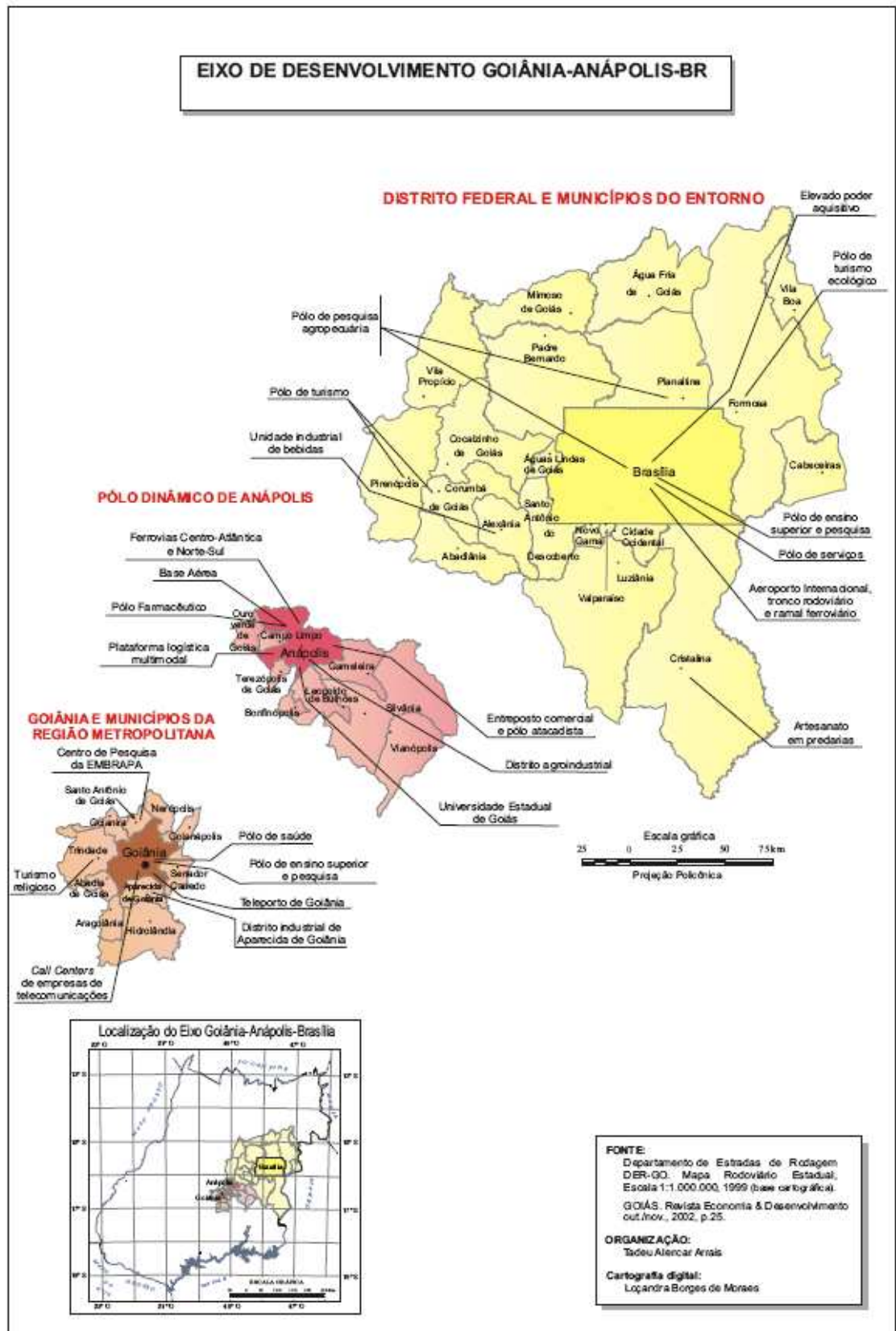
Na análise da Região Urbana GAB, além de mostrar a importância dos municípios-sede, parte-se do aprofundamento para conhecer as especificidades desses municípios, sua importância na/para a região, mas acima de tudo aprofunda-se nas particularidades dos demais municípios que não possuem a importância econômica das sedes. Afinal, são 39 localidades que têm diversas articulações com

Goiânia-Anápolis-Brasília e, na maioria das vezes, sequer são consideradas nas pesquisas, porque não aparecem nos *rankings* municipais e estaduais dos maiores arrecadadores de ICMS. Entretanto, é preciso reconhecer a problemática desses municípios e seus processos de fragmentação territorial.

3.4 - Re(encontrando) a Região Urbana Goiânia-Anápolis-Brasília

A Região Urbana GAB parece concretizar um excelente negócio para os governantes e empresários, haja vista a integração em prol da competitividade, por meio da qual são homogeneizados diversos interesses. Os interesses do poder público e da iniciativa privada são territorializados nos municípios de Goiânia, Anápolis e Brasília, revelando a produção e a apropriação dos agentes hegemônicos no (re)ordenamento territorial do capital. Dessa forma, acentuam-se a fragmentação e a exclusão, os investimentos se concentram nos municípios-sede e nem sempre promovem o desenvolvimento, visto que, por exemplo, embora os municípios sejam dotados de equipamentos modernos, grande parte das empresas possui postos reduzidos de trabalho, em virtude do alto estágio de mecanização. No mapa 06 apresentamos as especificidades econômicas de cada núcleo.

Mapa 6: Territorialidades Econômicas de Goiânia-Anápolis-Brasília.



Fonte: Mapa retirado do site Observatório Geográfico de Goiás. Acesso 20 de Setembro de 2009 as 20 horas: <http://www.observatoriageografico.org.br>. O referido mapa encontra-se também da tese de doutorado de Arrais (2005).

Na maioria das vezes, as empresas promovem o crescimento econômico que não é sinônimo de desenvolvimento – não se deve imaginar que um município, ou mesmo um país, desenvolve-se apenas com a elevação da renda per capita, do nível de industrialização e da arrecadação de ICMS. O desenvolvimento é visto como ações coletivas, incluindo governantes e sociedade, que objetivam transformações e melhoria de qualidade de vida, com iniciativas propostas no âmbito “de dentro”. Ou seja, devem ser consideradas as necessidades dos agentes não hegemônicos, mas agentes que não são homogêneos, e sim contraditórios. Arrais (2005, p. 214) reitera:

O projeto Goiânia-Anápolis-Brasília [...] partiu do princípio de cartografar um espaço com força e peso econômico singular no Centro-Norte brasileiro, com integração, mas sem pensar em desenvolvimento social, dando pouca atenção à fragmentação. É como se ela já fosse uma “região ganhadora”. Ao que tudo indica o projeto, até agora, tem desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico [...]. Por contraditório que possa parecer, foi esse modelo de integração que gerou a fragmentação e que, ao fazer opção por uma integração competitiva (termo bastante utilizado em todos os projetos) aumentará ainda mais a fragmentação, tanto no nível do tecido regional quanto das respostas institucionais conjuntas.

Portanto, uma região composta por 39 municípios, e que possui projetos territorializados nos municípios-sede, as demais localidades não podem ser vistas como se estivessem à margem do processo – elas são frutos do desenvolvimento desigual e combinado, das desterritorializações às quais foram e continuam sendo submetidas. Segundo Haesbaert (2006, p. 315),

toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível exclusão territorial – isto é – em outras palavras, “desterritorialização”, [...] que podemos considerar em sentido mais restrito como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade.

No GAB apresentam-se os circuitos espaciais: no circuito superior estão inseridos os municípios-sede, onde as atividades são altamente modernas e há concentração de agências bancárias, gerando o fluxo de capital, conforme exposto anteriormente na análise dos núcleos; no circuito inferior estão inseridos os municípios que são o resultado da fragmentação. Não existe oposição entre os circuitos, e sim uma complementaridade, nos municípios que integram o circuito

superior existe segregação espacial, contradições. . De acordo com Santos (1978, p. 39) :

O circuito superior inclui bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes. Esses dois últimos elementos formam os elos que ligam os dois circuitos, o atacadista também operando no topo do circuito inferior. O circuito inferior é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços moderno, mas, os circuitos não são definidos pela enumeração desses elementos. Cada circuito é explicado, primeiro, pela combinação de atividades desempenhadas dentro de um certo contexto; e, segundo, pelo setor da população a ele vinculado através principalmente da atividade e do consumo. A definição não é rígida. Todas as classes da sociedade podem consumir fora do circuito ao qual estão mais ligadas, ainda que seja mais ocasional ou parcialmente.

É nesse intuito de compreender o conceito de região, apresentado no Capítulo 1 e de entender as especificidades da consolidação da Região Urbana GAB no território goiano que se resgata a problemática dos municípios que não possuem a influência, o poder econômico e político, mas que estão inseridos na lógica dessa região. Ao tentar fortalecer suas relações com as sedes, esses municípios criam ações de incentivos fiscais, entre outras estratégias, para que suas atividades econômicas cresçam. Nesse processo, não necessariamente é promovido o desenvolvimento social, o que reforça a fragmentação, a violência, a degradação ambiental.

Embora o escopo desta análise seja o município de Alexânia, foi necessário primeiro realizar a aproximação com a inserção do Centro-Oeste no projeto de competitividade. Em especial, viu-se como o estado de Goiás foi inserido nessa lógica, como se deram a consolidação da Região Urbana GAB e os processos de concentração e fragmentação territorial. Destarte, é possível reconhecer as formas de inserção regional do fragmento de estudo.

Complexidade da Região Urbana GAB: O Fragmento Alexânia-GO

**Complexidade do Tecido Regional Goiano: Fragmento
Alexânia**

4. Complexidade do Tecido Regional Goiano: Fragmento Alexânia

Neste capítulo inicia-se a análise das especificidades e heterogeneidades dos municípios da periferia goiana de Brasília, dos eixos de concentração populacional, da transferência da sede municipal de Alexânia para as margens da BR-060 e das transformações em suas atividades econômicas. O objetivo é compreender as articulações e as possibilidades de inserção regional de Alexânia na Região Urbana GAB, por meio da análise das especificidades no plano das estruturas dos setores econômicos, como indústria e comércio, que fazem o processo de reprodução do capital produzir a região, como explicitado no Capítulo 1 “O Devir da Região”.

A análise da periferia goiana situa-se em um acentuado movimento de mobilidade populacional e não em relações econômicas consolidadas. No interior de uma compreensão de desenvolvimento e complementaridade dos setores econômicos, como exposto pelo IBGE (2008), nos municípios da periferia goiana do Distrito Federal observa-se muito mais uma relação de dependência do que de complementaridade e diversidade das atividades econômicas. Em contrapartida, no nível nacional a capital federal apresenta-se, junto com São Paulo e Rio de Janeiro, como um dos mais importantes centros da hierarquia urbana brasileira.

O fragmento Alexânia, por sua vez, expressa uma generalidade, por meio do movimento mais geral de âmbito regional. Isto é, o município está entre aqueles que são influenciados por Brasília, mas não constituem uma forte polarização com a capital federal.

Na execução deste estudo, as entrevistas e os questionários aplicados aos agentes da AGDR, da SEPLAN e dos órgãos municipais auxiliaram no entendimento das diretrizes dos setores econômicos e da participação regional que permeiam as ações desses órgãos, possibilitando um enriquecimento acerca da atuação das instâncias governamentais na região. As entrevistas (apêndices A, B, C, D e E) e os questionários (anexo A) serão utilizados de forma indireta, ou seja, não serão transcritos, mas inseridos no contexto das perspectivas e das dificuldades de atuação na esfera regional.

4.1 - Heterogeneidades da periferia goiana do Distrito Federal.

Os municípios da Região Urbana GAB possuem heterogeneidades e o processo de periferização de Goiânia difere do que ocorreu na capital federal. Mas, de maneira geral, as periferias são marcadas por dependência em relação a Goiânia ou Brasília e possuem serviços e equipamentos urbanos precários, além de reduzidos postos de trabalho.

Nos processos de conurbação e dependência dos municípios das regiões metropolitanas de Goiânia e de Brasília há semelhanças e diferenças. Ao contrário de Goiânia, onde ocorre conurbação – por exemplo, com o município de Aparecida de Goiânia –, a periferização de Brasília expulsa para as franjas da cidade e para os municípios adjacentes a população de baixa renda.

Em Brasília foi intencional o processo pelo qual a população passou a ocupar os municípios goianos próximos, do que se infere uma reduzida conurbação. A ocupação ocorre de forma dispersa e existem vazios entre os municípios. Existe conurbação entre algumas RAs e municípios goianos, como por exemplo: entre as RAs Taguatinga, Ceilândia, Samambaia; entre a RA Gama e os municípios Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental; entre as RAs Sobraquinho e Planaltina, avançado para o município de Planaltina de Goiás. Nesse contexto, os municípios goianos serviram para conter o crescimento do Distrito Federal e retirar do governo distrital a responsabilidade de promover moradia para a população de baixa renda.

Para compreender o fragmento Alexânia, é preciso identificar as formas diferenciadas de concentração na periferia goiana de Brasília (conhecida como Entorno de Brasília). Observam-se três eixos de concentração populacional, conforme analisado por Caiado (2004): Eixo Sul, onde se localizam os municípios Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Luziânia; Eixo Oeste-Sudoeste, com os municípios de Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto; Eixo Norte, com destaque para Planaltina. Destaca-se nesses eixos a alta concentração populacional, sendo que alguns dos municípios foram emancipados, como ressaltado anteriormente, em um período relativamente curto de doze anos.

Nos três eixos há forte polarização em relação à expansão urbana e ao crescimento demográfico do Distrito Federal – é o que Caiado (2004) denomina Entorno Imediato. Os demais municípios, que não sofreram os processos

acentuados de expansão urbana de Brasília – sofrem influência, mas não possuem forte polarização –, em sua maioria são de pequeno porte e pertencem ao chamado Entorno Distante.

É preciso esclarecer que a maior ou menor influência não leva a se afirmar que os municípios não exerçam uma mobilidade pendular. A população que realiza movimento pendular em longa distância ocupa posições desfavoráveis, inclusive para realizar a mobilidade, e faltam condições financeiras para o acesso ao transporte.²³ Caiado (2005, p. 85) afirma:

A oferta de moradias ao longo dos eixos de crescimento periférico, principalmente na direção Sudoeste, foi sem dúvida o principal condicionante para a formação do entorno regional, que surge como forma de atenuar as pressões por moradia dos segmentos menos favorecidos política e economicamente, contribuindo assim para a manutenção da ocupação seletiva das áreas mais centrais.

Caiado (2005) destaca que o mercado imobiliário e o governo distrital, apesar de seguirem vias diferentes, atuam de maneira articulada, com o objetivo de manter a seletividade de terras em Brasília. Com a conivência dos municípios goianos – haja vista que as prefeituras goianas se aproveitaram do fato de a proximidade com a capital federal resultar em melhores infraestruturas e aumento da arrecadação municipal –, o mercado imobiliário promoveu o parcelamento de suas terras em loteamentos urbanos. Em contrapartida, o governo distrital, com o rígido controle da posse da terra em suas mãos e a reduzida oferta de moradia para a população de baixa renda, expulsa-a para os municípios goianos, em especial para o Sudoeste, onde há uma forte concentração populacional.

A concentração da população nos municípios goianos, somada à reduzida infraestrutura e dinamicidade econômica, aprofunda a segregação espacial. Isso faz que grande parte da população realize mobilidade pendular em direção a Brasília, onde se concentram os empregos, principalmente no setor terciário formal e informal (neste último caso, porque grande parte da população não possui altos índices de escolaridade e não está apta a atuar no setor da administração pública). Quanto a esse fato, Caiado (2005, p. 86) ressalta:

A questão do emprego assume particularidades que agravam o processo de exclusão da população periférica. A economia regional baseia-se nas

²³ O transporte público entre o Distrito Federal e os municípios do Entorno de Brasília é precário.

transferências de rendas, conformando um grande mercado consumidor. A elevada renda que potencializa esse mercado consumidor não provém de uma inserção produtiva regional, mas sim da ocupação de parte da população na administração pública, gerada em função dos altos salários pagos ao funcionalismo federal. Resta à população não inserida nessa categoria funcional, principalmente aquela residente nas localidades periféricas, a busca pela apropriação de parte dessa renda através de atividades terciárias, seja via mercado de trabalho formal, seja nas múltiplas atividades informais que se proliferam.

É nesse cenário que se procura analisar Alexânia, tendo a clareza de que ela é uma generalidade. Não se pode explicar que todos os municípios são altamente polarizados ou influenciados por Brasília, enquanto generalidade expressa a singularidade do fragmento (Alexânia) e a universalidade da região (GAB).

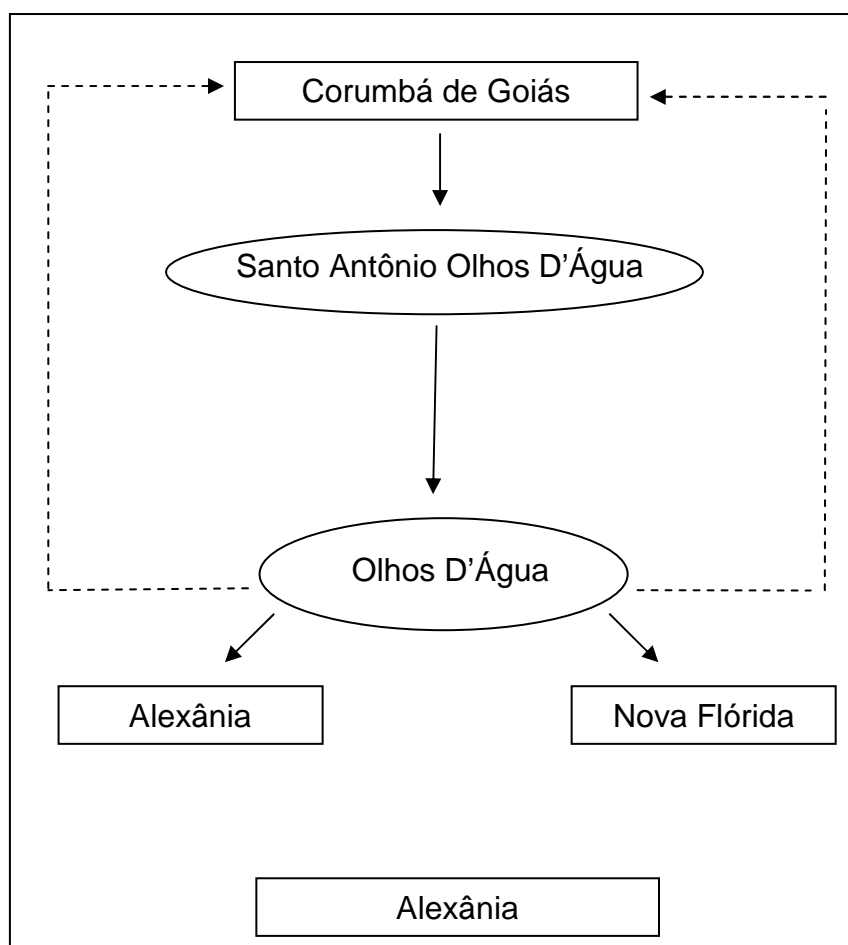
4.2 - A Capital Federal, A Rodovia e A Cidade:

A discussão sobre a formação da Região Urbana GAB, no capítulo anterior, buscou explicitar a polinuclealidade urbana, a descontinuidade e a produção política da região. Neste momento, aprofunda-se a análise dos fluxos materiais e imateriais que permeiam o processo histórico de Alexânia, município beneficiado por incentivos financeiros e pela influência política, na produção da chamada “região ganhadora”, conforme os interesses do poder público e da iniciativa privada.

Benko e Lipietz (1994), ao analisar o novo debate regional pautado na competição e na contradição do processo capitalista, referem que as regiões ganhadoras ora seriam as que concentram empregos e riquezas, ora seriam aquelas que detêm riquezas em detrimento das que tiveram reduzido seu poder político e econômico. Ao mesmo tempo, intrinsecamente essas regiões ganhadoras seriam o centro de uma periferia onde se aprofundam os flagelos sociais.

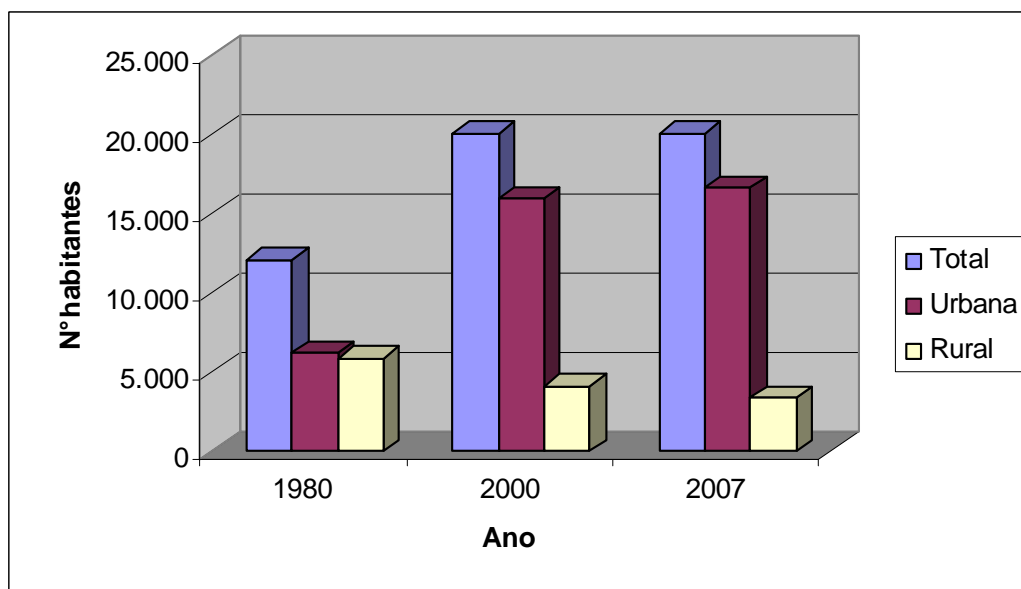
Conhecer os processos de inserção regional da periferia da Região Urbana GAB aproxima do fragmento de estudo. Alexânia era um povoado subordinado a Corumbá de Goiás, no ano de 1953, denominado Santo Antônio Olhos D'Água, pertencendo à jurisdição de Olhos D'Água. Em 1958 foi emancipado e elevado à categoria de município, com o nome Olhos D'Água, tendo início o processo de loteamento de suas terras. Em 1961 a sede do município foi transferida para os povoados de Alexânia e Nova Florida, que pertenciam ao município Olhos D'Água. Finalmente, no ano de 1963, ocorreu a efetivação do município de Alexânia, enquanto Olhos D'Água tornou-se seu distrito.

**Figura 3 – Processo de efetivação do Município de Alexânia
1953-1963**



Ao se considerarem as transformações territoriais e ao se contextualizarem os fatos ocorridos nas décadas de 1950 e 1960, observa-se em Alexânia a territorialização dos processos políticos e econômicos locais. Entre os fatos relevantes que se interligam com os processos locais em Alexânia estão o movimento nacional para a criação de Brasília e a mudança da sede municipal para uma área próxima à nova capital federal, às margens da BR-060, que liga Goiânia, Brasília e Anápolis, maior polo industrial de Goiás.

Com a efetivação de Alexânia na condição de município e de Olhos D'Água como seu distrito, houve o parcelamento de suas terras para a criação de loteamentos urbanos, além de um acentuado processo de especulação imobiliária e aumento do contingente populacional. O Gráfico 8 ilustra o crescimento da população urbana, em detrimento da população rural.

Gráfico 8: Crescimento da População de Alexânia 1980-2000-2007

Fonte: Seplan-GO (2009)

Entre as décadas de 1980 e 2000 Alexânia passa por um aumento significativo de sua população, com destaque para o crescimento da população urbana. As atividades predominantes, agricultura e pecuária tradicionais, são modificadas com a ampliação das atividades do setor comercial, devido à consolidação da capital federal. A introdução do maquinário e a diminuição do uso da mão de obra expulsam o pequeno agricultor, que sem condições de acompanhar o ritmo da produção e o uso de tecnologia vende suas terras a preços irrisórios para o grande e o médio proprietário. Ao ser expulso do campo, esse pequeno agricultor se dirige para a parte central de Alexânia e para municípios como Goiânia, Anápolis e Brasília, onde se concentram as oportunidades de emprego, em especial no setor terciário.

Em Alexânia é ao longo do perímetro urbano da BR-060 que ocorre a concentração das atividades comerciais e os serviços. É onde estão os restaurantes, os serviços para automotores, as lojas de insumos agrícolas, a sede da Prefeitura (antiga Prefeitura), a Associação Comercial e Industrial de Alexânia (ACIALEX) e os órgãos estaduais, como a Companhia Energética de Goiás (CELG) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/GO) que possibilitam a articulação em rede e fluxos das atividades comerciais.

Figura 4: Vista das Atividades Comerciais no Perímetro Urbano (BR 060) de Alexânia.



Fonte: FRANÇA, Karla, 2009.

O município caracteriza-se como de pequeno porte, com uma população, de acordo com o IBGE, de 20.033 habitantes, no ano de 2007. Segundo dados do censo do IBGE (2000)²⁴ existe um número expressivo de habitantes que vivem nos municípios pequenos do Brasil: 1.382 municípios brasileiros abrigam uma população inferior a cinco mil habitantes; 1.308 abrigam uma população entre cinco mil e dez mil pessoas; 1.384 municípios têm população entre dez e vinte mil habitantes e, dos 5.561 municípios brasileiros, 5.037 apresentam população inferior a cinquenta mil habitantes, representando 37% da população brasileira.

Para Moreira Júnior (2009), compreender a dinâmica das cidades pequenas implica superar a relação do número de habitantes e aprofundar uma análise qualitativa. Deve-se levar em consideração que os papéis urbanos e regionais são pouco expressivos e é reduzida a diversidade dos setores econômicos, somando a

²⁴ Os dados utilizados foram retirados de Moreira Júnior (2009).

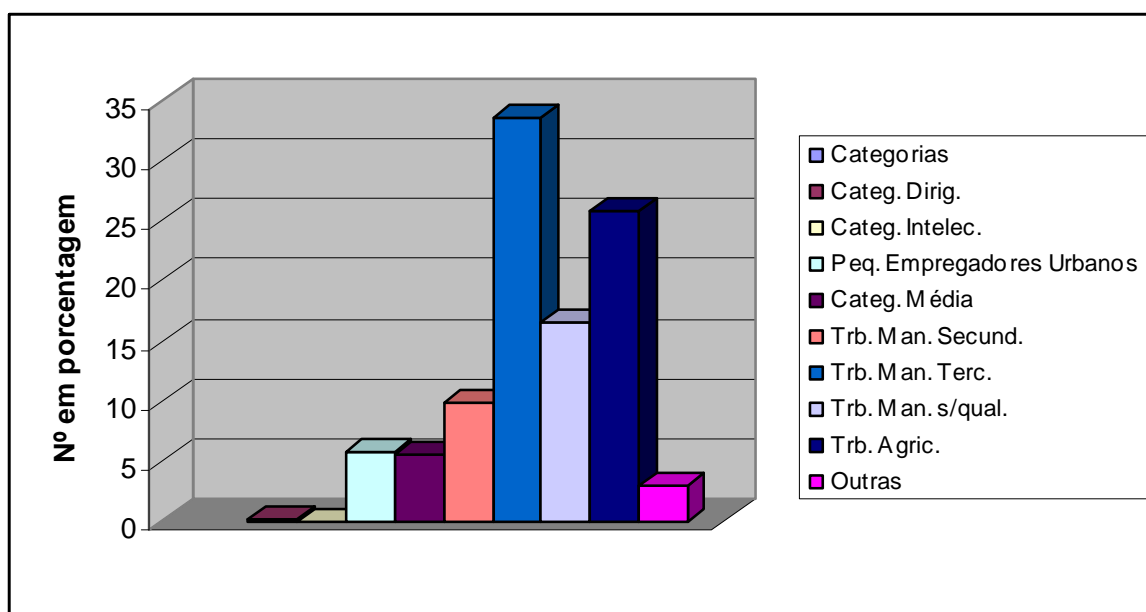
dependência em relação a outras cidades para o acesso a serviços de saúde, educação e emprego.

Contudo, o processo de expansão capitalista não se realiza de forma homogênea em todas as regiões, e nas cidades pequenas talvez se apresente mais residual. Damiani (2006) reforça que a expansão urbana impõe temporalidades e espacialidades diferenciadas e, sendo assim, não cabe analisar se as cidades pequenas são menos ou mais modernas, já que os processos capitalistas são simultâneos e se realizam de modo diferencial.

Em Alexânia, inserida no processo de desenvolvimento desigual e combinado, no qual se inserem as temporalidades e espacialidades, as atividades do setor primário, a pecuária e a agricultura eram destaques no decorrer da década de 1980. Entretanto, devido ao aumento e à concentração do setor terciário, a agricultura e a pecuária tiveram reduzido seu peso econômico.

No Gráfico 9 observa-se a concentração da população empregada nos setores de trabalho: manual terciário, trabalho manual sem qualificação e agricultura. Parte significativa da população de Alexânia encontra-se empregada nos ramos de serviço e comércio, na agricultura e no setor de trabalho sem qualificação, no qual estão incluídos os trabalhadores domésticos e ambulantes. Contudo, é no setor terciário que predomina a oferta de empregos – reiterando Caiado (2004), que assegura a existência de concentração de atividades no setor terciário nos municípios próximos a Brasília e a Goiânia.

Gráfico 9: População Residente em Alexânia por Inserção Socioocupacional 2001.²⁵



Fonte: Adaptado de CAIADO, M.C. S (2004).

A atividade agropecuária, embora tenha reduzido seu crescimento com a inserção da modernização da agricultura, ainda é um setor importante da economia de Alexânia, com ênfase para o aumento da produção de soja e da pecuária leiteira. O município se destaca na avicultura, obtendo evidência em âmbito estadual como o segundo produtor de aves na Microrregião do Entorno do DF. Na Tabela 4 é demonstrado o crescimento da avicultura e da pecuária leiteira.

²⁵ A classificação das categorias surge a metodologia utilizada por Caiado (2004), portanto, trabalhadores manuais do terciário são aqueles que se inserem no comércio e serviços especializados e não especializados, enquanto que a categoria trabalho manual sem qualificação são os trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros, trabalhadores agrícolas exclui os proprietários agropecuários e avicultores.

Tabela 4: Crescimento da Pecuária em Alexânia 1998-2007

Produção	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Aves (cabeças)	415 000	456 000	525 000	555 000	550 000	650. 000	710. 000	695.00 0	755.00 0	740.00 0
Bovinos (cabeças)	36 000	37 000	41 000	40 000	45 000	47.0 00	47.5 00	50.000	49.000	45.000
Prod. De leite (1.000 l)	2 800	2 880	8 500	8 570	9 500	9.60 0	9.85 0	10.520	10.480	10.000
Prod. De ovos (1.000 dz)	4 125	4 850	5 750	6 000	6 815	7.84 0	8.36 0	8.450	9.270	8.200
Suínos (cabeças)	6 000	6 000	6 300	6 600	6 950	7.20 0	7.80 0	8.400	8.400	9.500
Vacas Leiteiras (cabeças)	6 500	6 700	7 300	6 800	7 500	7.60 0	7 500	8.000	7 800	7 500

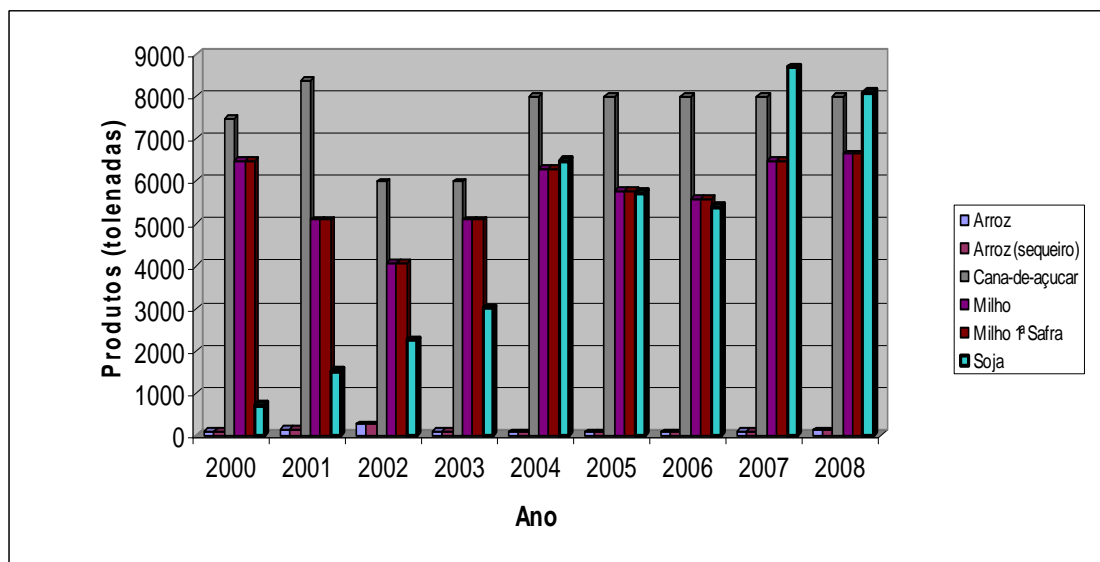
Fonte: SEPLAN-GO, 2009

Em consonância com o crescimento da avicultura, observa-se no município a instalação recente de frigoríficos, granjas, unidades de suinocultura e piscicultura, em que se estabelecem relações consorciadas. A avicultura destina-se aos frigoríficos, existindo um condicionamento do aumento da produção, o que dá o tom das relações comerciais, haja vista que o valor e a produção ficam sujeitos ao monopólio e às alterações dos frigoríficos. Na piscicultura, o frigorífico San Fish, com capacidade de abate de vinte mil toneladas/dia, vende os filhotes aos criadores e já condiciona a compra da produção de pescado, que depois é direcionada para as redes de supermercados do Distrito Federal.

Na agricultura, Alexânia não é exceção na captura de áreas para a expansão do agronegócio: observa-se a incorporação cada vez maior de terras dos chapadões para a plantação da soja, gerando modificações nas relações socioespaciais. A inserção da agricultura modernizada no município pode ser comprovada pela incorporação de tecnologia na agricultura. Segundo os primeiros resultados divulgados pela SEPLAN em 2008, referentes ao ano de 2006, houve aumento no número de tratores do município da ordem de 117 unidades.

O Gráfico 10 expressa o ritmo de crescimento da soja e o retorno ao plantio da cana-de-açúcar no município, a partir de 2000.

Gráfico 10: Crescimento da Produção dos Principais Produtos da Agricultura em Alexânia 2000-2007



Fonte: SEPLAN-GO (2009)

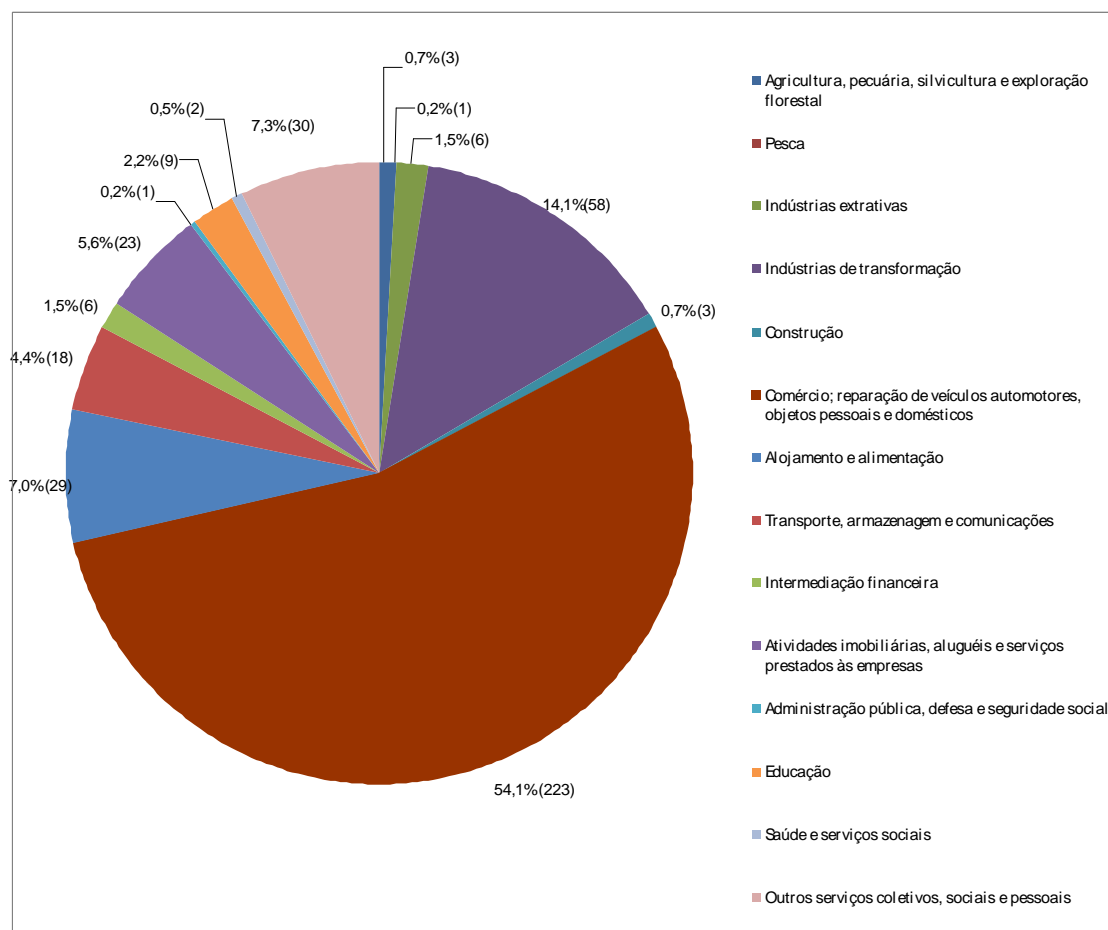
O ritmo da produção da soja visa a atender aos mercados internacionais. O governo de Goiás tem incentivado, por meio de programas regionais e dos Planos Plurianuais (PPAs), o aumento da área de plantação de soja e sua alta produção mecanizada, o que por outro lado acaba desestruturando as relações no campo.

No quesito localização, Alexânia possui situação privilegiada: encontra-se a 115 quilômetros de Goiânia, a 63 quilômetros de Anápolis e a 71 quilômetros do Plano Piloto de Brasília. Com a duplicação de 171 quilômetros da BR-060, no trecho que liga Goiânia a Brasília, com verbas do Programa de Aceleração do Governo Federal, a rodovia passou a ser uma importante ligação com o Norte, Nordeste e Sudeste do país. Além disso, a rodovia faz a ligação com a ferrovia Norte-Sul, com destaque para os dezoito quilômetros duplicados, que unem Alexânia à divisa entre o Distrito Federal e Goiás, propiciando fluidez no escoamento da produção de soja e crescimento da produção no município.

Mesmo que atualmente a agricultura ainda seja um setor com reduzida representatividade no Produto Interno Bruto (PIB) do município, é com o aumento da produção de soja que se observa o crescimento das atividades comerciais

direcionadas ao atendimento da agricultura. O número absoluto de empresas em Alexânia pode ser observado no Gráfico 11, elaborado segundo dados do IBGE (2001).

Gráfico 11: Número de empresas em quantidade absoluta em Alexânia 2001.²⁶



Fonte: IBGE (2001) Cadastro Central de Empresas. Acesso http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/default_publicacao.shtm

As mudanças na concentração das atividades do setor industrial podem ser observadas a partir do ano de 2003, devido às estratégias de desenvolvimento regional, que incluem incentivos na forma de crédito do Programa Produzir. Financiado pelo estado de Goiás para a implantação de indústrias, o programa

²⁶ As dificuldades de avançar na análise surgem devido que os dados que não estão atualizados de fontes oficiais seja, a Prefeitura ou órgãos governamentais, inferimos que o número de indústrias aumentou conforme observado na pesquisa á campo e nos órgãos municipais. Contudo, utilizamos os dados disponíveis do ano de 2001, no sentido de confirmar a expressividade do setor comercial e a influência do setor industrial até período de 2001.

propiciou, na maioria das vezes, a instalação de empresas em municípios que possuíam parque industrial consolidado, a exemplo de Anápolis.

Os incentivos do Programa Produzir viabilizaram a instalação em Alexânia da indústria de bebidas do grupo Schincariol. Até a década de 2000, nenhuma estratégia de grande porte havia sido direcionada para o município, por meio de incentivos fiscais. Estabeleceu-se, dessa forma, uma articulação com a Região Urbana GAB, com os incentivos fiscais e a doação de terrenos. Também foi possível a concentração de importantes indústrias de alimentos e bebidas na Região Urbana GAB, com destaque para a participação de Alexânia, como foi verificado a partir das entrevistas, seja as que foram realizadas na SEPLAN, na AGDR ou com os representantes dos órgãos municipais de Alexânia consultados.

Quadro 6: Número de Empresas Aprovadas Pelo Programa PRODUZIR na Região Urbana GAB 2002.

Municípios	Número de Empresas	Número de Empregos	Crédito
Anápolis	15	952	786.470.393,40
Alexânia	1	312	322.575.419,86
Ap. De Goiânia	5	412	36.327.349,12
Goiânia	4	108	16.913.930,60
Luziânia	2	43	9.117.883,84
Senador Canedo	1	206	71.572.987,58
Total	28	2033	456.507.571,00

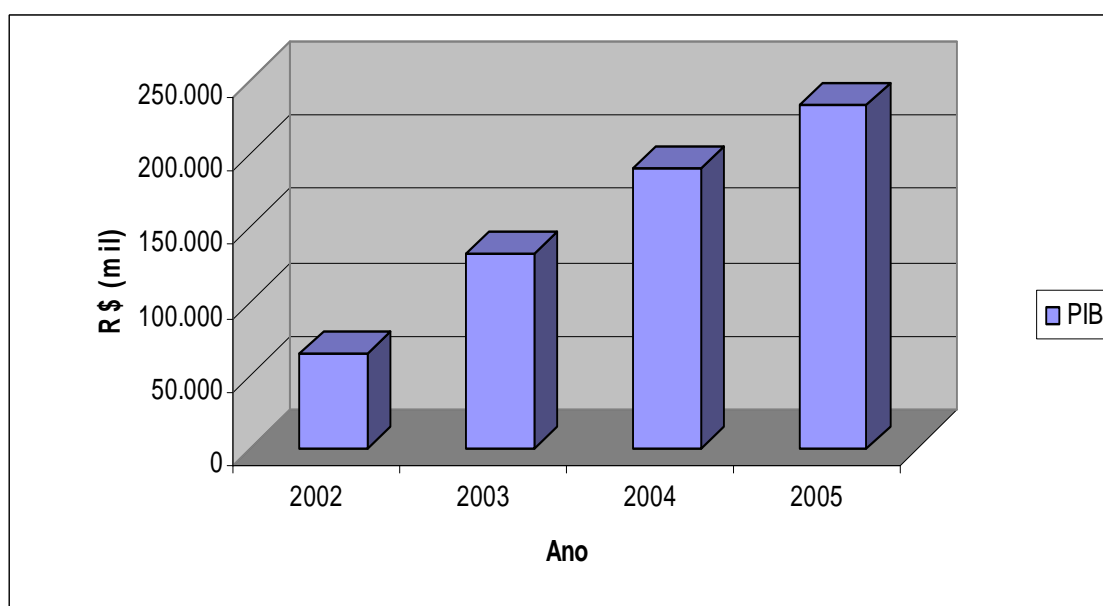
SEPLAN, 2003

A instalação estratégica da fábrica da Schincariol às margens da BR-060, como ocorreu no município de Anápolis com a indústria de bebidas AMBEV, possibilitou maior fluidez no escoamento da produção e articulação com os eixos rodoviários do Brasil. Com investimento aproximado de duzentos milhões de reais, o objetivo da Schincariol é garantir o mercado consumidor nacional e fortalecer sua atuação na região Centro-Oeste e no Triângulo Mineiro, com a produção de cervejas de 600ml. É importante destacar que existe um número considerável de indústrias no ramo de alimentos e bebidas em operação na Região Urbana GAB; portanto, a instalação da indústria Schincariol fortalece esse segmento na região e promove o crescimento econômico de Alexânia.

A inserção da Schincariol em Alexânia modificou sobremaneira o desempenho econômico do município. Segundo dados da SEPLAN (2009), na arrecadação de impostos em 2005 o setor industrial, com a participação da Schincariol, ultrapassou o setor terciário – as indústrias concentraram 48,9% de arrecadação, enquanto o setor terciário teve 43,5%. Ainda que a diferença não seja grande, é importante observar esse significativo desenvolvimento industrial que vem ocorrendo recentemente.

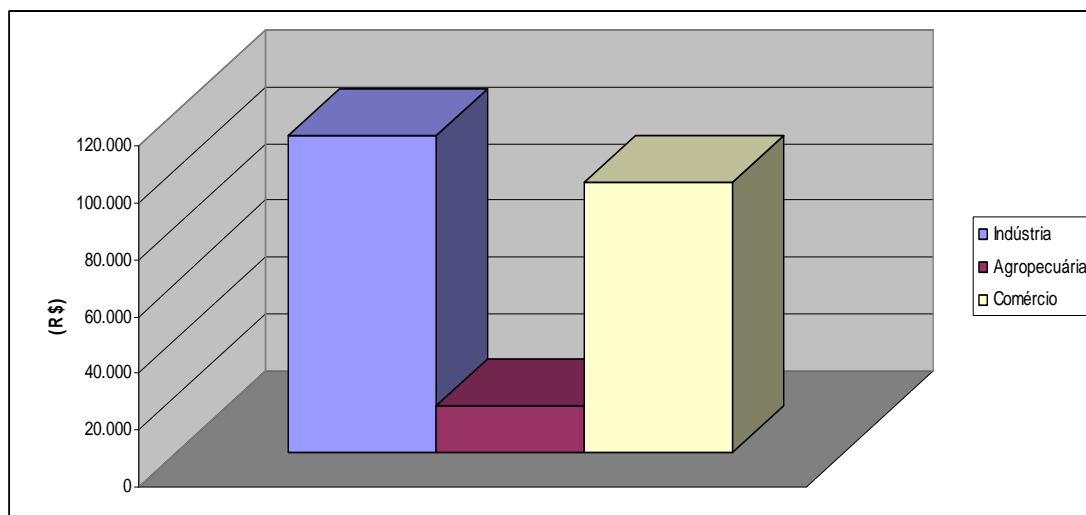
Os gráficos 12 e 13 mostram como, após a instalação da indústria de bebidas em Alexânia, houve aumento do PIB e da representatividade do setor industrial no município.

Gráfico 12: Crescimento do PIB do Município de Alexânia 2002-2005



Fonte: Seplan-GO (2009)

Gráfico 13: Crescimento do Valor PIB Adicionado aos setores de atividades em Alexânia ano 2007.



Fonte: FIBGE. Estimativas do Valor Adicionado no ano de 2007.

Acerca das práticas das empresas que se instalam em determinados lugares, vale lembrar que Cataia (2003) adverte que os lugares não possuem controle sobre o poder das grandes empresas; pelo contrário, são as empresas que usam, organizam e regulam os lugares, as regiões, visando seus próprios interesses. Conforme suas estratégias, estas podem se mudar quando não se interessam mais pelo local, levando os municípios a verdadeiras crises financeiras.

Alexânia apresenta, em geral, pequenas indústrias de fabricação de doces, de transformação – em especial as moveleiras, que possuem representatividade devido ao artesanato, com produção de móveis coloniais rústicos feitos de bambu e de junco, que atraem turistas e empresários interessados na compra e venda – e de pasteurização de leite, ressaltando que o estado de Goiás ocupa a segunda posição no Brasil no setor lácteo. O ramo de bebidas e alimentos se fortalece também por meio das indústrias de produção de cachaça, principalmente a Alambique Cambeba e a Cachaça do Ministro.

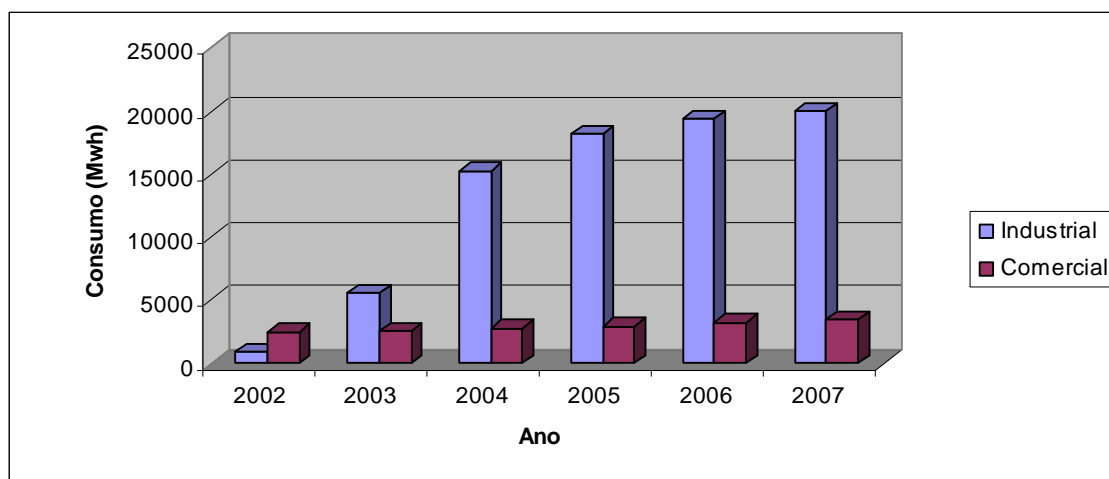
Figura 5:Atividade Comercial de móveis coloniais.

Fonte: FRANÇA, Karla. 2009

Em um período curto, de apenas dez anos, observa-se ainda a instalação de outras indústrias e granjas, como a Granja Alexaves, o Frigorífico San Fish, citado anteriormente, e uma diversificação da economia do município. Esse fato gerou mais postos de empregos, mais arrecadação de impostos, com perspectivas de crescimento para a indústria de confecção, além do consumo de energia.

As atividades desenvolvidas no perímetro urbano da BR 060 em Alexânia baseia-se no comércio, com destaque para restaurantes, lojas de autopeças e serviços mecânicos, destacamos a presença significativa de postos de combustíveis. Visando a localização estratégica do município entre as cidades de Goiânia-Anápolis e Brasília para ofertar serviços no ramo de alimentação e serviços mecânicos aos passageiros em trânsito na rodovia. Nota-se a instalação recente de lojas comerciais, a exemplo, revendedoras de aparelhos celulares.

Gráfico 14: Crescimento do Consumo de Energia no Setor Industrial de Alexânia 2002-2007.



Fonte: Seplan-GO (2009)

Por meio do fortalecimento industrial, aumentam as possibilidades de Alexânia estabelecer ligações contínuas na Região Urbana GAB. Contudo, é preciso ter cuidado com o discurso homogeneizante da integração competitiva regional, discurso que reafirma o poder e a ampliação da região tida como “ganhadora”. As possibilidades de crescimento, o aumento do PIB – desaparecendo os conflitos – e a exclusão de parcelas da população do mercado de trabalho urbano, como confirma Arrais (2007), são resultados da polarização e das decisões políticas e econômicas intrínsecas na produção da região e do território.

Figura 6: Vista da Indústria Schincariol em Alexânia



Fonte: FRANÇA, Karla, 2009.

Figura7: Vista da Indústria Schincariol



Fonte: FRANÇA, Karla, 2009.

Nesse contexto da integração competitiva, Alexânia foi o 14º entre os quinze municípios mais competitivos de Goiás, no ano de 2007. É importante ressaltar que foi a primeira vez que o município participou desse *ranking*, como resultado da soma de programas de fortalecimento com a atuação do setor privado, incentivos fiscais, doação de terrenos e programas de desenvolvimento regional, com destaque para a Schincariol. Na arrecadação de ICMS, no mesmo ano, a indústria Schincariol saiu da 19ª para a 17ª posição no estado, tornando-se um dos maiores arrecadadores de ICMS em Goiás.

Para continuar promovendo o crescimento de Alexânia, uma das possibilidades futuras é o investimento no turismo, atividade que até o momento não tem sido relevante para o município, conforme evidencia a entrevista realizada em 2009 com a coordenadora de fiscalização da Prefeitura, Agda Patricia A. Cardoso. Contudo, já existe uma preocupação expressa no Plano Diretor com a ocupação das áreas próximas ao lago formado com a instalação da Hidrelétrica Corumbá IV, além de uma vertiginosa venda de terrenos próximos à represa.

Figura 8: Vista da Pousada Encanto do Lago em Alexânia

Fonte: Figura retirada do site <http://www.pousadaencantodolago.com.br>. Acesso dia 17 de Out/2009.

Formada pela barragem do rio Corumbá, a hidrelétrica inaugurada em 2006 está localizada em Luziânia (GO), mas sua área de abrangência inclui os municípios goianos de Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia, Silvânia e Alexânia. A construção da hidrelétrica provocou alterações no leito do rio Corumbá, que delimita o município de Alexânia, e a construção do Lago Corumbá provocou graves problemas ambientais, como a retirada da mata ciliar e a impactação do rio. A Hidrelétrica Corumbá IV foi construída em uma parceria entre os governos de Goiás e do Distrito Federal, com o objetivo de gerar energia elétrica e garantir abastecimento de água para o DF e os municípios do Entorno de Brasília.

Mapa 7: Localização da Hidrelétrica Corumbá IV.

Fonte: Retirado de <http://www.corumbaconcessoes.com.br/site/br/default.aspx>. Sem escala

Em Alexânia, como dito, a construção da hidrelétrica motivou o turismo nas margens do lago, o que vem incentivando o município a promover infraestrutura, por meio de parcerias privadas. O objetivo é, além de atender adequadamente os turistas, criar o plano de ocupação e gerenciamento da região, impedindo ocupações e atividades indesejadas e provocando uma forte especulação imobiliária dos terrenos próximos ao lago.

A perspectiva de crescimento nesse segmento já resulta na instalação de pousadas e hotéis fazendas, como a Pousada Encanto do Lago, que aproveita a beleza natural que amplia o potencial turístico do município. No entanto, para que a atividade turística se concretize, é preciso dotar o município de infraestrutura e especializar a mão de obra, por meio de cursos técnicos em turismo, com o objetivo de atender parcelas da população do Distrito Federal, como ressaltado nas entrevistas com a coordenadora de fiscalização de Alexânia.

No que tange à educação, Alexânia possui reduzido número de escolas e poucos investimentos em algumas áreas específicas, como cursinhos preparatórios para vestibular. Em relação ao ensino superior, parte da população se dirige aos municípios de Anápolis, Goiânia ou Brasília para estudar – dos jovens entre dezoito e 22 anos, 2,75% têm acesso ao ensino superior (PNUD, 2000). A Tabela 5 demonstra o número de alunos matriculados de acordo com os níveis de ensino.

Tabela 5 Alunos Matriculados por Dependência Administrativa Alexânia 2003²⁷

Nível de Ensino	Total	Estadual	Municipal	Privada
Pré-Escola	268	-	177	91
Creche	95	-	36	59
Fundam. 1ª Fase	2.728	-	2.533	195
Fundam. 2ª Fase	2.347	1.831	423	93
Ensino Médio	826	809	-	17
EJA	481	-	390	91
Total	6.745	2.640	3.559	546

SEPLAN, 2003

Com base na tabela, nota-se a concentração de alunos matriculados no ensino público municipal e estadual. No total o município possui 27 escolas, segundo dados de 2007 da SEPLAN; porém, é pequena a oferta de estabelecimentos de ensino médio, com quatro escolas. O reduzido número de escolas estaduais faz que os estudantes se dirijam ao município de Anápolis para continuar seus estudos. Alexânia não possui ensino superior presencial público, reduzindo a possibilidade de inserção dos jovens, que se deslocam para Goiânia, Brasília e principalmente Anápolis, pela proximidade e pelos custos mais baixos.

Recentemente houve a instalação em Alexânia do polo de ensino da Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília (UAB-UnB) e da UFG, sendo responsabilidade da Prefeitura equipá-lo com biblioteca, salas de informática e equipamentos. No polo presencial funcionam os cursos da UAB-UnB e da UFG.

²⁷ Optamos por utilizar dados fornecidos pela Seplan-GO, do ano de 2003, devido que esses dados mostram a distribuição dos alunos na rede estadual e municipal, ressaltando que existem disponíveis dados recentes do ano de 2007, contudo os dados não apresentam os alunos distribuídos nos setores estadual e municipal.

Além de se instalarem em Alexânia a Faculdade de Educação a Distância (FCT-EAD) e a Universidade Vale do Acaraú (UVA), com o objetivo de ampliar a qualificação dos estudantes. Entretanto, na modalidade Educação a Distância, observa-se que mais de 50% dos alunos não possuem domicílio no município. Uma das alternativas para suprir a carência na área de educação, em especial no ensino superior, seria a instalação de um polo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como ocorreu em alguns municípios da Microrregião do Entorno do DF, possibilitando a promoção de desenvolvimento regional para o município. Sobre a UEG, Arrais (2007a) destaca:

O fortalecimento da Universidade Estadual de Goiás (UEG), instituição presente nas diversas regiões goianas (39 Unidades Universitárias e 15 Pólos Universitários). As Unidades poderão funcionar como centros catalisadores de um modelo de desenvolvimento onde educação, ciência e tecnologia possam promover mudanças regionais. A mudança, entretanto, deve se processar primeiramente no interior da UEG, com a valorização do corpo docente, investimento em pesquisa e o planejamento de cursos que atendam as demandas regionais, algo que não tem ocorrido.

No setor da saúde é preocupante a situação de Alexânia, que possui apenas um hospital, com 39 leitos. Também é reduzido o atendimento especializado, e em casos de acidentes ou doenças graves os pacientes são encaminhados, na grande maioria das vezes, ao município de Anápolis, ou se dirigem ao hospital do Gama, no Distrito Federal (PLANO DIRETOR, 2006).

O fortalecimento da infraestrutura no município de Alexânia, por meio da iniciativa privada, é uma possibilidade de inserção regional e de maior evidência na Região Urbana GAB. Nos discursos dos órgãos municipais são enfatizadas a parceria entre a ACIALEX e o Sebrae e a importante proximidade com as duas capitais e com o município de Anápolis, que vem ganhando destaque desde o ano 2000, conforme observado nos gráficos apresentados e em suas análises.

A entrevista com a ex-gerente do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do DF, vinculado à SEPLAN, e atual gerente da Secretaria das Cidades do Estado de Goiás, Jacqueline Bezerra Cunha (Apêndice B) enfatiza a importância dos consórcios intermunicipais e das reuniões para identificar os meios de alavancar a economia por intermédio das APLs e da qualificação dos próprios gerentes das secretarias dos órgãos municipais da Microrregião do Entorno de Brasília. No

entanto, nas entrevistas realizadas nos órgãos municipais em Alexânia não houve menção à importância desses consórcios.

Como mostrado, no período de 2000 a 2009 o crescimento industrial fortaleceu a economia de Alexânia, em consonância com as políticas de desenvolvimento regional, como revelam as pesquisas vinculadas aos órgãos governamentais do GDF, à SEPLAN ou às universidades. Contudo, deve-se lembrar que além do fortalecimento das economias locais, é preciso garantir o acesso da população a melhores condições de vida, educação, saúde, infraestrutura e lazer, entre outros aspectos.

A produção da “região ganhadora” em importância política e econômica possui níveis distintos, ou seja, não é homogênea, e os municípios pequenos procuram nela se inserir. Como Alexânia, que no período de 2000 a 2009 alcançou um promissor crescimento no setor industrial, em consonância com as políticas de desenvolvimento regional que procuram diversificar e fortalecer as economias locais. O processo é permeado pelos “interesses regionais” de parcelas da sociedade, que são hegemônicas e procuram, por meio do fortalecimento e crescimento (leia-se lucro), apagar os conflitos da região e do município.

Os interesses dos grupos hegemônicos na maioria das vezes não coincidem com os interesses dos grupos não hegemônicos. E não é possível promover qualidade de vida, acesso à educação, entre outros aspectos, quando não existe a participação de diversos grupos sociais nas discussões. Existe uma desarticulação das classes sociais que interliga a dominação social que também é espacial e territorial e as estruturas hegemônicas permanecem, pois se inserem no jogo dessa região ganhadora. Dundes (2007) esclarece:

A “região”, [...] que contém a do devir, continuará preservando o atraso, pois à sua sombra desaparecem os interesses de classe e grupos, os excluídos do crescimento econômico, os pequenos produtores familiares expelidos das terras que cultivavam, os que se debatem pelo acesso a ela, os que não conseguem ascender por meio do mercado de trabalho urbano, os trabalhadores que não têm acesso a assistência médica e educação de qualidade etc [...] a “região dos conflitos” apaga seus conflitos. Assim a região, para além de espaço de convivência e identidade, é também espaço de conveniência política.

Nesse sentido, a inserção dos pequenos municípios, em especial Alexânia na Região Urbana GAB, se faz por meio do crescimento econômico financiado pelos

incentivos fiscais. Estes proporcionam geração de emprego, mas que não significa desenvolvimento e acessibilidade para toda a sociedade – são relações complexas, competitivas e complementares que consolidam a região urbana. Na Região Urbana GAB os programas regionais têm como objetivo a redução das desigualdades; contudo, os investimentos se concentram nos municípios de Goiânia, Anápolis e Brasília, revelando a territorialização política e econômica na região. Em Alexânia o aumento de postos de emprego por meio do fortalecimento do setor industrial não significou desenvolvimento social com a população tendo acesso a melhores condições de vida, acesso a saúde, educação, lazer podendo usufruir do direito a cidade. Estabeleceram-se relações mais complexas, competitivas e complementares para fragmentos da sociedade, consolidando a Região Urbana GAB e acirrando o processo de exclusão.

4.3 - Apontamentos da Atuação Regional no Estado de Goiás

A compreensão da possibilidade de inserção dos pequenos municípios na região em consolidação GAB se faz com o estudo do fragmento Alexânia e dos incentivos fiscais para o setor industrial, que contribuem para sua dinamização econômica. Contudo, é preciso também compreender as transformações das diretrizes regionais estaduais na esfera política, que orientam os investimentos nas regiões goianas.

O atual governo estadual realizou em 2007 a reforma administrativa, que provocou alterações na estrutura responsável pelas diretrizes e pela aplicação de recursos e implantação de programas. Essas informações foram detectadas nas entrevistas realizadas na AGDR e na SEPLAN, cujo objetivo foi compreender a atuação dos dois órgãos. Observa-se indiretamente a redução da influência desses órgãos nas questões de orçamento para a elaboração e a execução de programas a eles vinculados, em especial a SEPLAN – responsável pelo planejamento e pela coordenação das políticas de desenvolvimento regional.

A AGDR é uma autarquia estadual ligada à SEPLAN, que cuida da gestão de programas em três áreas de planejamento delineadas pelo PPA – Região do Entorno do DF, Região Norte Goiano e Região Nordeste Goiano – atuando nas chamadas “regiões deprimidas” do estado. Segundo Lucio Warley Lippi, gerente de planejamento regional da AGDR, o órgão atua por meio dos consórcios intermunicipais de segurança alimentar e pavimentação das rodovias, além de convênios de execução de infraestruturas.

A atuação nas chamadas regiões deprimidas, atrasadas, de acordo com o entrevistado, é permeada pelo discurso de que os municípios apresentam um quadro precário. O que justifica a importância da atuação da AGDR na condição de órgão responsável pela parte técnica e pela execução dos programas desenvolvidos pela SEPLAN, que atua na esfera regional. Ao quadro precário dos municípios goianos, em especial das pequenas localidades, são somadas a má gerência dos recursos e as reduzidas implantação e ação das políticas, que apresentam como possibilidade os consórcios intermunicipais e a qualificação dos funcionários das prefeituras.

Todavia, o discurso do quadro municipal precário retira a responsabilidade municipal na gerência e aplicação dos recursos. Entretanto, é inegável a

precariedade do quadro municipal brasileiro que passa por dificuldades nos níveis local, regional e nacional.

O Programa de Desenvolvimento do Entorno do DF, executado pela AGDR, vincula Alexânia por meio do consórcio de segurança alimentar e do Programa Telecentro Comunitário. O objetivo do projeto, com sede em Alexânia, é incentivar o uso de tecnologias da informação. Alexânia não foi incluída no programa de pavimentação urbana, embora suas ruas e avenidas sejam precárias – as mais utilizadas são as vias marginais à BR-060, que possuem reduzida estrutura hierárquica e são mal preservadas. Ressalta-se ainda que o município não possui sistema de transporte público ou privado.

Observa-se que no governo de Marconi Perillo, por meio dos PPAs de 2000-2003 e 2004-2007, buscou-se integrar Goiás às esferas nacional e internacional, garantindo o crescimento e a competitividade do estado. Nota-se a delimitação da consolidação de uma diretriz de atuação em âmbito regional via competitividade, em especial no PPA de 2004-2007, cuja gestão dos recursos ficou sob a responsabilidade da SEPLAN. Salgado (2009, p. 12) ressalta:

A primeira estratégia Goiás competitivo e pólo econômico regional teve um foco regional a partir da escala nacional, com base no crescimento econômico. Procurou-se com essa estratégia criar condições infra-estruturais necessárias para o desenvolvimento econômico de Goiás. É a estratégia que recebe os maiores investimentos, cerca de 60% dos recursos destinados para investimentos no período.

Na gestão de Alcides Rodrigues, eleito em 2007, o slogan se baseia no fato de Goiás ser um estado empreendedor. Com a elaboração do PPA 2008-2011 há alteração nas secretarias do governo, e com a reforma administrativa e a aprovação do Decreto 6.642/2007, que delega poderes à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) para a execução orçamentária do estado e a fortalece, permanece uma discreta disputa entre a SEFAZ e a SEPLAN. Atualmente a SEFAZ controla os recursos das autarquias e fundações, com a redução de poderes e a dependência no gerenciamento desses recursos.

Com as mudanças, a SEFAZ adquire plenos poderes para atuar sozinha na contenção de despesas – no governo anterior essa função era dividida com a SEPLAN. O orçamento é controlado pela SEFAZ e é necessária a assinatura dessa secretaria para a execução das obras pela SEPLAN, que tem reduzida sua autonomia de atuação na esfera regional. Recentemente a Secretaria das Cidades

ganhou força de atuação nas políticas urbana e regional no estado, com foco na municipalização. Projetos como o de promoção das economias locais na Microrregião do Entorno do DF, ao que parece, serão de responsabilidade da Secretaria das Cidades.

A SEPLAN era responsável pela parceria com os municípios na elaboração dos Planos Diretores, o que atualmente acontece em parceria com a Secretaria das Cidades com o programa de atuação no Entorno do DF, cujo foco é o fortalecimento dos consorciamentos intermunicipais. De acordo com Bezerra (2009), existem dificuldades de articulação das esferas e, na maioria das vezes, há intermediação via GDF e municípios do Entorno, além de uma reduzida articulação com a esfera estadual goiana. Ainda que a atuação seja por intermédio da RIDE, pode-se confirmar o discurso de desarticulação existente. Contudo, essa desarticulação também se torna uma estratégia para os agentes hegemônicos.

Ressaltar as transformações na atuação institucional das políticas regionais é importante para se compreender o papel do estado de Goiás na esfera regional. As entrevistas foram relevantes no sentido de esclarecer sobre a atuação do governo estadual na questão orçamentária depois da reforma administrativa, a centralização da fiscalização e o gerenciamento em um único órgão. O caráter empreendedor do atual governo, ao contrário de promover um projeto de desenvolvimento regional consistente e articulado com as dificuldades e perspectivas comuns das regiões e municípios, aprofunda a seletividade de recursos, como já vinha ocorrendo com o governo anterior. A administração anterior direcionava a produção agropecuária, por exemplo, para o exterior, consolidando as regiões do estado com infraestrutura para o agronegócio e beneficiava a Região Urbana GAB, com direcionamento de 60% dos programas de créditos regionais para o Centro Goiano, onde se localizam Goiânia e Anápolis, e para o Sudeste Goiano, onde localizam-se os municípios em que se consolida o *agrobusiness*.

Apesar de não serem o foco desta pesquisa, é interessante verificar as mudanças que ocorreram com a reforma administrativa no estado de Goiás. A abordagem sobre a distinção dos órgãos de planejamento teve como objetivo compreender as transformações nesses órgãos de desenvolvimento regional e os interesses que estão por trás dessas transformações.

Reitera-se a importância dos PPAs como instrumentos para o desenvolvimento do estado, quando existe uma articulação com as esferas

municipais – por exemplo em sua elaboração, execução e plenárias, o que de fato não ocorreu. Nas entrevistas junto aos órgãos municipais de Alexânia não houve menção a plenárias realizadas com a participação dos governos estadual e municipal para discutir a elaboração do PPA.

Os PPAs de Goiás têm sido eficazes em promover a competição do estado nos âmbitos nacional e internacional, por meio de programas e investimentos na modernização de transportes, telecomunicações e energia. Atualmente os investimentos, a maior parte em infraestrutura para escoamento e fluidez da economia goiana, são 90% superiores em relação ao primeiro PPA, e os resultados se mostram no aumento do PIB do estado. Para Salgado (2009), embora Goiás esteja inserido na competitividade e haja resultados positivos dos investimentos por meio dos PPAs, é necessária uma análise dos impactos sociais e econômicos desses investimentos, uma vez que as regiões deprimidas continuam com graves problemas socioeconômicos.

O desenvolvimento regional como sinônimo de competitividade adotado pelo governo goiano significa que apenas determinadas regiões (como o Centro Goiano e o Sudeste Goiano) poderão atingir o sucesso econômico e não necessariamente um desenvolvimento regional. É contraditória a forma como os recursos são centralizados, enquanto as políticas dos consorciamentos são descentralizadoras, fortalecendo fragmentos e grupos hegemônicos das “regiões do mandar” e aprofundando as desigualdades regionais nas “regiões do fazer”.

4.4 (Re)encontrando Alexânia na Região Urbana GAB

Inserida na Região Urbana GAB, como demonstram as entrevistas com representantes dos órgãos municipais e estaduais, e com localização privilegiada em virtude da proximidade com Goiânia-Anápolis-Brasília, Alexânia, nos últimos anos tem destacado crescimento no setor industrial. Aparentemente, os agentes hegemônicos utilizam o aumento do PIB e a infraestrutura industrial como possibilidades de inserção regional.

O desenvolvimento regional, em suas bases gerais, privilegia a “vocação” de determinada área ou município, por meio do fortalecimento de uma atividade ou do incentivo de outras, novas, para que a região possa ser aut noma. Para Saquet (2007), autonomia não   sin nimo de autossuficiência ou de fechamento para o exterior e redu o das rela oes, sejam econômicas, culturais e políticas. A autonomia refere-se   capacidade de autogoverno das rela oes internas e externas de territorialidade, de desenvolvimento levando-se em conta a processualidade que cont m conflitos, coopera o e competi o.

Em Alexânia observa-se o fortalecimento do setor industrial nos últimos cinco anos, após a instala o do fixo – a indústria de bebidas Schincariol. Para que essa instala o se efetuassem, houve articula o nos níveis municipal e estadual, além de incentivos, promovendo integra o do município com Goiânia e Brasília por meio dos fluxos que a indústria gera para realizar sua produ o, circula o e consumo com uso da BR-060. Houve ainda uma reprodu o do cotidiano dos cidadãos de Alexânia, pois a indústria estimula o comércio, com aumento da circula o e do consumo de mercadorias; ou seja, instalam-se as lógicas externa e interna, que Santos (1999) denomina horizontalidades e verticalidades.

Na verdade, não houve promo o das horizontalidades no município de Alexânia, ainda que o recente Plano Diretor, aprovado pela Lei Complementar 892/2006, oriente a oes de melhorias nos setores de habita o, saúde, educa o e transporte.   reduzida a atua o dos sistemas de objetos públicos; o que se notam são horizontalidades promovidas em virtude da competitividade, normalmente nas áreas próximas   BR-060. Os discursos que permeiam a endogenia do desenvolvimento regional – em cujo processo as desigualdades regionais deveriam ser resolvidas pelo aumento do capital social, pelo fortalecimento da identidade regional, pela inser o de atividades que fortaleçam os municípios e

consequentemente preparem a região para a competitividade (leia-se guerra fiscal) inter-regional – não são capazes de promover uma qualidade de vida para a população.

Contudo, esta análise mostra que não seria possível o fortalecimento regional sem um projeto nacional, sem articulação com as demais esferas. Ainda que haja uma articulação, não significa que os conflitos serão anulados, pois também está em jogo a diversidade de interesses dos agentes hegemônicos e não hegemônicos.

Os discursos das políticas totalmente verticalizadas “de baixo para cima” contrapõem as políticas “de cima para baixo”, que no cerne atendem a agentes locais-regionais ou globais, mesmo que as políticas verticalizadas conheçam de fato a realidade dos municípios e da região. Porém, conhecer não significa necessariamente ampliar os direitos e a participação dos cidadãos, as ações políticas tendem a concentrar e beneficiar as classes hegemônicas das parcelas bem sucedidas da DIT.

Não se preconiza que as políticas não possam ser verticais, mas é interessante compreender que, sem um projeto nacional e um projeto regional consistentes, promover o fortalecimento do setor industrial não beneficiou a maioria da sociedade alexaniense no acesso ao direito a cidade.

Segundo dados da PNUD (2000), mais de 40% da população de Alexânia sobrevivem com uma renda inferior a R\$ 75,50 e aproximadamente 70% vivem com no máximo três salários mínimos. O índice de desigualdade é alarmante, mas em contrapartida a análise mostra um crescimento do PIB, em especial no setor industrial. O município vem atraindo investimentos, como a futura instalação da unidade de pré-condensados da Nestlé, como ocorreu nos municípios goianos de Jataí e Rialma. Indústrias de menor porte de pré-condensados visam à utilização da produção leiteira do município, fortalecendo a economia goiana no setor lácteo – ressaltando que também é observado um aumento de gado bovino leiteiro em Alexânia.

O município ainda estabelece com Goiânia, Anápolis e Brasília relações comerciais e industriais que o fazem crescer economicamente. O comércio da produção de ovos, peixes e bebidas por meio dos fluxos estabelecidos pela BR-060 fortalece Alexânia localmente, enquanto é promissora sua articulação na Região Urbana GAB.

Ao serem analisados, por meio das entrevistas nos órgãos municipais de Alexânia, os repasses das receitas para o município nas escalas federal e estadual, observa-se que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), oriundo do governo federal, é o mais representativo. É importante ressaltar que a distribuição do FPM leva em consideração o tamanho da população, segundo dados do IBGE. Conforme o tamanho da população, partilha-se a receita em uma escala de 0-6. Outro repasse federal relevante é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização da Educação (FUNDEB), que tem como referência o número de matriculados no ensino básico. Nesse sentido, o repasse para Alexânia é inferior ao do FPM,²⁸ haja vista, conforme dados analisados anteriormente, que a educação carece de fortes investimentos no município – lembrando que são 27 escolas municipais. Ressalta-se, em relação ao FUNDEB, que os municípios mais populosos tendem a concentrar os repasses. No caso de repasses estaduais, observa-se o crescimento do ICMS, levando Alexânia a ocupar a 14^o posição no *ranking* dos municípios competitivos goianos.

A análise que se faz a partir desta pesquisa – ao se inserir a relevância econômica de Goiânia, Anápolis e Brasília e o crescimento no setor industrial de Alexânia – é sobre a importância de a política estadual ter inserido o estado de Goiás na competitividade, na guerra fiscal. Contudo, se esse fato acarretou melhorias em infraestrutura e aumento de emprego, em contrapartida excluiu contingentes enormes de pessoas. Analisa-se ainda como a política regional foi delineada pelos interesses do *agrobusiness* e das indústrias em consórcios público-privados com as elites regionais, em parcerias horizontais; por exemplo entre o Distrito Federal e os municípios, ou entre o governo de Goiás e os municípios.

A intenção não é confirmar que os municípios obrigatoriamente devem atuar na esfera estadual ou distrital, comprovando vínculos com a administração, mas entender as complexas relações e articulações dessas atuações. No entanto, na maioria das vezes há uma desarticulação nos âmbitos estadual e distrital, o que ratifica as ações territorializadas na própria RIDE e na RMG.

Um governo que encoraja os grandes investimentos, promovendo inúmeros incentivos fiscais, como vem ocorrendo em Goiás para que o estado seja competitivo se mostra preocupante. Administrações que atuam dessa forma

²⁸ As diferenças de repasse do FPM e do FUNDEB foram consultadas em Arrais (2008).

demonstram como podem ser manipuladas quando os interesses das empresas não são atendidos. Um exemplo é a localização das indústrias – quando contrariadas em suas intenções, as empresas mudam suas plantas industriais para outros municípios ou regiões, ocasionando verdadeiras crises econômicas. Também fica evidente como os agentes hegemônicos se apropriam politicamente e territorialmente das regiões onde atuam.

Diante dos fatos questiona-se: que tipo de inserção regional provoca crescimento econômico e, ao mesmo tempo, deixa uma parcela da população marginalizada à mercê de estruturas deficientes em transporte coletivo, saúde, educação, emprego. Trata-se de uma inserção para algumas parcelas da sociedade. Então, como promover desenvolvimento regional e qualidade de vida para a população que vivencia e integra a Região Urbana GAB?

Conforme ressalta Soto (2009), o desenvolvimento regional deve se basear na participação social, em uma sociedade que cria meios de integrar projetos, com base nas potencialidades regionais, buscando caminhos para redução das desigualdades em seu sentido pleno, não apenas significando aumento do PIB em alguns segmentos, mas também boas condições de saúde, educação, transporte, entre outros aspectos. Daí a importância da análise dos gráficos e tabelas sobre saúde, educação e setores de inserção da população no emprego, que mostram que o caminho escolhido não necessariamente reduz as desigualdades; ao contrário, esse caminho não apenas mantém as dificuldades como pode agravá-las.

Considerações Finais

Para a realização desta pesquisa, buscou-se compreender a inserção regional de Alexânia na Região Urbana GAB. O primeiro passo foi entender por que a região torna-se um importante conceito de análise e como ela é usada politicamente por agentes hegemônicos e não hegemônicos. Foi preciso analisar os equívocos dos que anunciam a morte da região e considerar os riscos de uma avaliação em que se observam apenas os particularismos, o singular. Portanto, procurou-se compreender como a região está interligada por relações políticas para a produção e reprodução do território goiano e como o discurso de integração regional é desintegrador.

Ressaltam-se as dificuldades de compreender o desenvolvimento regional, que não se reduz apenas à produção e à reprodução, mas também é a condição de sua realização na globalização (SANTOS, 1979). Historicamente o desenvolvimento é desigual e combinado, um dos fundamentos do modo de produção capitalista e da organização socioespacial. Não se pode prever que o desenvolvimento regional irá proporcionar possibilidades de aniquilar as desigualdades, criando um mundo homogêneo em que todos os municípios e regiões serão iguais ao modelo de desenvolvimento moderno-colonial europeu e americano.

Deve-se compreender as transformações que interferem em escala regional na atuação dos atores hegemônicos, nas mudanças de foco dos agentes de governo, com influência desses agentes e dos interesses políticos nas diretrizes dos PPAs, como analisado. Contudo, ressalta-se que a região também surge como possibilidade alternativa para os agentes não hegemônicos.

As possibilidades alternativas de desenvolvimento regional passam pelo fortalecimento dos agentes locais, que ao se tornarem sujeitos do processo podem participar efetivamente dos projetos. Não necessariamente eles se apoiarão em um modelo europeu de sucesso a ser seguido, como as perspectivas de desenvolvimento segundo o caráter da endogenia ou possibilidades desenvolvidas apenas pelos agentes locais, o que destaca o fato de alguns serem fortes o suficiente para obterem sucesso e outros aprofundarem as desigualdades. Como se

o desenvolvimento local/regional dependesse exclusivamente da organização e do empenho dos agentes locais, reforçando a perspectiva neoliberal e eurocentrica.

Vale frisar que a pesquisa foi norteada pelas possibilidades de inserção regional dos municípios pequenos, em especial Alexânia. Por meio do estudo foi possível levantar as dificuldades e os caminhos trilhados pelos agentes locais/regionais e verificar que essas possibilidades na “região ganhadora” significam ser competitivo e estimular essa competição em um processo pelo qual, na Região Urbana GAB, as políticas e os programas de créditos aprofundam a fragmentação, a territorialização e os processos de desterritorialização.

Com bases nos dados analisados, a pesquisa comprova o crescimento do PIB em Alexânia e, em contrapartida, depara-se com as mazelas na área social. Se houvesse dados econômicos disponíveis sobre a produção regional em Alexânia e nos demais municípios, a pesquisa seria enriquecida. No entanto, com as informações coletadas nota-se que há uma circulação da produção de Alexânia na Região Urbana GAB, mas também que existe uma circulação inter-regional significativa no setor de bebidas. A análise dos dados evidenciou uma inserção de Alexânia na Região Urbana GAB.

Dessa forma, levantam-se algumas reflexões que merecem ser aprofundadas diante da complexidade da região em estudo. Uma delas é a compreensão dos processos que ocorrem nos demais municípios que não estão marginalizados, e sim inseridos nessa competitividade. O Estado que contribuiu para construção do projeto de competitividade na Região Urbana GAB é o mesmo que defende os interesses dos grupos hegemônicos como ressaltamos anteriormente.

As diretrizes e ações regionais do governo goiano, apontadas pela pesquisa, expressam as contradições intrínsecas do processo de desenvolvimento. Alexânia talvez apresente características mais residuais desse processo, no qual a busca por alternativas de desenvolvimento regional cria submissão aos interesses privados, aos incentivos fiscais. É interessante verificar que os demais municípios da Região Urbana GAB baseiam suas economias no setor terciário, enquanto em Alexânia a

pesquisa comprovou que atualmente é o setor industrial o responsável pelo crescimento – contudo, é o comércio que concentra a oferta de empregos.

As alternativas institucionalizadas por meio da RIDE e da RMG precisam se fortalecer, embora não apresentem uma articulação com a Região Urbana GAB, e sim com os núcleos. Há uma política para o Distrito Federal e outra para Goiânia. As políticas possuem como meta desenvolver a economia dos municípios locais goianos ou do Entorno do DF – localidades que possuem diferentes articulações e expressões econômicas – mas nem todos possuem uma polarização forte com Goiânia e/ou Brasília.

Embora em Alexânia, influenciada pela proximidade com a capital federal, haja mobilidade pendular em busca de emprego, existem novas perspectivas que se fortalecem devido à indústria, cujo principal mercado consumidor não necessariamente é apenas Brasília.

As alternativas esboçadas e institucionalizadas pelo governo goiano têm como foco a municipalização para que se reforcem consórcios intermunicipais, inclusive em relações mais horizontais – no entanto, a horizontalidade que na maioria das vezes pode ser mascarada pela concepção neoliberal. É preciso refletir se o modelo de descentralização adotado pode ser uma via alternativa para o desenvolvimento regional, no qual a sociedade possa tornar-se sujeito do processo. Deve-se questionar acerca das reais possibilidades de um modelo descentralizado, quando se aprofunda a análise sobre o repasse de recursos federais e estaduais, fontes significativas de promoção de infraestrutura para os municípios.

Portanto, o desenvolvimento regional requer uma análise do modelo descentralizado, dos repasses federais, das políticas nacional e regional que contemplem a participação (de fato, participativa) da sociedade na construção de um projeto regional. Ainda assim, os caminhos encontrados não irão excluir a contradição. Todavia, possibilitarão a existência de alternativas consolidadas pelos agentes não hegemônicos.

Ressalta-se que este estudo mostrou a relevância das relações políticas que envolvem a produção e a territorialização dos agentes hegemônicos na Região Urbana GAB, ultrapassando a instrumentalização do conceito de região em si mesma. Nesta direção, considera-se que o processo de produção e (re) produção do capital gera novos processos econômicos desiguais e desequilibrados territorialmente, pois nem todos os municípios tem acesso aos bens e a infraestruturas que estão a serviço dos grandes investimentos.

A proposta ao realizar a análise acerca da Região Urbana GAB e do município de Alexânia, não é buscarmos ou confirmarmos que o município seja dotado de densidades técnicas como os demais municípios, se transforme num importante município em termos políticos e econômicos, mas, compreender as diferenças do uso da técnica mediada pelas relações de poder e que o discurso de que todos tem direito ao desenvolvimento, compreendido como dominação política econômica, reforça o projeto de modernidade burguesa e homogeneiza o mundo como se todos devêssemos e fosse possível alcançar o patamar de “desenvolvimento” dos países europeus ou dos EUA. Em que o desenvolvimento se resume ao ser igual ao demais em que os projetos alternativos nessa perspectiva não são considerados e o direito as diferenças e diversidades culturais, políticas também são capturadas em busca do projeto de modernidade.

Neste sentido, os processos de crescimento econômico da Região Urbana GAB possivelmente não proporcionam um desenvolvimento regional. Trata-se de uma modernização conservadora; apesar de que o governo goiano e os agentes empresariais se apropriam da Região Urbana GAB como o exemplo bem sucedido de desenvolvimento, cujo discurso contribui para ocultar os processos de fragmentação, de exclusão das cidades “atrasadas” inseridas dentro de uma “região do mandar” em que criam estratégias para serem incorporadas as estratégias competitivas do governo goiano.

Assim, a pesquisa demonstrou um recorte empírico da Região Urbana GAB que não se vincula as regionalizações administrativas seja do IBGE ou da Seplan, demonstrando a importância política e econômica das áreas metropolitanas de

Goiânia e Brasília e do município de Anápolis, que segundo Limonad (2009)²⁹ a denomina de regiões reticulares devido aos “nós” estratégicos que à articula com local e global sobrepondo as outras regionalizações. Portanto, é muito além da complexidade das cidades é a complexidade da reprodução social que geram regiões desiguais necessárias a reprodução orquestrada pelo capital e se reproduz no cotidiano da Região Urbana GAB por meio das relações campo ↔ cidade e as ruralidades.

Por fim, espera-se que a discussão realizada nesta pesquisa venha a contribuir para a Geografia e, acima de tudo, para que os cidadãos goianos e alexanienses desvendem a Região Urbana GAB, em especial as várias territorialidades de Alexânia. Esta análise foi apenas um olhar sobre a região GAB, vários outros poderão ser a ela direcionados. Uma discussão nunca se esgota, visto que, conforme abordado no estudo, a Região Urbana GAB – especialmente as possibilidades de inserção de Alexânia por meio da produção e da (re)produção do capitalismo – pode inspirar outras pesquisas, com diferentes interpretações e linhas teóricas.

Karla França

²⁹ Fragmento retirado da exposição de Esther Limonad na mesa redonda Novas Formas Espaciais e Novos Papéis Urbanos realizada no dia 03 de setembro 2009 realizado em Brasília-DF no evento XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, J.; MASSEY, D. e COCHRANE, A. **Rethinking the Region**. Londres: Routledge.1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência de Planejamento Regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena (Orgs.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. Hucitec, São Paulo, 1993.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

_____. **A região como arena política**: a produção da região urbana Centro Goiano. Tese (Doutorado em Geografia). UFF, Niterói-RJ, 2005. 264p.

_____. **Acionando Territórios**: Breves Reflexões sobre a mobilidade na Região Metropolitana de Goiânia. Goiânia. 2006.mimeo.

_____. **A região como arena política**: Um estudo sobre a região urbana Centro Goiano. Goiânia: Ed. Vieira, 2007. 258 p.

_____. **O território goiano**: uma análise quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém-PA. Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém-PA : ANPUR, 2007a. v. 1. p. 1-1.

ARRAIS, T. A. PINTO, V.C. **Integrar para segregar**: uma análise comparativa do tecido urbano-regional de Goiânia e Brasília. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

ARRAIS, T.A. Diversidade Territorial e transferências constitucionais para os municípios: considerações sobre a economia regional goiana. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia-GO, vol. 28, nº 02, Jul/Dez, 2008.

BECKER, Bertha. **A crise do Estado e a região:** a estratégia da descentralização em questão. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: a. 48, n. 1, p. 43-62, trimestral, jan. 1986.

BECKER, B. K. ; EGLER, C. A. G. . **Brasil: Uma Nova Potência Regional** na Economia-Mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BECKER, D.F. A Economia Política do (DES) envolvimento Regional Contemporâneo. In: BECKER, D.F; WITTMANN, M.L (ORGS.). **Desenvolvimento regional:** abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain - As regiões ganhadoras: Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica.. Oeiras (Portugal): Ed. Celta, 1994.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região:** uma (re) visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004. 292 p.

BRITO, T. M.A. **Região: Leituras possíveis de Milton Santos.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 165p.

CAIADO, Maria Célia Silva. **Estruturação Intra-urbana e Contrapartidas Sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e entorno.** Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Campinas, 2004. 295p.

CAIADO, M.C.S. **Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população.** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 1, p. 55-88, jan./jun. 2005.

CAIADO, M.C.S. **Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e Entorno.** Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2006. 168 p.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea.** Editor: Barcelona: Barcanova, 1988.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I; GOMES, P.C.C; CORREA, R, B. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CATAIA, Márcio. A Alienação do Território_ O Papel da Guerra Fiscal no Uso, Organização e Regulação do Território Brasileiro.: In: SOUZA, M. A. A. de (Organizadora). **Território Brasileiro: Usos e Abusos.** CAMPINAS: Edições Territorial, 2003.

CATALÃO, I. F. **Brasília: metropolização e espaço vivido** – práticas espaciais e vida quotidiana na periferia goiana da metrópole. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente-SP, [s.n], 2008. 193p.

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. In: NETO, A. T. et al. (Org.). **O espaço goiano: abordagens geográficas.** Goiânia: AGB, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

CHRISTOFOLETTI, Antônio.(Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1987.

CORREA, E.A.L. **A Dinâmica Socioespacial da região sudoeste de Goiânia**: uma análise da produção e valorização do loteamento Celina Park. Dissertação (Mestrado em Geografia), IESA-UFG, Goiânia, 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos.** *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>. Acesso Junho de 2009.*

DEMATTEIS, Giuseppe. De las regiones-área a las regiones-red. Formas emergentes de gobernabilidad regional. In: **Redes, Territórios y gobiernos**- nuevas propuestas locales a los retos de la globalización. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2002. p. 163-175

DIAS, S.S. **O Processo de modernização em Anápolis-GO de 1976-2006**: Uma análise do desenvolvimento econômico. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Goiás. Anápolis-GO, 2007. 70p.

DUARTE, Aluizio C. **Regionalização**: consolidações metodológicas. Boletim de Geografia Teórica, vol. 10, nº. 20, Rio Claro, 1980.

DUNDES, Ana Cláudia. **Região do devir e região do atraso**: discurso e representações sobre a Região de Presidente Prudente – SP . Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente : [s.n], 2007 314 p..

EGLER, C.A.G; BAITSTA, I.V; MATTOS, M.M.C.L. **Federalismo e Gestão Territorial no Brasil**: Limites e alcances das regiões integradas de desenvolvimento. Anais: Anpege: contribuições científicas de São Paulo: Anpege, Florianópolis-SC, 2003. P. 813-820.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Goiânia-GO, Ed. do Autor, 1998.

FIORI, José Luís. **Brasil no espaço.** Vozes, Petrópolis-RJ, 2001.

FRANÇA, Karla Christina B de; & PELUSO, Marília Luiza. **A Região Goiana do Entorno do Distrito Federal:** Trajetórias, Discussões e aplicabilidades. In: VII Encontro Nacional da Anpege, 2007, Niterói-RJ. CD-R VII Encontro Nacional da Anpege: Espacialidades Contemporâneas o Brasil, a América Latina e o Mundo, 2007.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido.** Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1980.

GEORGE, P. Dictionnaire de la géographie. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GILBERT, Anne. **The new regional geography** in English and French speaking countries. *Progress in Human Geography*. v. 12, n. 2, 1988.

GOMES, P. C. **As razões da região.** Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado Geografia), 1987. 194f.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias et al (Org.). **Geografia. Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade,** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Fondo de Cultura Económica, México, 1990.

HAESBAERT, R. **Região, Diversidade Territorial e Globalização**. In: GEOgraphia, ano 1, n 01, 1999.

HAESBAERT, R. **Morte e vida da região**: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia: As múltiplas concepções da questão regional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre e Rio Grande: AGB, FAPERGS e FURG, 2003.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARTSHORNE, Richard. **Excepcionalism in Geography Reexamined**. Annals Of The Association of American Geographers, vol. 45, 1955.

HETTNER, A. La naturaleza de la Geografía y sus métodos. In: MENDOZA, J.G; JIMÉNEZ, J.M.; CANTERO, N.O. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

KAYSER, Bernard – **A região como objeto de estudo da Geografia**. In: Geografia Ativa, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

LA BLACHE, Paul Vidal De. **La France de l'Est**: Lorraine-Alsace. Paris: Armand. Colin, 1917. (reedição: 1994. Paris: La Découverte).

LACOSTE, Yves. **Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S.A., 1975.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte. Ed: UFMG. 1999.178p.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba.. **Dossiê Brasil: Anos 90**. Revista de Sociologia e Política. Número 18, v. 7-9, Jun 2002.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A. e SILVEIRA, M.L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1996.

LENCIONI, S. Região e Geografia: A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A F.A. (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp. 2003.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro; DP&A/FAPERJ, 2006.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI – regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, R. & MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LIMONAD, Ester. . **Desenvolvimento local, a questão regional, as novas tecnologias, alguns pontos para reflexão.** Revista Plurais –UEG/UnCSEH, v. 1, n. 2. Anápolis-GO,2005.

LIPIETZ, Alain. The struration of space, the problem of land, and spatial policiy. In: CARNEY,John (Orgs.). **Regions in crisis: new perspectives in Europe an regional theory.** London: Croom Helm, 1980.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Janes Socorro da.**Especialização da Atividade Comercial Atacadista: O Setor Atacadista –Transportador Moderno de Anápolis.** (Mestrado em Geografia)-PPGEA- Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2001., 137f.

LUZ, Janes Socorro da.**A (re)produção de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles 1970-2000.** Tese (Doutorado em Geografia)-PPGEA- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2009., 355f.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1983.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em Geografia: Reflexões sobre uma experiência de Pesquisa Participante.** In: Boletim Paulista de Geografia. N. 84. São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros: Jul./2006. p. 105-136.

MÁS, Abel Albet. ¿Regiones singulares y regiones sin lugares? reconsiderando el estudio de lo regional y lo local en el contexto de la geografía postmoderna. **Boletín de la A.G.E.** N.º 32 - 2001, págs. 35-52

MELLO, Marcelo. **Luziânia: A fragmentação territorial de um município do Entorno de Brasília.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA UFG, Goiânia, 1999.127 f.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano..** Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2004.458f

MENESES, M. R. **As múltiplas escalas do processo de consolidação de Anápolis como centro regional.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - IESA – UFG, Goiânia, 2008. 150 f.

MOLINA, H. Novos espaços alienados do Território Brasileiro. In: SOUZA, M.A.A. de. Território Brasileiro: Usos e abusos. Territorial, Campinas-SP, 2003.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, L. M. **A segregação planejada:** Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

MOREIRA, R. A Nova Divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, R. & MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **Cidades pequenas: territórios da exclusão?** *Anais:* XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Florianópolis - Santa Catarina, 2009.

MOYSÉS, A. **Contradições de uma cidade planejada no Planalto Central brasileiro:** segregação sócio-territorial em Goiânia. 2001. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OHMAE, K. **O Fim do Estado-Nação:** ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

OLIVEIRA, A.F, MOYSÉS, A. **Desigualdades sócio-espaciais, democracia e gestão metropolitana: Análise do desempenho institucional em Goiânia.** In: Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém-PA. Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém-PA : ANPUR, 2007. v. 1.

OLIVEIRA JR.. Gilberto Alves de. **Novas Expressões de Centralidade e (Re)produção do Espaço Urbano em Cidades Médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília, 2008.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita.** São Paulo, Graal, 1984.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: Ideologia e realidade – espaço urbano em questão.** São Paulo: Projeto, 1985.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: a metrópole em crise. Coleção Brasília.** Brasília: Editora da UnB, 1989.

PAVIANI, Aldo. **A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? In: Brasília: moradia e exclusão.** PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa. - **A formação histórica da região do Distrito Federal e entorno: dos municípios-genêse à presente configuração territorial.** (Dissertação Mestrado) – GEA/UnB, 2007.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Ensaio sobre a História de Anápolis.**Anápolis, AEE, 2000.

QUARESMA, S. J.; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1(3), jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>> Acesso em: 20 de Maio de 2008.

RATZEL, F. **Géographie Politique**. Paris: Econômica, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara. Regionalização: fato e ferramenta. In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, R. & MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SALGADO, T. R; ARRAIS, T. A Desigualdade regional e intervenção estatal: uma análise da concepção de planejamento regional no I e II Plano Plurianual do Governo do Estado de Goiás, entre 2000 e 2007. In: **12º Encontro de Geógrafos da América Latina** (EGAL), Anais ... Montevideo-Uruguay, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. Hucitec, 1978.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo. Hucitec, 1979.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis-RJ. Vozes, 1979a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo. Nobel, 1987.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1988.

_____. **O Pensamento**. Texto apresentado no Encontro Internacional Espécie, Espaço, Estado – O desafio ao ordenamento territorial. São Paulo. Novembro 1994.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **Natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **A Urbanização Brasileira**. Edusp, São Paulo, 5 ed. 2008.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1ªed. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo. Nobel, 1998.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um País, Uma Região: Fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. A Região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Campinas-SP. Ed. Territorial, 2003.

.SILVA NETO, Manoel Lemes. A Questão Regional Hoje: Reflexões a Partir do Caso Paulista. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Campinas-SP. Ed. Territorial, 2003.

SCOTT, A.; AGNEW, J.; SOJA, E. e STORPER, M. **Cidades-regiões globais**. Espaço & Debates n. 41. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2001.

SOUZA, Maria Adélia. Aparecida de. **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Campinas_São Paulo.Territorial, 2003.

SCHAEFER, F. K. **O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico**. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 7, n. 13, p. 5-37, 1977.

SOTO, W. H.G. A Dialética do Desenvolvimento Regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial. In: BECKER, D.F; WITTMANN, M.L (ORGS.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo. Ed. Unesp, 2004.

SPÓSITO, M. E.B. **O Chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente-SP: [s/n], 2004a. (Tese Livre Docência).

STEINBERGER, Marília. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 23-53.

_____. **Território, Ambiente e políticas Públicas**. Brasília: LGE, 2006.

TEIXEIRA NETO, A. GOMES, H. BARBOSA, A.S. (Orgs.). **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2 ed. Goiânia. Ed. UFG, 2004.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, M.G de (Orgs.). **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA/UFG, 2002.

TUNES, R.H. Da Desconcentração a Reconcentração Industrial. Dissertação (Mestrado em Geografia). DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

VALENTIM, Rosa. O Capital Social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D.F; WITTMANN, M.L (ORGS.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

VESENTINI, J. W. Construção do espaço e dominação - consideração sobre Brasília. Teoria e Política n.7, São Paulo, v. 1, p. 102-121, 1985.

VISCONDE, M. S. X. **Um lugar na metrópole:** o Bairro Jardim das Oliveiras no município de Senador Canedo (GO). 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

Documentos Consultados:

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília, 2003. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Disponível em PDF, meio digital em <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>. Acesso Maio de 2008.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL -CODEPLAN-DF. **Brasília e sua Região Polarizada** Perfil Sócio-econômico e Demográfico da População Relações entre o Distrito Federal e Entorno, Brasília-DF:2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL – INDUR.**Programa especial geoeconômica de Brasília:** Uma análise elaborada pelo INDUR, Goiânia: 1979.

GOIÁS. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás** - 2003. Goiânia. SEPLAN, 2003.

GOIÁS, Governo de. **Plano Plurianual PPA/ 2004-2007.** Goiânia. Seplan-GO 2004.

GOIÁS, Governo de. **Plano Plurianual PPA/ 2007-2011.** Goiânia. Seplan - GO 2007.

IBGE, **Regiões de Influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

IPEA; IBGE; NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.** IPEA, IBGE, NESUR, Campinas, volume 01, 1999.

IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil:** redes urbanas regionais - Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília, IPEA, vóluma 04, 2002.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2000.

PREFEITURA ALEXÂNIA, **Plano Diretor**. Alexânia-GO, 2006.

SEPLAM/SEPIN. **Gerência de Estatística Socioeconômica de Goiás** – 2007.

Consulta ao site: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim/>. Acesso em 05 de Maio de 2008 às 15 horas.

APÊNDICES

Lista de Apêndices

Apêndice A - :Roteiro Entrevista AGDR.

Apêndice B - Roteiro Entrevista SEPLAN.

Apêndice C - Roteiro Entrevista ACIALEX.

Apêndice D - Roteiro Entrevista Tadeu Arrais.

Apêndice E – Roteiro Entrevista Prefeitura Alexânia

Apêndice A

Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Marília Luiza Peluso
Mestranda: Karla Christina Batista de França

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Agência Goiana de Desenvolvimento Regional))

1. Poderia falar qual o objetivo desta Agência e quais atividades tem sido desenvolvida?
2. Quais as especificidades de AGDR e da Seplan-GO em termos de planejamento regional no estado de Goiás?
3. Quais os programas que estão em andamento para a Microrregião do Entorno e nesse contexto no município de Alexânia?
4. Existe algum programa ou articulação entre a AGDR e o poder público municipal de Alexânia para reduzir as desigualdades, violência, promoção a geração de empregos no município?
5. Como é visto a questão da centralização de recursos em determinados municípios em detrimento dos outros, o que tem sido feito para diminuir essa desigualdade?
6. Qual a concepção de desenvolvimento regional da AGDR?E como tem sido implementada?
7. Quais as perspectivas para o desenvolvimento regional para o Entorno?De que maneira são realizadas as articulações com as esferas federal e distrital?
8. Quais as perspectivas de desenvolvimento regional para os municípios do eixo Goiânia-Anápolis- Brasília?
9. Qual a importância desse eixo, e dos municípios de porte pequeno nesse eixo?

Apêndice B

Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Marília Luiza Peluso
Mestranda: Karla Christina Batista de França

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Secretário da SEPLAN-GO)

- 1 Poderia falar qual o objetivo desta Secretaria e quais atividades tem sido desenvolvida?
- 2 Quais as especificidades da Seplan-GO e da AGDR em termos de planejamento regional no estado de Goiás?
- 3 Quais os programas que estão em andamento para a Microrregião do Entorno e nesse contexto no município de Alexânia?
- 4 Existe algum programa ou articulação entre a SEPLAN e o poder público municipal de Alexânia para reduzir as desigualdades sociais no município?
- 5 Como é visto a questão da centralização de recursos em determinados municípios em detrimento dos outros, o que tem sido feito para diminuir essa desigualdade?
- 6 Qual a concepção de desenvolvimento regional da SEPLAN?E como tem sido implementada?
- 7 Quais as perspectivas para o desenvolvimento regional para o Entorno?De que maneiras são realizadas as articulações com as esferas federal e distrital?
- 8 Quais as perspectivas de desenvolvimento regional para os municípios do eixo Goiânia-Anápolis- Brasília?
- 9 Qual a importância desse eixo, e dos municípios de porte médio e pequeno nesse eixo?

Apêndice C



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Marilia Luiza Peluso
Mestranda: Karla Christina Batista de França

ROTEIRO DE ENTREVISTA (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE **ALEXÂNIA – ACIALEX**) Edmilson Elias Dib

01. Comentar acerca do tempo que preside a ACIALEX-Alexânia.
02. Traçar um histórico do setor de comércio em Alexânia e sua relevância e dinâmica na economia local e regional.
03. Comentar acerca da relevância histórica da ACIALEX para o setor em Alexânia.
04. Historicamente quais as ações mais relevantes desenvolvidas pelo poder público municipal para o fortalecimento do setor de comércio em Alexânia?
05. Quais os reflexos da implantação das faculdades privadas para o comércio?
- 06 Qual a relevância do setor de comércio para a geração de emprego em Alexânia?
Qual a porcentagem de empregos gerados e mantidos pelo setor e os tipos (temporário, terceirizado, etc.)?
07. Qual o significado e importância da Schincariol para Alexânia e região?
08. Além da Schincariol quais os empreendimentos e empresas mais importantes que se instalaram no município nos últimos anos em Alexânia e de outros futuramente?

Apêndice D



Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Marília Luiza Peluso
Mestranda: Karla Christina Batista de França

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Professor Tadeu Alencar Arrais Pererira – Departamento de Geografia IESA-UFG)

1. Como Goiás se insere no contexto regional do Centro-Oeste?
2. Qual a importância da consolidação do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília para o desenvolvimento regional do estado?
3. Qual a importância das políticas regionais implementadas nesse eixo para reduzir as disparidades regionais?
4. Como você vê a relação dos municípios pequenos nesse eixo em termos de articulação regional; eles estão condenados a serem periferia de Goiânia ou Brasília? Quais as possibilidades de desenvolvimento regional para esses municípios?
5. Quais políticas regionais devem ser implementadas para uma diversidade como esse eixo?. Entre a teoria acerca do desenvolvimento regional e a prática nas mais diversas escalas parece existir ainda certo descompasso no que tange a sua efetivação. Haveria, dessa forma, níveis diferenciados de atendimento ao desenvolvimento regional, pois na maioria das vezes voltam-se projetos de sucesso em determinadas regiões para aplicarem em regiões ditas estagnadas? O que esperar de um desenvolvimento regional na prática para esses municípios pequenos e médios?
6. Qual a importância da RIDE para esses municípios pequenos e médios; município que nem sempre possuem forte polarização com Brasília, apesar de

haver um discurso homogeneizante que todos os municípios da RIDE dependem exclusivamente de Brasília?

7. Qual sua análise da a RIDE após 10 anos de criação em termos de articulação regional entre DF e GO?
8. Você acredita que pode haver uma diferenciação no modo de proporcionar um desenvolvimento regional que leve em consideração as pessoas que ali residem e com mais consciência? Quais as possibilidades de estratégias dos atores não hegemônicos, dos municípios de pequeno porte em construir projetos alternativos?

Apêndice E

Universidade de Brasília – UnB
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Profa. Orientadora: Marília Luiza Peluso
Mestranda: Karla Christina Batista de França

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Prefeitura Alexânia)

01. Comentar acerca do tempo que preside a Prefeitura e quais projetos foram implementados para fortalecer a econômica de Alexânia regionalmente?
 02. Traçar um histórico da economia/política de Alexânia e sua relevância regional?
 03. Historicamente quais as ações mais relevantes desenvolvidas pelo poder público municipal para o fortalecimento de Alexânia na economia regional?
 04. Qual o significado e importância da Schincariol para Alexânia e região?
 05. Além da Schincariol quais os empreendimentos e empresas mais importantes que se instalaram no município nos últimos anos em Alexânia e de outros futuramente?
 06. Quais as perspectivas para o desenvolvimento urbano e regional em Alexânia?
 07. Como é a relação de dependência de Alexânia com Brasília? Quais os efeitos positivos e negativos?
- Como é a relação de Alexânia com a capital do Estado e Anápolis?

ANEXOS

Lista de Anexos

Anexo 05: Questionário aplicado a Prefeitura Alexânia.

Anexo 05



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO AMBIENTAIS – IESA**

Município:

Região: Norte 0 Nordeste 0 Entorno do DF 0

Estrutura Administrativa		
No município existe Secretaria de Planejamento?	Sim	Não
No município existe Secretaria de Finanças?	Sim	Não
No município existe Secretaria de Meio ambiente	Sim	Não
Há disponibilidade de informações sobre a gestão municipal na internet?	Sim	Não
Há Plano Diretor no município?	Sim	Não
Existe Lei de Perímetro Urbano no município?	Sim	Não
Há plantas de valores imobiliários atualizadas para seu município?	Sim	Não
Existe alguma ação política de articulação com os municípios da região (consórcio municipal) (se sim, cite as áreas abaixo)	Sim	Não

Saúde	Educação	Transporte	Cultura/Lazer	Outros
-------	----------	------------	---------------	--------

Estrutura Tributária				
Como você avalia o sistema de arrecadação municipal?				
Muito Eficiente	Eficiente	Pouco Eficiente		
Sobre o tributo com maior eficiência na arrecadação municipal?				
IPTU	ITU	ISS	Outros	
Selecione o tributo com menor eficiência na arrecadação municipal?				
IPTU	ITU	ISS	Outros	
Qual desses repasses estadual é mais importante para o município?				
ICMS	IPVA	Outros		
Qual desses repasses federal é mais importante para o município?				
FPM	FUNDEB	CID	IPI	ITR
Avalie a importância do Bolsa Família para a economia municipal?				
Muito Importante	Importante	Pouco Importante		
Avalie a importância da previdência (rural/urbana) para a economia municipal?				
Muito Importante	Importante	Pouco Importante		

Infra-Estrutura		
Entre 1998 e 2006 o município recebeu obras de infra-estrutura (saneamento, asfalto, energia, escolas, etc) Governo Estadual?	Sim	Não
Entre 1998 e 2006 o município recebeu obras de infra-estrutura		

(saneamento, asfalto, energia, escolas, etc) Governo Federal?		
O município dispõe de aterro sanitário?		
O município dispõe de coleta de lixo?		
Em termos de energia rural o município encontra-se		
Completamente Atendido	Parcialmente Atendido	Não existe
Em termos de pavimentação asfáltica a cidade encontra-se...		
Completamente Atendido	Parcialmente Atendido	Não existe
Em termos de esgoto sanitário o município encontra-se		
Completamente Atendido	Parcialmente Atendido	Não existe

Plano Plurianual do Estado de Goiás – PPA		
O seu município participou das discussões da elaboração do Plano Prurianual	Sim	Não
Em que ano participou?	1999	2003
A participação do município na elaboração do PPA foi da seguinte forma:		
O governo fez reunião plenária no município?	Sim	Não
O Município convidou o Estado para uma Plenária?	Sim	Não
Participou de uma plenária num município vizinho?	Sim	Não
O secretário de planejamento municipal foi convidado	Sim	Não

As três principais ações dos PPA's no município por uma ordem de importância foram nas áreas de ... (atribua valores de 01 a 03)		
Indústria		Segurança
Comércio e Serviços		Assistência Social
Mineração		Geração de Renda
Turismo		Transporte Coletivo
Transporte		Meio Ambiente
Energia Elétrica		Saneamento
Telecomunicação		Habitação
Ciência e Tecnologia		Desenvolvimento Urbano
Educação		Gestão Pública
Cultura		Finanças Públicas
Esporte		Divulgação e Publicidade
Saúde		Trb. Contas do Município

Atribua nota de 0 a 10	O PPA é um bom instrumento de planejamento para o Governo Estadual?	
	Importância do PPA's para o seu município?	
	Impactos dos programas do PPA em seu município	

Cite 3 pontos de maior destaque da economia municipal - por ordem de importância (atribua valores de 01 a 03)		
Produção Agrícola		Comércio
Produção Pecuária		Serviços
Indústria Extrativista		Turismo
Indústria de Transformação		
Cite 3 pontos de menor destaque da economia municipal - por ordem de importância (atribua valores de 01 a 03)		
Produção Agrícola		Comércio
Produção Pecuária		Serviços
Indústria Extrativista		Turismo
Indústria de Transformação		

Projeto:

Avaliação dos Impactos Territoriais dos Programas estaduais de intervenção regional para o Nordeste goiano, Norte goiano e Entorno do Distrito Federal, entre 1998-2006.

Universidade Federal de Goiás
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

Fone: (62) 35211170

(62) 35211184